

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JENNYFFER PEREIRA DE MESQUITA

**MULHERES ELEITAS: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO ESPAÇO
POLÍTICO LOCAL PELOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA.**

TERESINA – PI
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JENNYFFER PEREIRA DE MESQUITA

**MULHERES ELEITAS: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO ESPAÇO
POLÍTICO LOCAL PELOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes

TERESINA – PI
2013

M578 Mesquita, Jennyffer Pereira de
Mulheres eleitas: a produção de sentidos no espaço político local pelos jornais
impressos de Teresina / Jennyffer Pereira de Mesquita - - 2013.
150 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Comunicação) —
Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Comunicação — UFPI, Teresina - PI, 2013.

Orientador: Paulo Fernando de Carvalho Lopes

1. Mulheres. 2. Política. 3. Jornais. 4. Discursos Sociais. II. Instituto Nacional da
Propriedade Industrial (Brasil).

CDU: 070.11(812.2)

JENNYFFER PEREIRA DE MESQUITA

**MULHERES ELEITAS: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO ESPAÇO
POLÍTICO LOCAL PELOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes

Área de concentração: Processos e Práticas em Jornalismo

Aprovado em 30 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes – UFPI
Orientador

Profa. Dra. Ana Regina Barros Rego Leal – UFPI
Examinadora

Profa. Dra. Christa Liselote Berger Ramos Kuschick – UNISINOS
Examinadora

À minha mãe Francisca, por ser a melhor mãe.
Ao meu pai Raimundo, por ser um grande pai.
À minha irmã Janayna, por ser mais que uma irmã; minha grande e melhor amiga.
À Ester, por existir.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado envolve uma complexidade de sentimentos: angústias, alegrias, tristezas, incertezas, desmotivação, motivações e etc. Para conseguir passar por todo esse processo e ainda “parir” um filho como este, a ajuda de amigos e familiares é imprescindível.

O primeiro a agradecer, tem que ser meu orientador Professor Doutor Paulo Fernando de Carvalho Lopes. Desde que foi meu professor na graduação, eu tinha o sonho de ser orientada por ele em algum momento da minha vida. Hoje, esse sonho se realiza.

Agradeço ao meu pai, que segurou todas as barras financeiras possíveis, sempre com um sorriso no rosto. Obrigada pai, por ter me inspirado a nunca desistir.

Obrigada também a minha mãe e a minha irmã, que sempre acreditaram na minha capacidade e deram-me o apoio necessário para a realização dos meus sonhos e projetos. Amo vocês duas.

À Tatiana e Cristiane por serem mais que amigas, são as irmãs que escolhi.

À professora doutora Ana Regina pelas suas contribuições durante a qualificação desta pesquisa.

Ao professor Doutor Laerte Magalhães, que me mostrou os primeiros caminhos da Análise de Discursos.

À professora Doutora Maria das Graças Targino, mulher e verdadeira mestre, por ter me ensinado mais que caminhos metodológicos de pesquisa; me ensinou a querer ser cada vez melhor em tudo.

Ao amigo Orlando Berti, que me incentivou, apoiou, ajudou e torceu para que eu realizasse esse sonho chamado mestrado.

À todos os meus colegas da primeira turma do mestrado, que embarcaram junto comigo nessa caminhada inédita e histórica de nossas vidas. Adriana, Cássia, Renata, Thays, Samária, Américo, Marcela, Núbia e Edienari, essa é uma conquista nossa.

Aos meus amigos, do ensino médio à graduação na UFPI que entenderam as minhas ausências.

E por fim, a todos os professores da Pós- Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí.

*Que nada nos limite. Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja
nossa própria substancia.*

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar construção discursiva sobre a mulher piauiense que ocupou cargo político eletivo pelos três principais jornais impressos de Teresina: Diário do Povo, Meio Norte e O Dia, durante o ano de 2011. Parte da hipótese de que, a mídia, na condição de produtora de sentidos, desempenha importante papel na construção de identificações de gêneros e que, a mídia local trabalha reforçando as identidades de seus personagens locais em seus discursos. Também considera que os discursos que circulam na imprensa não constituem meras representações do real, mas são importantes mecanismos de construção de uma realidade social apresentada aos seus espectadores através de uma produção de sentidos. Apresenta uma contextualização histórica e cultural da relação mulher e política, passando pelas questões de gênero e de funcionamento dos campos político e midiático, com especial atenção ao campo do jornalismo. Através da metodologia de Análise de Discursos fundamentada na Teoria dos Discursos Sociais, propõe-se a: analisar como o espaço destinado ao feminino na política é proposto nos discursos jornalísticos locais; identificar como os discursos sobre a mulher eleita apresentam marcas tradicionalmente tidas como femininas; identificar quais as estratégias enunciativas utilizadas pelos jornais locais ao construir o lugar do feminino na política.

Palavras-chave: Mulheres; Política; Jornais; Discursos Sociais

ABSTRACT

This research has the purpose to analyze the discursive construction of the women from Piauí who held elective political role by the three major newspapers of Teresina: Diário do Povo, Meio Norte and O Dia, during the year 2011. It starts from the hypothesis that the media, speaking on condition of meaning producer, plays an important role in the construction of gender identifications and that the local media works reinforcing the identities of their local characters in its discourses. Also it considers that the discourses circulating in the press are not mere representations of reality, but are important mechanisms to construct a social reality presented to its viewers through a production of meaning. It presents an historical and cultural contextualization of the relation between women and politics, through questions about gender and the functioning of political and media fields, with particular attention to the field of journalism. Through the methodology of discourses analysis based on the Social Discourses Theory, proposes to examine how space for the women in politics is proposed in local journalistic discourses, also to identify how discourses about the elected women have traces traditionally seen as feminine, as well as, what are the declared strategies used by the local newspapers to construct the place of feminine in the politics.

.

Key – words: Women; Politics; Newspapers; Social Discourses

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1	- Política: negócio de família	97
Figura 2	- Assembleia Legislativa inicia ano com renovação de 40%	99
Figura 3	- Bancadas renovam 40% na Assembleia e 50% na Câmara	100
Figura 4	- Des parlamentares exercem 1º mandato	101
Figura 5	- Participação feminina na política ainda é pouco expressiva	102
Figura 6	- Parlamentares se propoem a defender ações elementares	105
Figura 7	- Deputadas cobram combate a violência, educação e renda para as mulheres.....	107
Figura 8	- Vereadora quer discutir fornecimento de medicamentos excepcionais	109
Figura 9	- Sesapi nega denúncias de vereadora	110
Figura 10	- Rejane pede vista e aumento de cartórios deve ficar para 2012	111
Figura 11	- Judiciário rejeita redução do número de cartórios na Alepi	112
Figura 12	- TJ e OAB condenam redução do número de novos cartórios em projeto na Alepi	113
Figura 13	- Vereadores pedirão intervenção do Ministério Público na Saúde ...	115
Figura 14	- MP rechaça reabertura do Pronto- Socorro do HGV	116
Figura 15	- Câmara aponta subutilização de hospitais	117
Figura 16	- Lilian Martins se oferece para prestar esclarecimentos à Assembleia	119
Figura 17	- Lilian Martins vai à Assembleia discutir saúde pública do Estado .	120
Figura 18	- Secretária aponta deficiência do PSF como causa de superlotação.....	121
Figura 19	- Lílian faz “raio-x” da saúde pública	122
Figura 20	- Secretária fala de problemas na saúde e anuncia concurso	124
Figura 21	- Flora vai propor debate sobre assaltos à ECT	127
Figura 22	- Deputada pede ao governo federal mais segurança em bancos do Piauí	128
Figura 23	- Deputados defendem lei nacional para garantir segurança nos bancos	129
Figura 24	- ‘Nunca disse que seria candidata’, lembra Rejane	131
Figura 25	- Rejane Dias defende que PT lance candidatura própria	132
Figura 26	- PT segue dividido no apoio a Rejane Dias	133
Figura 27	- Deputada foca atuação no combate às drogas	135
Figura 28	- Autoridades criticam falta de políticas de combate às drogas	137
Figura 29	- Projetos contra as drogas só existiam no papel, diz deputada	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 1. MÍDIA, POLÍTICA E MULHERES	
1.1 Campo midiático e campo político: relações e tensões	22
1.2 O campo do jornalismo: objetividade e capital simbólico.....	29
1.3 O lugar da mulher no jornalismo político	37
1.4 Além da representação: visibilidade e capital político	42
 2. MULHERES E POLÍTICA	
2.1 - Mulheres, patriarcado, espaços privado e público	46
2.2 - Gênero em tensão: o feminino e o feminismo	49
2.3 - A conquista do voto e a inserção das mulheres na política brasileira e piauiense	56
2.4 - Mulheres e partidos políticos: de militante a cotista	61
2.5 - Família e poder: as oligarquias piauienses e suas mulheres	64
 3. TEORIA DOS DISCURSOS SOCIAIS	
3.1 - Analisando discursos: percurso histórico e semiológico	69
3.2 - Teoria dos Discursos Sociais e produção de sentidos	73
3.3 - Enunciação e os sujeitos do discursos	76
3.4 - Postulados da Teoria dos Discursos Sociais	79
3.5 - A semiose social: ideológico e poder	83
3.6 - Imagem como instância de enunciação	85
3.7 - O contrato de leitura	88
3.8 - Jornalismo e Teoria dos Discursos Sociais	90
 4. A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE MULHERES NA POLÍTICA PELOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA	
4.1 Descrição do corpus	93
4.2 A bancada feminina	96
4.3 Dia internacional da mulher.....	102
4.4 Vozes discordantes	108
4.5 Teresa Britto	113
4.6 Lilian Martins	118
4.7 Flora Isabel	126
4.8 Rejane Dias	130
4.9 Iracema Portela	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
-----------------------------------	------------

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
---	------------

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres na política é uma realidade e muitas conquistas podem ser apontadas na trajetória feminina para deixar de ser vista apenas como um “sexo frágil” e a “rainha do lar”, e passar a ser reconhecida como uma ser ativo no setor privado e em diversos setores do espaço público, principalmente na política.

A história da participação política da mulher é marcada inicialmente pela luta do direito ao voto que se iniciou em 1851, quando as norte-americanas engajaram-se nos movimentos pelo fim da escravidão nos Estados Unidos, com a intenção de conseguir a aprovação de uma emenda constitucional que a abolisse e desse o direito de voto a todos, independentemente de sexo, raça, cor ou condição social. Com a abolição da escravatura e o fim da Guerra Civil, a luta pelo voto feminino se intensificou no país, até culminar em 1920 com a aprovação da 19ª emenda da Constituição Americana, na qual ficou proibida a discriminação política baseada no sexo.

Nesse ínterim, outros países davam atenção à demanda feminina pelo voto, como a Nova Zelândia que o aprovou em 1893, a Austrália em 1902 e a Finlândia em 1906. Na Inglaterra, o direito ao voto feminino só foi concretizado em 1918, com o término da Primeira Grande Guerra em que foi dado direito ao voto àquelas com mais de 30 anos.

Já na América Latina, o primeiro país a conceder o direito ao voto às mulheres foi o Equador em 1929. Na Argentina, após a posse de Juan Domingo Perón, em 1946, começou uma campanha pelo voto feminino tendo como principal defensora a então primeira-dama daquele país, Evita Perón. O voto feminino foi aprovado no ano seguinte, em 23 de setembro de 1947.

Assim, também no Brasil, foi a conquista do voto feminino que legitimou a possibilidade das mulheres de entrarem na política, através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. O decreto, em seu artigo 2º, disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. Porém, as disposições transitórias, presentes no artigo 121, dispunham que as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.

Oitenta anos depois, em 2002, uma mulher, Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República pela primeira vez na história política do país. Esse fato, por si só, demonstra que houve incontestáveis avanços. Porém, ao se analisar as estatísticas das eleições, assim como a composição da estrutura política do país, verifica-se que a eleição de

uma presidenta não significa que as mulheres têm pleno e igual acesso aos espaços de representação política no Brasil, pois a participação nas esferas políticas inferiores e nos parlamentos ainda está muito aquém do esperado.

Em 2008, por exemplo, as mulheres representaram 11% do total de candidatos a prefeito e 22% das candidaturas à vereadora. Dois anos depois, apenas 22% dos candidatos para a Câmara Federal eram do sexo feminino, sendo que, para concorrer ao Senado Federal e ao Governo dos estados, os números foram ainda menores, ficando em torno de 13% e 10%, respectivamente.

Já em 2012, as mulheres representaram 12,84% dos candidatos a prefeito. Concorreram 2.070 mulheres em um universo de 15.760 candidatos. Para o cargo de vereador o desempenho foi melhor, já que as mulheres representaram 32,64% das candidaturas. No Piauí, as estatísticas de participação feminina acompanharam o percentual nacional: foram 3019 mulheres candidatas nas eleições de 2012, o que soma um percentual de 32,02%.¹

Vale ressaltar que esta foi a primeira eleição municipal após a vigência da Lei nº 12.034/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos ou coligações de preencherem o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Antes dela, a Lei nº 9.100, de 1995, determinava uma cota mínima de 20% das vagas dos partidos políticos nas eleições municipais para as mulheres. Em 1997, este dispositivo foi revisado com a Lei n.º 9.504, que estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, ampliando o percentual anterior para 30% e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federais.

Nota-se a partir das estatísticas eleitorais que, com o estabelecimento da cota mínima, o percentual de candidaturas femininas teve um aumento considerável. No entanto, as eleições para os cargos do executivo ainda atestam a lentidão do crescimento da participação política das mulheres.

Atualmente, o eleitorado feminino representa 51% do total de eleitores do país. Considerando que as mulheres são a maioria, o esperado era que ocupassem percentual maior dos cargos políticos existentes. Mas isso não é o que ocorre.

Para entender a dinâmica da participação e inserção feminina na política, deve-se levar em consideração a cultura patriarcal, ainda enraizada em nossa sociedade, e o costume da cultura política ser passada do pai para os filhos homens, embora os casos de herança

¹ As estatísticas percentuais apresentadas aqui foram geradas a partir dos dados disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>

política passada para as mulheres da família também ocorram, mas em menor número. Outro ponto a destacar é que, em termos gerais, a atuação das mulheres na política fica, em grande parte, restrita a temas considerados e naturalizados como pertencentes ao universo da mulher, como por exemplo, os relacionados a questões sociais, saúde e educação.

Os partidos políticos, por sua vez, historicamente se constituíram como redutos masculinos, ou seja, agremiações não abertas às mulheres. No entanto, como estes possuem o monopólio das candidaturas no Brasil, uma maior participação feminina está necessariamente ligada à maior participação dentro das agremiações partidárias, inclusive nos cargos de direção do partido. A política de cotas então, como descrita acima, tem como objetivo fundamental abrir espaço para as mulheres dentro dos partidos.

Assim, a conquista do direito sufragista pelas mulheres foi apenas a primeira parte de todo um processo histórico e cultural que culmina com a participação cada vez maior da mulher no campo político brasileiro, em níveis nacional e regional.

Importante destacar a contribuição do movimento feminista para a conquista dos direitos políticos das mulheres. Na década de 80, em especial, houve um aumento da presença das mulheres nos espaços público e político em decorrência das manifestações que as reivindicavam enquanto sujeitos participativos no espaço público, pela abertura política e assim, da inserção feminina nos partidos políticos, na educação, no espaço urbano e trabalho, fato que possibilitou a muitas mulheres uma independência financeira.

Muitas leis foram ao longo da década citada se consolidando, protegendo e garantindo às mulheres um conhecimento maior de sua condição e ainda, de direitos e deveres, como por exemplo, o divórcio. No entanto, a emergência das mulheres no espaço público ocasionou inicialmente muitos conflitos no espaço privado. A postura masculina de insatisfação quanto a essa nova realidade denunciava que regras e normas culturalmente concebidas por meio de representações sociais ainda eram muito resistentes.

Dentro deste processo, a mídia é considerada uma das responsáveis diretas pela representação social da mulher. Até a década de 50, jornais, revistas e enxertos publicitários propunham uma identidade feminina de submissão e fragilidade em relação ao sexo masculino. Na década seguinte, a revolução sexual e a emergência dos movimentos feministas por todo o mundo fizeram com que essa representação fosse mudando aos poucos, embora ainda hoje não seja considerada totalmente satisfatória.

A mídia, por meio de seus discursos, constrói representações de uma sociedade, seus membros, hábitos, costumes, política, cultura e etc. A mulher na política também tem sua

representação social pela mídia, entendida aqui como prática discursiva capaz de produzir sentidos e produtora de discursos hegemônicos.

Mas no campo político, embora a atuação feminina ainda não seja comparável à dos homens, pois este ainda é um campo considerado predominantemente masculino, desde 2011 no cenário político nacional, o Brasil possui uma mulher como chefe maior do seu poder executivo, enquanto que o Piauí (PI) possui atualmente, no ano de 2013, dez representantes do sexo feminino na Assembleia Legislativa e uma na Câmara dos Deputados Federais. Trata-se do maior número de mulheres eleitas, até então, no Estado, em uma única eleição, neste caso, ocorrida em outubro de 2010.

Em um estudo quantitativo, pode-se observar que nos últimos anos, o número de mulheres que atua na política e é eleita a partir do voto direto vem aumentando gradativamente. Porém, esta pesquisa parte da hipótese de que a mídia, em sua prática discursiva, contribui para a manutenção de um discurso conservador e sexista, que reforça, na maioria das vezes, a posição da mulher subordinada ao homem em todas as esferas sociais e com espaço limitado na mídia no papel de mulher política.

Assim, partindo também do pressuposto de que os discursos que circulam na imprensa não constituem retratos do real, mas são importantes mecanismos de construção de uma realidade social apresentada aos seus espectadores através de uma produção de sentidos, esta pesquisa tem como objetivo analisar a construção dos discursos sobre a mulher piauiense que ocupa cargo político eletivo nos jornais Diário do Povo, Meio Norte e O Dia. Através da metodologia de análise de discursos, propõe-se a: analisar como o espaço destinado ao feminino na política é proposto nos discursos jornalísticos locais, identificar como os discursos sobre a mulher eleita apresentam marcas tradicionalmente tidas como femininas em seu perfil político, assim como, quais as estratégias enunciativas utilizadas pelos jornais locais ao construir o lugar da mulher na política.

Esta pesquisa justifica-se por ter como motivação estudar as consequências, no âmbito midiático, de mudança significativa do cenário político local, com o aumento do número de mulheres em cargos eletivos, configurando-se, também, como mudança social. Ela se apoia, principalmente, na premissa de que a mídia impressa possui relevante papel na constituição do feminino, uma vez que, por meio de seus discursos, traços de identidade podem aflorar, além de construir representações sociais. A ideia defendida é de que a mídia, na condição de produtora de sentidos, desempenha importante papel na construção de identificações de gêneros e que, a mídia local trabalha reforçando as identidades de seus personagens locais em seus discursos.

A realização desse percurso analítico pela abordagem do texto midiático do jornalismo impresso e de sua relação com a política também apoia-se no fato de que a mídia é o palco onde a ação estratégica dos personagens sociais se realiza e identidades são construídas ou reforçadas em diversos campos, inclusive, e principalmente, na política.

Esta pesquisa baseia-se no enunciado de três hipóteses. Primeiro, de que há reduzido espaço no jornalismo informativo local para as mulheres eleitas a cargos políticos, seja em destaque como fonte, em fotografias, além de citações das representantes políticas nas partes atrativas do texto, em especial nos títulos e subtítulos, em temas sobre política. Segundo, a mulher na política é discursivamente construída por associações a rede de memórias que destinam lugares desiguais de negociação de sentidos. E por fim, a mídia como prática discursiva propõe um lugar às mulheres como coadjuvantes no cenário político local.

A fim de avaliar a legitimidade de tais hipóteses, a presente pesquisa utiliza como procedimento metodológico a Análise de Discursos, que focaliza os discursos presentes em textos dos mais variados tipos, inclusive na combinação entre escrita e imagem recorrentemente utilizada pelo jornalismo, relacionando-os a estruturas e mudanças sociais.

A opção pela Análise de Discursos se explica por esta ter seus próprios métodos de análise que enfatizam o papel ativo do sujeito e que, de acordo com Manhães (2008, p.306), permitem a “identificação da pessoa que conduz a narrativa dos acontecimentos ou o que constrói preposições para os interlocutores, mediante a compreensão das regras e dos mecanismos linguísticos que utiliza para alcançar os seus objetivos”.

Quanto à forma de abordagem, o caminho metodológico e investigativo escolhido toma como base a pesquisa qualitativa que tem como objetivo principal interpretar o fenômeno pela observação, descrição, compreensão e significação. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a investigação qualitativa trabalha com comparações e interpretações. (SANTAELLA, 2001, p. 143)

No que se refere aos objetivos, a pesquisa em comunicação, de acordo com Lopes (1990), pode ser descritiva ou interpretativa:

A análise descritiva visa a reconstrução da realidade do fenômeno através de operações técnica-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos. A análise interpretativa visa à explicação do fenômeno através de operações lógicas de síntese e de amplificação levando a análise a um nível superior de abstração e de generalização (p. 132).

Com base nos objetivos propostos e a partir da coleta de dados e embasamento teórico, pretende-se uma análise interpretativa desses dados, a extração de inferências e a ressalva das significações contidas nos atos e nas práticas.

O principal aporte teórico para fins da análise discursiva proposta por esta pesquisa está na Teoria dos Discursos Sociais. Por meio dela, podem-se analisar as formas de poder e ideologia manifestas no uso da linguagem, utilizando, entre outros, o conceito de gênero como categoria analítica das representações sociais.

Logo, por interagir de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, o discurso jornalístico, ao ser analisado à luz da Teoria dos Discursos Sociais, pode iluminar a trajetória da mulher no campo político, atribuir identidades e dar conta das relações de dominação, naturalizações, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem. A Teoria dos Discursos Sociais analisa a mídia em termos de discurso capaz de atuar ideologicamente na construção do mundo e das relações sociais particulares, inclusive nas relações de gênero.

Para fins de análise, denomina-se discurso os enunciados produzidos numa determinada interação verbal, no qual os sujeitos são constituídos de acordo com suas posições sociais e ideológicas. Os discursos não são fixos, visto que somos influenciados pelo meio ao qual pertencemos. Portanto, estão sempre em constantes mudanças:

O que chamamos de discurso é um certo objeto de conhecimento construído a partir de produtos culturais empíricos – como anúncios publicitários, capas de periódicos, programas televisivos e de rádio, entrevistas médicas, entrevistas de emprego, textos jornalísticos impressos, discursos políticos, cartilhas de prevenção de doenças, organização dos espaços de uma cidade, de repartições públicas, de empresas, ou de nossas casas, entre outros – que são chamados de textos [...], pois envolve outras semióticas como imagens (PINTO, 2002, p.2).

Discurso, então, é entendido como prática discursiva sempre desenvolvida no interior de um campo seja para instituir esse campo ou designar o que esse campo enuncia. Logo:

[...] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

Para a Teoria dos Discursos Sociais, o discurso é visto como forma de prática social que se realiza totalmente ou parcialmente por intermédio de gêneros textuais específicos, e tem efeitos constitutivos, porque, por meio dele, os indivíduos constroem ou

criam realidades sociais. Além disso, ela é entendida como a ciência que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos. Isto é, percebe a significação como resultado de práticas e estratégias discursivas realizadas a partir do lugar social dos sujeitos.

A análise discursiva para a Teoria dos Discursos Sociais deve articular os discursos às condições de produção e reconhecimento, evidenciando características contratuais que envolvem os discursos midiáticos. Para Verón (2004, p. 250), essas características “são o suporte de operações que devem ser reconstituídas, operações que tomam a forma de regras de criação dos discursos”. A junção dessas estratégias e regras, através das quais as instituições midiáticas organizam e desenvolvem suas políticas de sentido e de representação social, é o que este teórico chama de contrato de leitura ou posicionamento discursivo.

Além disso, a Teoria dos Discursos Sociais procura as formas responsáveis por determinada expressão linguística, condicionada pela época, situação, em diversos níveis de contextualização. Segundo Pinto (2002) ela procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados a produtos culturais, entendidos como textos. Estes nada mais são do que as formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas historicamente e socialmente. A partir de uma concepção discursiva da identidade, a Teoria dos Discursos Sociais consiste em importante metodologia para analisar as delimitações discursivas da identidade nos discursos midiáticos.

Importante ressaltar que a imagem, ao lado da notícia, cria efeitos de sentido e opera na produção de verdades cristalizadas socialmente. De acordo com Souza (2001, p. 70), compreender os modos de significação da imagem implica a compreensão de “como ela se constitui em discurso”, bem como de sua utilização “para sustentar discursos produzidos em textos verbais”. Assim como na leitura da linguagem verbal, a interpretação da imagem prescinde de um olhar para a formação social do sujeito, através do contexto no qual se encontra e a relação com os aspectos social, cultural e histórico.

Enfim, a interpretação das notícias como um todo varia conforme o grau de conhecimento do intérprete do texto. Alguns deles podem perceber o caráter ideológico de certas manchetes. Porém, se a leitura das matérias não for feita com atenção, aspectos importantes e úteis para se perceber as intenções do produtor passam despercebidos.

Para dar conta dos objetivos apresentados, esta pesquisa divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Mídia, política e mulheres”, apresenta uma análise teórica da relação entre os campos político e midiático e na inter-relação destes com questões de gênero.

Uma descrição de como se comportam tais campos sociais, baseadas principalmente nas contribuições de Pierre Bourdieu com os conceitos de campo, *habitus* e capital, são essenciais para a compreensão de como a mídia, em especial o jornalismo, é reconhecido por muitos como um construtor legitimado da realidade e índice de visibilidade dos atores políticos. As assertivas apresentadas neste capítulo apoiam-se, principalmente, na apresentação de dados de pesquisas empíricas sobre a relação entre mulheres, mídia e política de autores como Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Raquel Paiva. Além disso, é discutida a noção do jornalismo enquanto reproduzidor da verdade, além de sua prática a partir de uma construção objetiva de notícias. Para tal, é proposta uma revisão bibliográfica de autores que relacionam as estratégias linguísticas da qual o jornalismo se apropria para tratar os fatos, organizar o mundo e assim, construir a realidade.

O segundo capítulo, “Mulheres e política”, é composto por uma contextualização histórica da inserção das mulheres na política, com destaque para as piauienses, passando pela contribuição do feminismo enquanto movimento social organizado em prol da luta pelos direitos femininos na sociedade. Uma abordagem sobre gênero, enquanto uma construção social, e sobre os fundamentos da sociedade patriarcal tornam-se fundamentais para se compreender a ausência e/ou a falta de visibilidade midiática das mulheres na política. A forma de ingresso na política por meio de relações familiares, o que compõe as chamadas oligarquias políticas, como sendo uma característica marcante da relação entre as mulheres que atuam politicamente na política, também merece destaque no capítulo referido.

O terceiro capítulo apresenta os princípios teóricos - metodológicos desta pesquisa ancorados na perspectiva da Análise de Discursos proposta pela Teoria dos Discursos Sociais. Inicialmente, um olhar sobre o percurso histórico desta disciplina é proposto, para que se culmine com a compreensão de como os processos de produção, circulação e consumo de sentidos estão vinculados aos discursos presentes no jornalismo impresso, objeto de estudo desta pesquisa. Neste caso, as notícias são consideradas como práticas sociais construídas mediante o emprego de linguagem verbal ou de outros recursos semióticos que integram um contexto social e histórico. Autores como Milton José Pinto, Inesita Araújo e Eliseo Verón, entre outros, dão as bases para a apresentação dos conceitos que compõe o método de análise desta pesquisa: enunciação; os tipos de sujeitos (diferentes posicionamentos) no texto; heterogeneidade enunciativa; polifonia; dialogismo; a relação entre o ideológico e o poder; e, por fim, o funcionamento do contrato de leitura, bem como os postulados da Teoria dos Discursos Sociais.

O quarto capítulo apresenta os dados relativos à análise do *corpus* que compõe o objeto desta pesquisa, constituído por matérias e reportagens das editorias de política dos três jornais de maior circulação do Piauí, Diário do Povo, Meio Norte e O Dia. Estes são analisados tanto individualmente como em uma perspectiva comparativa.

O *corpus* desta pesquisa incorpora o universo de 1095 exemplares de jornais, referentes ao ano de 2011. O recorte temporal feito pela escolha do ano de 2011 é justificado por não ser um ano eleitoral e, portanto, a atuação feminina no campo político midiático será analisada sem a interferência da necessidade de visibilidade estimulada pelas eleições.

Foram coletados para a análise apenas os textos referentes às mulheres piauienses que passaram a ocupar cargos políticos eletivos no ano de 2011 e as duas vereadoras eleitas para a cidade de Teresina na eleições de 2007 e que estavam ativas na câmara de vereadores durante o ano que constitui esta pesquisa.

Em um primeiro momento, para fins de dados quantitativos, foram coletadas todas as matérias, reportagens, entrevistas e notas das editorias de política nos jornais supracitados em que estão presentes as deputadas estaduais Ana Paula Mendes Araújo(PMDB), Tazmânia Gomes de Medeiros Oliveira(PSB – mais conhecida como “Belê”), Flora Isabel Nobre Rodrigues (PT – suplente, assumiu o lugar de João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rêbello que foi nomeado Secretário Estadual de Justiça), Juliana de Melo Falcão(PMDB), Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins(PSB), Lusieux Feitosa Coelho (PTB), Margarete de Castro Coelho(PP), Rejane Ribeiro Sousa Dias(PT), a deputada federal Iracema Maria Portela Nunes Nogueira Lima (PP), as vereadoras Teresa dos Santos Sousa Britto(PV) e Maria Do Rosário De Fátima Biserra Rodrigues(PT).

Em um segundo momento, a análise qualitativa, através da metodologia da análise de discursos, versou somente sobre as matérias informativas presentes nas editorias de política dos referidos diários. Além disso, a fim de tornar o trabalho analítico mais conciso, além de não se estender e se repetir, foram escolhidas cinco mulheres dentre as onze personagens que compõe o objeto desta pesquisa a partir dos seguintes critérios: visibilidade e forma de inserção na política.

Assim, para análise de discursos foram separadas as matérias sobre a vereadora de Teresina Teresa Britto (PV); as deputadas estaduais Flora Isabel (PT), Rejane Dias (PT), Lilian Martins (PSB) e a deputada federal Iracema Portela (PP).

1 - MÍDIA, POLÍTICA E A MULHER

1.1 – Campo midiático e campo político: relações e tensões

Este capítulo parte do pressuposto de que a mídia se constitui como um espaço privilegiado de visibilidade de atores, práticas e temas da sociedade contemporânea como, por exemplo, a política. De acordo com Lima (2004), na sociedade contemporânea há uma centralidade da mídia, haja vista que, as principais decisões, imagens, fatos e informações passam necessariamente pelo espaço midiático. Para Castells (2000), mídia e política estão de tal forma imbricados que:

[...] política da mídia não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório. Desse modo, a política está essencialmente inserida, em termos e substância, organização, processo e liderança, na lógica inerente do sistema de veículos de comunicação especialmente na nova mídia eletrônica. (p. 374).

As pesquisas que buscam estudar as relações entre mídia e política ainda são recentes no Brasil, tanto no campo da comunicação quanto nas ciências sociais em geral, e só foram impulsionadas pelo processo de redemocratização do país na segunda metade década de 80, quando buscavam entender a influência da mídia nos processos eleitorais.

Ao reconhecer a existência de um crescente, embora tardio, interesse pelo estudo das relações da mídia com a política nas sociedades contemporâneas, Lima (2009), relaciona um conjunto de sete teses que atribui à mídia importância fundamental na sociedade.

A primeira tese afirma que a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, em particular, na esfera política. De acordo com o autor, é possível falar em centralidade da mídia (sobretudo a eletrônica) pela existência de um sistema nacional (*network*) e internacional consolidado de telecomunicações.

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada como “centrada na mídia” (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela (LIMA, 2009, p. 20).

Porém, o papel mais relevante da mídia é o seu poder de construção da realidade por meio da representação que ela faz de variados aspectos da vida humana: das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. e, assim também, da política e dos políticos.

De acordo com a segunda tese apresentada por Lima (2009), não há política nacional sem mídia, pois a política nos regimes democráticos é uma atividade eminentemente pública e visível, e a mídia tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo.

Na verdade, a própria ideia do que constitui um “evento público” se transforma a partir da existência da mídia. Antes de seu desenvolvimento, um “evento público” implicava em compartilhamento de um lugar (espaço) comum; copresença; visão, audição, aparência visual, palavra falada; diálogo. Depois do desenvolvimento da mídia, um evento para ser “evento público” não está limitado à partilha de um lugar comum. O “público” pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiaticizado (p.21 - 22).

A mídia enquanto elemento que exerce várias das funções tradicionais dos partidos políticos é o pressuposto da terceira tese apresentada pelo autor. Construção da agenda pública, geração e transmissão de informações políticas, fiscalização das ações do governo, exercício da crítica às políticas públicas e canalização das demandas da população são alguns exemplos de atividades em que os partidos políticos estão sendo superados pela mídia.

A quarta tese afirma que a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais, tendo como principal consequência o fato de que “os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc.) passaram a ser planejados como *eventos para a TV*” (LIMA, 2009, p. 26). Além disso, o contato direto foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica e o mesmo ocorreu com relação às fontes de informação dos eleitores: pesquisas trazidas pelo autor revelaram que a grande maioria das pessoas entrevistadas informou-se sobre os acontecimentos políticos por intermédio da televisão.

A transformação da mídia em importante ator político é a quinta tese apresentada pelo autor, para quem as empresas responsáveis pela mídia hoje são atores econômicos fundamentais nos conglomerados empresariais em nível global, que interferem diretamente no processo político.

A sexta tese expõe as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil como potencializadoras de sua importância no processo político. Para o autor, a mídia brasileira se estabeleceu “oligopolisticamente”, no sentido de que, se consolidou no país um sistema de mídia concentrado, liderado pela TV, na sua maioria, controlado por grupos familiares ligados às elites políticas regionais e locais. Além disso:

O rádio e a televisão continuam basicamente regidos por um código do início da década de 60 (Lei 4.117 de 27/8/1962), totalmente desatualizado, e constituem um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal (LIMA, 2009, p. 23).

Por fim, a sétima tese apresenta as características históricas específicas da população brasileira como elementos potencializadores da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral. Considerando-se que 95,1%² dos domicílios brasileiros possuem pelo menos um aparelho de televisão, pode-se concluir que a grande maioria da população brasileira vive uma situação paradoxal de exposição à mídia, pois:

[...] “saltou” de uma condição pré-gutenberguiana para outra, totalmente diferente, da sofisticação das imagens do mundo da televisão. Ao contrário de nações com populações quase totalmente alfabetizadas e que tiveram como seu primeiro “produto” cultural de massa os livros de bolso, a grande maioria de nossa população continua sem domínio da leitura e da escrita, mas convive com imagens da televisão, para entretenimento e informação (LIMA, 2009, p. 25).

No entanto, uma análise da estrutura do campo político torna-se necessária para a compreensão da relação entre mídia e política. O sociólogo francês Pierre Bourdieu foi quem melhor discutiu o conceito de campo. O autor compartilha a visão de Weber, contrário ao marxismo tradicional, de que a sociedade não pode ser analisada simplesmente em termos de classes econômicas e ideologias.

Assim, ele utiliza o conceito de campo: um espaço social estruturado com suas próprias regras, esquemas de dominação, opiniões e assim por diante. Os campos são relativamente autônomos da ampla estrutura social, no qual as pessoas se relacionam e lutam através de um complexo de relações sociais (diretas e indiretas).

Entre as principais áreas nas sociedades modernas, Bourdieu (1983) cita como campos distintos as artes, educação, direito, economia e política, além disso, pontua que há no interior de cada um deles um conjunto de regras, com propriedades específicas e próprias.

Em termos gerais, um campo pode ser conceituado como um espaço simbólico em que os agentes dentro dele interagem, determinam e legitimam representações. Os indivíduos então agem dentro de campos de vários tipos, ocupando posições e fazendo uso dos recursos ligados a elas a fim de conseguir seus interesses e finalidades. O autor assinala que:

² De acordo com dados do CENSO 2010 disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetivos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.[...] Num campo, os agentes e as instituições estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo neste jogo. Os que dominam o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados (BOURDIEU, 1983, p. 89, 106).

Entre os muitos e diferentes campos, ou esferas de interação, situa-se o campo político:

[...] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distancia diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantém com suas organizações (BOURDIEU, 2003, p. 163 – 164).

Nas ciências políticas modernas, visto por uma concepção teleológica³, o campo político é conceituado como campo da ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso do poder coercitivo ou simbólico. Ou seja, os detentores do poder político, em um determinado momento histórico, a fim de se sustentarem no poder tanto podem fazer uso da coerção no sentido da força física (o poder coercitivo nos estados se manifesta no poder militar), como também podem se valer do poder simbólico que é obtido através, por exemplo, do uso da mídia.

A autoridade do estado pode também se apoiar na difusão de formas simbólicas que procuram cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político (ela) [...] nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. A atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coerciva (THOMPSON, 1998, p. 23, 24).

Logo, quem quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva deve usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na sua legitimidade. O campo midiático surge então como um importante aliado para se exercer o poder simbólico e legitimá-lo. No entanto, Rubim (2000) aponta que, historicamente, nem sempre a mídia esteve nos centros das relações entre os diversos campos que constituem a sociedade.

³ A teleologia (do grego *τέλος*, finalidade, e *logía*, estudo) é conceituada como a corrente filosófica que estuda os fins, isto é, o propósito, objetivo ou finalidade de todas as coisas.

A comunicação sempre foi percebida e utilizada como mero instrumento do campo político. Nesta perspectiva, tanto os jornais que proliferaram em torno da Revolução Francesa e de suas lideranças, quanto os pasquins políticos do século 19 no Brasil, por exemplo, atuavam como meros amplificadores das opiniões e ideias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que garantia a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da (dinâmica) política e somente nessa operação (instrumentalizada) podem ser analiticamente elucidadas. (p. 19)

Porém, com o desenvolvimento de diversas mídias (jornais, rádio, televisão e mídias sociais), as relações e tensões entre o campo político e midiático sofrem alterações: cada vez mais os políticos e a sociedade interagem através de formas abertas de comunicação. Claro que os políticos ainda interagem através da interação face a face, mas com a crescente importância da mídia, a política sofre uma “mídiatização”, moldando-se em uma nova forma do “fazer política” na contemporaneidade.

Assim, o campo político vem se constituindo cada vez mais como um campo mídiatizado – isto é, um campo em que a visibilidade pela mídia dos líderes políticos se torna mais importante, e em que as relações entre líderes políticos e cidadãos comuns estão sendo crescentemente moldadas pelas formas mídiatizadas de comunicação. Cada vez mais a mídia se torna a arena decisiva em que as relações entre políticos e não profissionais do campo político são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas. A mídia em si mesma pode ser compreendida como um campo de interação possuindo seu próprio conjunto distintivo de interesses, posições e trajetórias profissionais. De diferentes maneiras, praticamente todas as organizações estão interessadas no exercício do poder simbólico através do uso dos meios de comunicação de vários tipos.

No mundo moderno, o campo midiático assume a característica de ser uma arena de relativa autonomia em detrimento aos demais estratos que compõem o tecido social fragmentado. De acordo com Rodrigues (1999, p.152) “[...] a esfera da comunicação se constitui na modernidade como um campo relativamente autônomo, enquanto instituição de uma ordem axiológica própria, a dos valores de mediação entre os restantes campos sociais”. Ou seja, a mídia enquanto campo autônomo possui dispositivos que tem o poder de organizar, legitimar, representar e visibilizar as diversas esferas da sociedade, agindo como um mediador das experiências e discursos dessas instâncias em função da legitimação aferida à própria mídia.

Importante destacar que, nesse contexto, a legitimidade é uma condição essencial para a existência do campo midiático, tendo este como condição de diferenciação no âmbito social a instância de mediador e legitimador dos demais discursos sociais. Neste sentido,

deve-se entender mediação midiática como um processo que envolve determinados meios, tecnologias e dispositivos com o propósito de fazer uma ponte, ou comunicação entre duas partes. (SODRÉ, 2002). E assim, o campo da mídia pode ser conceituado como uma:

[...] instituição de mediação que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal e informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições, que adquirem nas sociedades modernas o direito de a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à persecução dos seus objetivos ao respeito de seus interesses (RODRIGUES, 1997, p.152).

Logo, os diversos campos que formam a esfera social, ao se submeterem à mediação e a legitimação conferido ao campo midiático, comprometem-se com as axiologias e as regras de funcionamento deste. Em outras palavras, o lugar ocupado pela mídia no tecido social e que a permite atuar na condição de mediadora, da mesma forma a consente, a partir de suas lógicas e regras, a efetuar seus discursos moldando à sua ótica, os modos de representação dos demais campos e seus agentes.

Bourdieu (2011) descreve como os agentes do campo midiático relacionam-se e modificam o campo político:

Eu disse, no momento adequado, que se tratava de um campo autônomo, de um microcosmo separado no interior do mundo social. Uma das transformações mais importantes da política, de uns vinte anos para cá, está ligada ao fato de que agentes que podiam considerar-se, ou ser considerados, como espectadores do campo político, tornaram-se agentes em primeira pessoa. Quero referir-me aos jornalistas e, especialmente, aos jornalistas de televisão e, também, aos especialistas em pesquisa de opinião. Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo. Perguntam-me frequentemente o que me faz reconhecer que uma instituição ou um agente faz parte de um campo. A resposta é simples: reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente) (p. 201- 202).

Outra importante contribuição do autor para se entender o funcionamento dos campos sociais - e que serão imprescindíveis para o entendimento da constituição da presença da mulheres nos campos político e midiático - são as noções de *habitus* e capital. De acordo com o autor, *habitus*⁴ pode ser entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis através da qual o ser humano entende, julga e age no mundo, e que:

⁴ *Habitus* é um conceito antigo da filosofia, utilizado de forma intermitente por Aristóteles (pelo termo *hexis*), Tomás de Aquino, Hegel, Weber, Durkheim, Mauss, Husserl, entre outros. Bourdieu retoma a esse conceito em 1967 através de uma reinterpretação da análise do historiador de arte Erwin Panofsky da conexão entre o pensamento da Escolástica e a arquitetura gótica na era medieval e o refinou depois, tanto empírica como teoricamente, em cada uma de suas obras mais importantes.

[...]que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógica de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p.65)

Estas disposições são inconscientes e adquiridos através da exposição prolongada a condições e condicionamentos sociais, da interiorização das restrições e possibilidades externas. Isso significa que elas são compartilhadas por pessoas submetidas a experiências semelhantes, mesmo que cada pessoa tenha apenas uma única variante individual da matriz comum (é por isso que indivíduos de nacionalidade, classe, gênero, etc, espontaneamente se sentem "em casa" um com o outro). Implica também que estes sistemas de disposições são maleáveis, uma vez que sofrem a influência do meio social, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pelas experiências anteriores, uma vez que é o próprio *habitus* que filtra essa influência.

Como mediador entre as influências do passado e os estímulos do presente, o *habitus* é ao mesmo tempo estruturado pelas forças sociais padronizadas que o produziu, e estruturante, pois dá forma e coerência para as diversas atividades de um indivíduo ao longo das diversas esferas da vida. Logo, o *habitus* deve ser pensado “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191).

O sistema de disposições que as pessoas adquirem depende da(s) posição(s) que elas ocupam na sociedade, isto é, em particular, na sua apropriação de capital. Segundo o autor, capital é qualquer recurso eficaz em uma dada arena social que permite que um indivíduo se aproprie dos lucros específicos decorrentes da participação e competição na mesma. O capital pode ser de três espécies: econômico (renda, salários, imóveis), cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), e social (recursos acumulados em virtude de participação em um grupo). A quarta espécie, é chamada de capital simbólico que:

[...] não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2003, p.145).

Ou seja, o capital simbólico diz respeito aos efeitos de qualquer forma de capital quando as pessoas não o notam como tal (como por exemplo, quando se atribui elevadas

qualidades morais aos membros da classe alta como resultado de sua "doação" de tempo e dinheiro para instituições de caridade).

A posição de qualquer indivíduo, grupo ou instituição no espaço social pode ser traçado por duas coordenadas: o volume total e a composição do capital que detêm. A terceira coordenada, que é a variação ao longo do tempo deste volume e composição, registra sua trajetória através do espaço social e fornece pistas valiosas quanto aos seus *habitus*, revelando a maneira e o caminho através do qual chegaram à posição que atualmente ocupam.

Enfim, a partir dessas noções de *habitus*, campo e capital simbólico, o próximo item tem como objetivo perceber as relações entre o jornalismo e os conceitos bourdianos apresentados.

1.2 – O campo do jornalismo: objetividade e capital simbólico

Estudar a relação entre mídia, política e gênero exige uma reflexão sobre as rotinas produtivas do jornalismo e como estas agem quanto às complexidades e diversidades da sociedade. Para Miguel & Biroli (2011), o jornalismo nas suas práticas confirma ou naturaliza a posição de grupos, como as mulheres, e indivíduos em relação a diferentes esferas da vida em sociedade, em especial a política. Logo, deve-se estabelecer uma relação entre o jornalismo enquanto prática orientada pela imparcialidade, as formas de concentração de poder e a marginalização de grupos sociais. Além disso, os autores afirmam que as notícias que são veiculadas, em geral, são consumidas de maneira irrefletida, como se estas existissem por si mesmas, bastando ao jornalista encontrá-la e apresentá-la para o público.

A presunção de que o jornalismo detém o poder de gerir, a partir do relato de acontecimentos, os demais campos sociais e seus atores, bem como, dar-lhes visibilidade, confrontá-los, incluí-los e excluí-los é um dos pilares que constituem o capital simbólico do seu campo. Ou seja, o campo jornalístico é visto como um lugar de mediação entre os demais campos sociais, cujo capital simbólico primeiro é a credibilidade de seus discursos a ele aferido por todos os estratos que compõem a sociedade. Assim, com o capital simbólico da credibilidade, o jornalismo não só se particulariza entre os demais campos sociais, como tem seus discursos legitimidades diante de outros que circulam na sociedade.

De acordo com Berger (2003, p.21), podemos associar o capital simbólico com a ideia de poder, haja visto que ele “é superior aos demais por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos”. Ainda para Bourdieu (2003), esse poder simbólico é um poder de construção da realidade que é:

[...]dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário(p. 09).

Logo, o jornalismo é um campo cujo capital simbólico da credibilidade está acoplado ao contexto de sua função social.

O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (BERGER, 2003, p. 21-22).

A noção de fazer crer ou de credibilidade do jornalismo está intimamente ligada a outro valor: a legitimidade. É a esse campo e seus discursos que os demais campos sociais recorrem para garantir visibilidade e, conseqüentemente, usufruir da sua credibilidade e legitimidade.

No entanto, para se proteger das influências externas de outros campos, como o político ou econômico, o jornalismo ao longo de sua história buscou mecanismos e regras próprias. Assim, o ideal da objetividade, imparcialidade e neutralidade se tornam imprescindíveis para que os discursos jornalísticos se legitimem como verdadeiros porque seriam não posicionados. Na relação com a política, é este trio de prescrições o que fundamenta a capacidade do jornalismo de identificar quais são os atores relevantes na cena pública e quais são as vozes e os argumentos dignos de serem ouvidos.

A objetividade refere-se à fidelidade ao mundo; o repórter descreve as coisas tais como elas são. A imparcialidade refere-se à ausência de preferência por um dos lados em qualquer questão controversa. E a neutralidade diz respeito à despreocupação com as implicações da notícia: os fatos devem ser apresentados ao público, não importa quem venha a ser beneficiado ou prejudicado com sua divulgação (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 35-36).

Como os três conceitos acima apresentados se entrelaçam em um único sistema de prescrições de práticas e comportamentos, eles serão chamados a partir de agora de objetividade jornalística. No entanto, antes de tratar da questão da objetividade e dos seus valores como distantes de outros presentes na sociedade, é imprescindível fazer uma desconstrução do discurso jornalístico como mero reproduzidor da realidade, muito presente no senso comum, o que será feito pelo viés das ciências da linguagem. A ideia que será

defendida é a de que este discurso não faz uma reprodução e sim uma construção do que seria a realidade, além do que, essa realidade não é apresentada em sua totalidade e sim, são oferecidos apenas recortes.

A mídia nos apresenta um mosaico de imagens do mundo – um quadro quase infundo e em permanente transformação. Mas esse turbilhão de informações, cuja aparente variedade tira o fôlego do público, é formado – tal como em um caleidoscópio – por uma pequena quantidade de fragmentos, multiplicada por um jogo de espelhos que é o próprio sistema da mídia, em que cada veículo ecoa o outro (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.3).

Segundo Ponte (2005, p.100) o discurso jornalístico é parte integrante da institucionalização da sociedade como realidade objetiva, em que sua responsabilidade está além da oferta diária de notícias, pois esse “*menu* noticioso é carregado de sentido ideológico, de que essas são as matérias que ‘importa saber’ e que as formas como se apresentam são as ‘naturais e certas’”. Ou seja, o jornalismo recria o real e constrói um acervo de conhecimentos e lugar de circulação de sentidos, a partir da seleção do que deve ser dito e silenciado, de quem participa ativamente na definição desse conhecimento - que a autora chama de comunidades interpretativas - e de quem deve ficar de fora.

Gomes (2000) toma o discurso jornalístico a partir da enunciação⁵, e afirma que esta se apresenta marcada por mecanismos inerentes ao fazer jornalismo como: a ausência de signo do leitor, que torna esse discurso como incontestável, pois não há possibilidade de réplicas; um discurso sempre assertivo e constativo, em prol de um efeito de real; enunciador ausente ou objetividade, que faz pensar os fatos como contando por si próprios; e por fim, a impessoalidade, para que o discurso produzido se passe como se não houvesse nenhuma colocação de valores ou hierarquização.

Entendendo língua enquanto instituição social e, portanto, organizadora legitimada da sociedade, e discurso como sendo a língua posta em ação, para Gomes (2000), o jornalismo, com o propósito de organizar discursivamente a sociedade, desempenha uma função testemunhal e para tal, constrói seus discursos a fim de produzir o que Barthes chama de “efeito de real”, “ilusão referencial” ou “discurso realista”. Tais termos são utilizados para designar a forma como determinados discursos criam o real, já que este, sendo da ordem do simbólico, precisa ser mediado, para que o sujeito possa ter acesso a ele.

⁵ Entende-se por enunciação os modos como um enunciado é produzido, ou seja, “diz respeito não ao que é dito, mas ao dizer e suas modalidades, os modos de dizer” (VERÓN, 2004, p. 216). O conceito de enunciação e suas implicações para a análise do objeto de que trata esta pesquisa será melhor explicado no próximo capítulo.

De acordo com Silva (2006, p.189) o fato jornalístico deve ser visto “como uma forma epistemológica de organizar o mundo”, tendo a linguagem a função de organiza-lo categoricamente; para o autor, a única possibilidade de se chegar ao real é por meio da linguagem. “Não se nega o mundo objetivo, apenas se afirma que este mundo objetivo é um mundo organizado e estruturado pela linguagem. Olham-se e distinguem-se os objetos como são percebidos e categorizados pela linguagem”. (p. 39)

Mouillaud (1997) também se interessa menos pelo enunciado e mais pela enunciação, ou seja, na forma como o jornal constrói o acontecimento enquanto um fato do real. Nos discursos do jornal, a informação, que pressupõe o acontecimento ou fato, segundo Mouillaud (1997) , se caracteriza como um recorte do real, um enquadramento (conceito que ele pega emprestado de Goffman) que deixa para trás outros recortes que ao aparecerem no relevo se tornam outros acontecimentos. E assim, nessa disputa de visibilidade, o jornal utiliza-se de formas para tornar legível a informação, ou seja, “o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima” (p.63).

A construção da realidade através das narrativas de acontecimentos está associada a outro conceito chave presente nas rotinas produtivas do jornalismo: os valores-notícia. Em termos gerais, estes se referem aos critérios de noticiabilidade, ou seja, quais são aqueles acontecimentos e atores sociais que podem virar notícia. Em outras palavras, são as condições de possibilidades de ver e de dizer sobre a realidade social que estão estratificadas no *modus operandi* das notícias por seus profissionais. “Os jornalistas tem os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”(BOURDIEU, 1997, p. 12)

Além da questão da construção da realidade por meio das narrativas e escolhas do que e quem deve ser noticiado, importante para essa discussão também é a relação entre verdade e objetividade jornalística. De acordo com Silva (2006) há uma ausência de verdade plena no jornalismo; ao tratar o discurso jornalístico enquanto fenômeno sócio-discursivo, o autor afirma não ser possível aplicar a noção de verdade a tais discursos, pois estes são condicionados pelos limites impostos pelos jogos de linguagem na construção do mundo.

Aqui, a ideia de simulacro, ou seja, indistinção entre o real e o imaginário, proposta por Baudrillard (1997) ganha espaço. Segundo o autor, a verdade é irrelevante para o jornalismo pós-moderno já que a credibilidades da notícia hoje se centra não mais na sua apuração e sim, na sua transmissão. A verdade e a objetividade dão lugar à verossimilhança,

pois enquanto uma informação não for desmentida, será verossímil, e mesmo posteriormente o sendo, não será falsa, porque um dia já foi credível. “Contrariamente à verdade, a credibilidade não tem limites, não se refuta, porque é virtual” (BAUDRILLARD, 1997, p.60)

Ou seja, parte da legitimidade jornalística se assenta sobre o critério da verossimilhança, no sentido de que busca produzir a descrição mais credível da realidade, a qual, por ser assumidamente apreciativa, está abertamente sujeita à avaliação do leitor. “O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito de real discursivamente construído. E credibilidade (...) é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude” (GOMES, 2000, p.30).

Ainda segundo o autor, diante da impossibilidade de produzir a “verdade” enquanto algo definitivo, a objetividade jornalística vai buscar o “verdadeiro”, definido como um composto de verificabilidade, efetividade ou sucesso visando consenso. Por meio da referencialidade, opera enquanto discurso objetivamente construído: utiliza mecanismos de controle da subjetividade como tabelas, estatísticas, infográficos e outros dados supostamente objetivos, mas que segundo a autora, ainda assim são todos sistemas de significados sujeitos à interpretação. Porém, são tais índices do real o que constituiriam a base para a concretização, no discurso jornalístico daquilo que Barthes chama de *ilusão referencial* e de seu produto direto, o *efeito de real*.

Vale ressaltar que o jornalismo, assim como a ciência, tem a pretensão da verdade e a realidade é o alicerce da sua prática, logo, se utiliza da objetividade para ter um caráter informativo, ser um prestador de serviços e, portanto, ser legitimado pela sociedade como instância de mediação entre a realidade e os indivíduos, e entre os demais campos sociais.

Para a manutenção do jornalismo como espaço diferenciado e legítimo de difusão dessa verdade, é mobilizada a noção de que a objetividade possível, ainda que reconhecidamente limitada, consistiria na reprodução das diferentes opiniões sobre temas cuja relevância é pressuposta a partir de critérios profissionais “neutros”. As vozes tornadas públicas são justamente aquelas que se inserem em uma configuração prévia dos discursos, que permite a expressão dentro dos limites daquilo que os jornalistas consideram publicamente relevante e politicamente razoável. [...] Deixadas de lado suas posições políticas – e também o que é específico de sua posição social – e guiando-se por critérios profissionais de relevância, o jornalista seria capaz de produzir informações objetivas e imparciais (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 65).

Historicamente, a objetividade aparece como uma luta simbólica pela imposição de um produto midiático mais legítimo que se diferenciava da chamada imprensa marrom caracterizada pelo sensacionalismo. Assim, “os jornalistas foram buscar no cientificismo o

respeito pelos dados empíricos, iniciando a tendência pela ‘imparcialidade’ e ‘verdade’ dos fatos” (BORELLI, 2002, p.03)

O conceito de objetividade surgiu nos Estados Unidos no último quarto do século XIX, influenciado pelo Positivismo desenvolvido por August Comte. De acordo com essa corrente de pensamento, para que as ciências sociais pudessem colaborar de forma incontestável para resolver as crises do mundo moderno, elas deveriam oferecer soluções tal quais as ciências exatas. Assim, surgiu com o Positivismo a distinção entre fato e juízo de valor, acontecimento e opinião, o que se configurou como um significativo ponto divisor na história do jornalismo a partir da diferenciação entre o jornalismo opinativo e informativo.

O ponto de vista que compreende o jornalismo apenas como transmissor integra a teoria da comunicação que defende a noção de que este lugar, chamado de canal ou suporte, é puramente neutro, um simples veiculador de realidades [...] Para eles, o jornalismo é apenas um lugar de passagem, que faz simplesmente a mediação entre os campos sociais (BORELLI, 2002, p.2).

Diante da premissa objetiva de fazer notícias, aos jornalistas anglo-americanos cabia o dever de transmitir objetivamente os fatos de forma linear, sem interpretações, adjetivos e valorações. Eles não podiam de forma alguma realizar nenhum tipo de juízo de valor ou opinar, direito restrito apenas aos editorialistas. Qualquer traço de subjetividade, inclusive o humor nos textos noticiosos, se percebidos, eram refutados e suprimidos.

Adota-se a partir desse momento o modelo de *lead* e *pirâmide invertida*, a fim de uniformizar o texto e tornar a notícia isenta, detendo-se somente aos fatos e assim, ser objetiva.

O modelo americano-inglês do jornalismo institucionaliza pouco a pouco um conjunto de regras de escrita, interiorizada pelos jornalistas e controladas pelos editores chefes. Trata-se da objetividade como reinvidicação de um texto verídico e neutro, de fatos, e da separação do fato do comentário. A regra dos cinco W(*Who? What? When? Where? Why?* – Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê?) determina os conteúdos obrigatórios de toda reportagem. A norma chamada pirâmide invertida exige que o essencial da informação seja condensado no *lead*, parágrafo de entrada, e que venham em seguida os detalhes e explicitações (NEVEU, 2006, p.108).

É nesse contexto que são desenvolvidos diversos manuais de escrita jornalística por teóricos da comunicação visando orientar o trabalho dos jornalistas, com recomendações como se fosse uma cartilha, um *script* a ser seguido com fidelidade em sua plenitude.

Logo, construir a notícia seguindo certas regras pré-estabelecidas e assim noticiar fatos sem colocar em suas narrativas juízos de valor tornou-se o pressuposto básico para a validação do trabalho jornalístico. Além disso, Tuchman(*apud* NEVEU, 2006), nos leva a

refletir a objetividade não como uma garantia de veracidade ou de neutralidade política, mas como uma forma do jornalista se proteger das críticas e perseguições.

O desenvolvimento de um conjunto de marcadores de objetividade vem antes de qualquer coisa manifestar que, mesmo trabalhando com urgência, eles fizeram de tudo para ir às fontes mais confiáveis e coletar diversos pontos de vista. A escrita vem de alguma forma sugerir que são os fatos que falam, e não a subjetividade do redator (NEVEU, 2006, p.109-110).

No entanto, para Vizeu (2003, p.108) não podemos reduzir a construção da notícia a uma mera técnica e a “simples mobilização de regras e normas fornecidas pelos manuais de redação ou aprendidas no desempenho da atividade profissional”. Para o autor, considerar o texto noticioso como resultado de técnicas objetivas de narrar é desconhecer a dimensão simbólica do trabalho jornalístico.

Por estar inserida em diferentes contextos e, por ser a produção de notícias um trabalho realizado por sujeitos distintos, a objetividade pode ser vista como uma busca do discurso, um horizonte a ser alcançado. Ela seria um conjunto de características e abstrações que não existem em estado puro na realidade, representando uma racionalização impossível.

Ainda, a objetividade jornalística seria tendencial. A notícia seria uma comunicação controlada e dirigida e o jornal informaria o melhor que pudesse, não sendo objetivamente verdadeiro, mas subjetivamente verdadeiro. Aliás, o trabalho de construção jornalística da realidade está impregnado de subjetividade, já que esta é produzida por sujeitos que possuem interesses, intenções, culturas e valores próprios e diversos.

O simples ato de escolher o ângulo de uma foto, a seleção das fontes a serem ouvidas, a hierarquização dos assuntos ao longo das páginas do jornal, a opção por determinadas vozes e citações e não outras, são determinantes para o sentido da notícia a ser produzida, e são carregadas de graus valorativos em que a subjetividade está presente, mesmo de forma implícita.

Tomando como base essa ideia, teóricos defendem a inviabilidade de um jornal puramente objetivo e de reprodução exata do real. A Teoria Construcionista, que surgiu nos anos 70 nos estudos de jornalismo, por exemplo, contrapôs-se a visão positivista de que o jornalismo é capaz de refletir a realidade tal qual como ela é, mas sim como uma construção subjetiva da realidade. (MACHADO, 2006).

Para Borelli (2005) o jornalismo é um campo de produção e operação de sentidos, instituídas por relações entre campos e atores sociais, e não apenas um lugar neutro e de passagem.

Esse trabalho de produção de sentido é orquestrado pelo estatuto da linguagem. Isto é, a atividade jornalística só existe na medida em que é nomeada, perpassada e manejada pela língua, códigos e regras do campo da linguagem que, por si só, não podem reproduzir a realidade, mas construí-la. (BORELLI, 2002, p.06)

Logo, dizer que o jornalismo configura-se como um “espelho” da realidade, que apenas a reproduz objetivamente torna-se uma premissa frágil e ilusória se a problematizarmos pelo viés da linguagem. Não existe uma reprodução, mas uma construção discursiva que é intersubjetiva. Para Machado (2006), a intersubjetividade é o bastante para refutar a ideia de que o discurso contém uma verdade literal, já que ele depende dos sujeitos para existir, tanto o que fala como o que lê o discurso. Em outras palavras, para a autora, o discurso é um lugar vazio cujo preenchimento se dá pela interação em que os contextos de produção de sentidos são tanto do plano da enunciação, quanto de leitura. “Os sentidos não estão presos ao texto nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de inter-ação texto/leitor”(MACHADO, 2006, p.4)

No entanto, a crítica de diversos estudiosos da relação entre a mídia e grupos marginalizados, como as mulheres (MIGUEL & BIROLI, 2011, PAIVA, 2005; CAMPOS, 2002), é que da mesma forma como os discursos jornalísticos organizam o mundo, e pelo seu poder da “verdade” são autônomos em relação a outros campos sociais, na inter-relação com esses outros campos, há uma naturalização da ordem social e da política estabelecida. Naturalização legitimada como verdadeira e como reflexo do real, pelo capital simbólico da credibilidade imposta ao jornalismo. Ao mesmo tempo, há um entendimento de que a linguagem não é um campo neutro e meramente descritivo, mas um mecanismo de manutenção das relações de poder, um espaço de tensão e embates dos diversos campos sociais e seus agentes.

Para a Teoria dos Discursos Sociais, na qual essa pesquisa se apoia teórica e metodologicamente, o jornalismo deve ser visto como um campo social autônomo negociando com outros campos. Assim, ele não é mais um mediador, mas um negociador de sentidos. Faz-se necessário então, entender como se dá essa negociação de sentidos pelo jornalismo a partir de conceitos como discurso, poder, ideológico, entre outros, apontando com os postulados da Teoria dos Discursos Sociais, a fim de se ter um novo olhar sobre a prática jornalística. Essa discussão, porém, será mais aprofundada no capítulo três desta pesquisa.

1.3 – O lugar da mulher na mídia política

Depois de passar pela relação entre mídia e política, bem como o do funcionamento do campo jornalístico, a intenção agora é restringir esses temas a atuação da mulher dentro desses campos e como eles acabam se inter-relacionando. Há no Brasil uma gama de estudos e pesquisas acadêmicas que tratam da relação entre gênero e mídia. A construção do lugar a qual pertencem o homem e a mulher na sociedade através dos discursos presentes nos diversos meios de comunicação, por exemplo, é um tema recorrente nas ciências sociais e humanas. E a mídia, por seu caráter central na contemporaneidade, é vista como a responsável direta pela representação social do homem e da mulher.

A concepção de representação social é uma adaptação do termo de Durkheim “representação coletiva”, a qual sugere que há algo que é compartilhado homogeneamente por todos os membros de uma sociedade. Na sociedade industrial e capitalista contemporânea, a expressão coletiva torna-se impossível e então é substituída por Moscovici (2010) para social, a fim de enfatizar a pluralidade das representações.

De acordo com o autor, as representações constituem um tipo de realidade construído através da linguagem que possuem basicamente duas funções: convencionalizar objetos, pessoas e acontecimentos e se impor sobre os indivíduos de forma prescritiva através das tradições e das estruturas imemoriais. Assim, para Moscovici(2010, p.40) as representações “terminam por se constituir em um ambiente real, concreto”. Ou seja, a mídia por meio de seus discursos constroem representações de uma sociedade e seus membros – seus hábitos, costumes, política, cultura, etc.

A mesma ideia é compartilhada por Lima (2004), para quem, representação (no seu sentido global) se refere à existência de uma realidade externa aos meios através dos quais essa realidade é construída. Em outras palavras, representar significa construir uma realidade dentro de um espaço onde o sentido da vida e das coisas é construído, a qual o autor chama de “cenários de representação”. Neles, as significações relativas à política (direito/esquerda, conservador/ progressista), aos gêneros (masculino/feminino), às raças (branco/negro/amarelo), às gerações (novo/velho), à estética (feio/bonito),etc., são construídas publicamente.

Nas democracias representativas contemporâneas, os Cenários de Representação são, portanto, o espaço específico das diferentes representações da realidade, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia (sobretudo na e pela televisão) (LIMA, 2004, p. 14).

Para Iris Marion Young (1998) as diferenças de gênero, vistas como diferenças estruturais⁶, têm a mídia como importante componente dos procedimentos que reforçam a estrutura de relações e interações constituída. Segundo a autora, a mídia difunde visões da realidade que confirmam e naturalizam as compreensões de gênero já incorporadas tanto por homens como por mulheres, como por exemplo, suas hierarquias, o pertencimento do homem ao espaço público e as mulheres ao privado, bem como as divisões de trabalho. Essa confirmação não apenas confirma uma realidade dada como presente, como potencializa sua realização no futuro.

Também, Miguel & Biroli(2011) partem da hipótese de que hierarquias e desigualdades sociais são construídas e reproduzidas pelas palavras e imagens que compõem o objeto final da mídia e pelas quais, comportamentos e pertencimentos são naturalizados. Essa naturalização de formas de ver e classificar o mundo corresponde à incorporação e reprodução das relações (de dominação) pelos agentes de um determinado campo, consistindo em uma matriz de comportamentos. A noção de *habitus*, da sociologia de Bourdieu(1983), é utilizada pelos autores para dar conta dessa dinâmica:

O *habitus* primário dos agentes que constituem o campo da mídia é marcado pelas relações de gênero, que inclui a posição de desvantagem na qual as mulheres foram, como grupo, historicamente situadas. Na interação com as disposições específicas do campo, as hierarquias de gênero potencializam a posição da mulher no discurso: predominantemente, a de *objeto de que se fala*. [...] os noticiários excluem as mulheres enquanto sujeitos de discurso, ao mesmo tempo em que confirmam perspectivas sobre o “feminino”, referenciadas pela estrutura de diferenciações de gênero existente. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 25)

Em relação ao noticiário político, a pouca presença de mulheres nele diminui o impacto potencial de perspectivas de mulheres (e não sobre mulheres), que poderiam confrontar o discurso que os meios de comunicação apresentam como “universal”. A dinâmica de produção de notícias, marcada por procedimentos como a utilização dos diversos veículos das mesmas fontes, o papel das assessorias de imprensa, a comunicação governamental e a convivência entre os jornalistas que cobrem setores específicos faz com que haja um compartilhamento homogêneo de representações do campo político e de seus

⁶ De acordo com a autora, as diferenças de gênero são estruturais no sentido de que são formadas por um conjunto de relações e interações que agem em conjunto para produzir certas possibilidades e excluir outras.

atores. “Isso favorece a confirmação e naturalização da ordem política vigente e, nela, da concentração da presença e dos recursos de poder nas mãos de poucos indivíduos, pertencentes aos mesmos grupos sociais” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 26).

Detendo-se na relação entre política e mídia, em especial o jornalismo, os autores afirmam que a atuação política de mulheres é representada de forma a reforçar posições e estereótipos vigentes, “confirmando e contribuindo para a manutenção da sub-representação e marginalização das mulheres. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.15)

Para eles, há uma baixa presença de mulheres no noticiário político, comprovado a partir de pesquisas empíricas⁷, porque, mesmo com o aumento do número de mulheres candidatas a cada eleição, o mesmo não pode se dizer no número de mulheres que são eleitas. Logo, essa sub-representação na mídia política a partir de uma ausência significativa dessas mulheres é um reflexo do próprio campo político, o que acaba reforçando o caráter masculino da política e a reprodução das estruturas sociais que excluem as mulheres do espaço público.

Para os autores supracitados, a sub-representação das mulheres na mídia política também é refletida quando na cobertura da imprensa das ações políticas destas que, em geral, associam a presença de mulheres a determinadas áreas e temáticas de atuação, consideradas próprias para a política feminina: questões sociais, questões ligadas à família, à infância e à adolescência, meio ambiente e etc. Se fogem da regra, acabam por receberem “epítetos preconceituosos”, como “dama de ferro”, aplicado a primeira ministra britânica Margareth Thatcher, ou recebem insinuações veladas de “masculinização”, como ocorreu com a ex-ministra Zélia Cardoso de Melo e com a atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

A naturalização da ideia de que as mulheres devem atuar politicamente em temáticas consideradas próprias a elas seria um reflexo, para o espaço público, do papel socialmente construído para a mulher no espaço privado, sendo tais temas muitas vezes tomados como o diferencial feminino no exercício do poder⁸.

⁷ Miguel & Biroli(2011) desenvolveram uma pesquisa de conteúdo a partir do acompanhamento de três telejornais noturnos de redes nacionais e de três revistas semanais de informação durante três períodos de três meses cada, entre o primeiro semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007. Com a intenção de perceber a presença das mulheres no noticiário político, constataram que na amostra pesquisada as mulheres eram personagens de apenas 12, 6% e 9,6 % dos telejornais e revistas respectivamente, o que confirma, segundo os autores, a masculinização do campo político pela representação midiática deste campo.

⁸ A associação das mulheres que atuam politicamente a temas considerados “sensíveis” é chamada de *care politics* ou política do desvelo. Segundo as pesquisadoras que desenvolveram esse conceito, Sara Ruddick, Jean Bethke Elshtain e Nancy Hartsock, por estarem acostumadas a cuidar dos outros a partir das experiências do seu âmbito familiar, as mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade, engajando-se em áreas como o amparo social, saúde, educação, meios ambiente e assim, contrapondo-se a abordagem fria e impessoal característica da atuação masculina nos mesmos.(MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 78)

As pretensas características maternas transbordariam para a arena política, fazendo com que as mulheres fossem mais preocupadas com os mais frágeis, menos competitivas e mais abnegadas. Esse discurso aparece com frequência entre as próprias mulheres na política, que veem nele a forma e afirmar um diferencial positivo em relação a seus concorrentes do sexo masculino. Até a inexperiência delas na vida política ganha conotação positiva, já que estariam distantes da política tradicional exercida pelos homens e marcada pela desonestidade e pelo descaso com a sociedade (MIGUEL & BIROLI, 2011 p.77).

Segundo os autores supracitados, muitas mulheres que se candidatam a cargos eletivos utilizam esse “diferencial feminino de fazer política” a partir do uso de temáticas consideradas próprias a elas para se fortalecerem na medida em que correspondem às expectativas dos seus eleitores, dos seus partidos e da própria mídia, que assim, poderão ser “mais receptivos à atuação de uma mulher na área social. Isto é, esta atuação pode ser mais efetiva e angariar maiores dividendos simbólicos caso ocorra a *favor* dos estereótipos de gênero e não contra eles” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.112).

Além disso, quando eleitas, muitas dessas mulheres adotam posturas francamente conservadoras por não assumirem com prioridade no exercício do mandato ideais feministas, mantendo a dualidade do que se considera ações do ponto de vista feminino e feminista.

De volta as reflexões abordadas anteriormente sobre o jornalismo, para os autores, este não apenas reflete a realidade que a cerca, como também desempenha uma função ativa na reprodução de práticas sociais. Assim, os telejornais e revistas contribuem para a naturalização da posição subalterna da mulher na política diante do seu público, quando hierarquizam os temas e as experiências que devem constituir a agenda midiática da política.

As representações da política na mídia em geral confirmam com suas ausências e hierarquias os limites de quem pertence e quem não pertence a esse campo. Assim também, como resultado de pesquisa empírica, os autores supracitados afirmam que os estereótipos de oposição entre o público e o privado são reforçados nos meios de comunicação. Logo, além da presença de temáticas consideradas naturalmente femininas, os discursos da mídia sobre as mulheres que atuam na política dão uma maior atenção ao papel desempenhado por elas na esfera privada, suas relações afetivas, estado civil, aparência física e indumentária, quando comparados com os homens.

Uma análise das matérias jornalísticas das revistas semanais de informação sobre mulheres que ocuparam ministérios, disponibilizadas pelo *clipping* da Câmara dos Deputados, mostra que cerca de um terço faz referência ao corpo, as roupas e/ou à vida privada, independentemente do período consultado. O foco na aparência envolve julgamentos, atores pressupostos sobre o comportamento “adequado” e serve como trampolim privilegiado para apreciações sobre sua personalidade e suas ações [...] Ainda hoje, deputadas jovens e consideradas bonitas recebem invariavelmente o título de “musa do Congresso”, e são raras as reportagens sobre elas em que isto não

seja mencionado [...] Mesmo quando a presença das mulheres políticas se amplia, na política e no noticiário, a vida conjugal, a relação com os filhos e com a rotina doméstica está em pauta, novamente reforçando os estereótipos de gênero. Um dos desdobramentos dessa situação desigual é que a tensão entre a vida pública e vida doméstica faz parte da caracterização das mulheres que atuam na política, enquanto parece ser uma questão ausente ou, quando muito, lateral para a caracterização das carreiras e para a discussão das chances de êxito dos homens. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 170-171, 176)

Paiva (2008) também apresenta resultados de pesquisas que confirmam as temáticas sobre a atuação de mulheres na política abordadas pelos meios de comunicação. A autora analisou os discursos presentes nos jornais “O Globo” e “Folha de São Paulo”, no período de julho de 2006 a janeiro de 2007, sobre as candidaturas de Heloísa Helena, Ana Júlia Carepa, Cristina Almeida, Denise Frossard, Yeda Crusius, Manuela D’Ávila e Jandira Feghali⁹.

A primeira constatação de Paiva (2008) é de que há uma diferença na representação da mulher-candidata quando na cobertura do jornalismo político informativo e as notas das colunas. Na primeira, foi apontada uma tendência de igualdade de tratamento entre os dois gêneros. Já na segunda, as candidatas aparecem frequentemente por conta de suas roupas, cabelos e adereços e por questões de ordem privada, como namoro, casamento e filhos. Assim, para a autora, não é difícil esbarrar, principalmente, nas colunas sociais e políticas, com matizes depreciativas para com as mulheres-políticas”, e estas frequentemente “se dedicam a falar das mudanças de penteado das candidatas, de suas roupas, de partes de seus corpos ou de assuntos relativos às suas vidas privadas, enquanto deixam de dispensar aos homens-políticos o mesmo tratamento” (PAIVA, 2008, p. 7, 21)

De acordo com Campos (2002), a mulher no exercício de uma função política é vista como uma mulher antes de ser designada como política. E é por isso que elas aparecem, frequentemente, primeiro como mulheres, e depois como políticas, situação reforçada pelos meios de comunicação social que assim, dão muita importância ao corpo, a aparência e ao modo de vestir, remetendo para segundo plano os aspectos intelectuais.

Para Miguel & Biroli (2011), por terem o corpo, a vida familiar e afetiva como pautas, diferente dos aspectos da trajetória dos homens que ganham destaque, as mulheres se veem diante de dois dilemas: por um lado, tais pautas podem surtir um efeito de que elas não fazem política, e por outro, podem servir de ônus para que elas possam ganhar visibilidade na mídia. Na segunda opção, seria o que naturalmente se acomodaria as expectativas dos meios

⁹ Respectivamente candidatas no ano de 2006 a: Presidência da República, Governo do Pará, Senado pelo Amapá, Governo do Rio de Janeiro, Governo do Rio Grande do Sul, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul e Senado pelo Rio de Janeiro.

de comunicação, tanto no aspecto da atuação política com focos considerados femininos, como o preenchimento de padrões da exposição estereotipada da mulher, com destaque para o corpo, roupas e cuidados com a aparência. “Em outras palavras, deve-se levar em conta que a opção pela invisibilidade muitas vezes é considerada, por parte das próprias mulheres, pior do que o recurso aos estereótipos convencionais” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.182)

1.4 – Além da representação: visibilidade e capital político de mulheres

As noções de campo e capital, que foram tomadas emprestadas de Bourdieu e abordadas anteriormente, mais uma vez se fazem necessárias para que se compreenda como as tensões entre os campos político e midiático vão além das representações e proporcionam visibilidade e contribuem para as hierarquias dos atores políticos. O que se afirma é que os destaques na mídia são correlatos ao destaque no campo político e vice-versa, e que o tipo de destaque constitui um ingrediente imprescindível para a produção de capital político.

Ainda que homens e mulheres em funções similares tenham tido acesso a cargos políticos da mesma forma (por eleições democráticas) na prática, sabe-se que alguns possuem mais prestígio, espaço e influência tanto nos campos político como midiático, o que caracteriza qualquer campo. Além disso, a visibilidade na mídia tanto produz capital político quanto dele deriva.

O capital político seria uma espécie de capital simbólico, que legitima a pessoa a atuar na esfera política. Assim, para quem deseja alcançar postos mais altos na estrutura política, é necessário que se tenha capital político, que “baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário á prática política)” (MIGUEL, 2003, p.121)

No que diz respeito a homens e mulheres, a elas são designadas temáticas femininas que não lhes proporcionam nem maior visibilidade e nem prestígio, por serem áreas que não agregam capital político, o que faz com que elas permaneçam em posições periféricas naquele campo. Ao contrário, os homens políticos estão geralmente na zona central e de decisão política, que correspondem a áreas de maior visibilidade, consequentemente de capital político.

Se a mídia política concede mais espaço às mulheres quando estas atuam em áreas consideradas próprias delas, como assuntos privados e cuidado com os outros, elas ficam cada vez mais afastadas do núcleo do noticiário político. Ou seja, confinando nas mulheres temas

ligados à área social e sua vida privada, fica reservado aos homens as tarefas de maior reconhecimento social.

O campo político, assim como qualquer outro campo, possui especificidades no seu funcionamento que acabam por impactar nas formas de valorização das trajetórias e oportunidades de atuação de homens e mulheres. Como dito anteriormente, por mais que os mandatos sejam iguais, a dinâmica de funcionamento do campo requer que seus atores atuem de acordo com os padrões de comportamento legitimados.

A ampliação do capital político, isto é, da capacidade de influência, por sua vez, depende da adequação às regras do campo. O conceito de “campo político” permite entender que as estruturas induzem comportamentos que viabilizam sua reprodução. Isso não significa que a mudança não é possível, mas que ela não se esgota no ingresso de grupos antes excluídos em espaços sociais já estruturados. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 103)

No entanto, como os temas considerados “de mulheres” não possibilitam o acúmulo de capital político necessário para chegar a postos mais altos na estrutura política, ou elas enfrentam as naturalizações do seu lugar na política, arcando com o peso desse enfrentamento (como serem consideradas desviantes ou masculinizadas) ou se conformam com um papel secundário no jogo político. Ou seja, no caso das mulheres, o capital político gira em torno não apenas de sua visibilidade, mas também no que seria considerada a sua “peculiaridade” de gênero ou “natureza feminina”. Essa peculiaridade pode ser tanto um fator positivo para a sua visibilidade, quanto um fator negativo, pois as engessa em papéis tradicionalmente considerados de mulheres.

Em uma pesquisa dos discursos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados das 51ª e 52ª legislaturas (entre os anos de 1999 a 2006), Miguel & Biroli (2011) dividiram em três categorias o tipo de atuação política de homens e mulheres presentes nas palavras dos próprios deputados: *hard politics*, *soft politics* e *middle politics*.

Por *hard politics* considera-se o núcleo central do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia; *soft politics* refere-se a assuntos mais voltados para o social; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como “previdência social”, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.111)

Ao fim do levantamento de dados, os pesquisadores puderam constatar que os deputados de ambos os sexos privilegiaram os temas enquadrados na categoria *de hard politics* (73,3 % para eles e 67,3 % para elas), o que reforça a impressão de que essas questões possuem maior destaque no debate político, e, conseqüentemente, também acarreta uma maior

visibilidade de quem delas se ocupa. Na categoria *middle*, foram 19,5% para eles contra 22,6% para elas; no entanto, a diferença maior se concentra na *soft politics*: elas estavam presentes em apenas 30, 8% dos discursos dos deputados e em 46, 8% das deputadas. Logo, fica evidente uma maior aproximação das mulheres a temáticas mais vinculadas à área social, embora elas tenham consciência da importância de se deter também em questões mais centrais do debate político.

Assim, para que uma mulher possa acumular capital político e ocupar posições de maior prestígio e influência no campo político, ela deve aproximar-se mais do padrão de temas considerados “masculinos”, as *hard politics*.

De fato, os dados sinalizam com clareza que, à medida que o capital político cresce, o parlamentar tende a se dedicar mais à política *hard*. Os temas sociais ou *soft politics* aparecem como um nicho temático interessante para iniciantes ou, de maneira mais geral, para aqueles que, encontrando-se nas posições periféricas do campo político, buscam seu espaço de visibilidade em questões menos disputadas ou para as quais a disputa é menos qualificada. Mas o que é apenas um degrau na carreira política de um homem é aquilo que aparece como o espaço para a ação parlamentar de uma mulher. Assim, o cruzamento entre sexo e posição no campo reforça a hipótese de que a vinculação das mulheres aos temas *soft* contribui para mantê-las em situação de menos prestígio e influência (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.117 - 118).

A relação do campo político com a mídia (em especial o jornalismo) concentra-se no fato de que ela é o principal espaço de produção da visibilidade dos atores políticos, que nada mais é que a constatação de “distinções e competências definidas a partir de normas, valores e hierarquias que regem o campo da política e que os meios de comunicação absorvem” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 127).

Em linhas gerais, a mídia compartilha com os cidadãos comuns uma compreensão sobre o que é a própria política, qual é seu espaço, quem são seus agentes e que posição eles ocupam no campo político. Por esse motivo, a gestão da imagem pública se torna crucial para os atores políticos, porque ela nada mais é do que gestão da visibilidade pessoal na mídia.

Como processo, a constituição da imagem pública é mantida como fator vital à visibilidade e reconhecimento de “instituições e sujeitos da política” (partidos, governos, políticos, ideologias, governantes), neste trabalho denominado “sujeitos políticos”. Trata-se de um processo de construções e desconstruções de verdades, realidades e de legitimidade, tanto de quem fala sobre si próprio, como sobre os próprios espelhos – mídias, espaços, palcos (WEBER, 2004, p. 260).

No entanto, faz-se necessário entender que a contribuição que o jornalismo dá para o reforço das hierarquias presentes no campo político não pode ser vista apenas como fruto de uma decisão pensada de seus profissionais; ela está ligada às rotinas produtivas da mídia,

característico deste campo, em que critérios como objetividade e imparcialidade, não permitem questionar tais hierarquias, e fazem com que seus discursos sejam consumidos como verdades factuais.

2 - MULHERES E POLÍTICA

2.1 – Mulheres, patriarcado, espaços privado e público.

Considerado um campo predominantemente masculino, a inserção das mulheres na política se deu em passos estreitos e vagarosos. Foram muitos os empecilhos para que a mulher conquistasse seu lugar no campo político. A ideia conservadora e debatida por muitas estudiosas feministas de que o espaço privado é mais adequado às mulheres, enquanto o espaço público, o poder e as decisões fazem parte do mundo masculino é um deles.

Pesquisadoras da relação entre mulheres e política, Tabak & Toscano (1982) afirmam que a dificuldade da mulher de impor-se como um ser político atuante se deve ao fato de que ela foi culturalmente condicionada a postar-se como um ser privatizado.

Sua fala, uma fala para dentro; dentro de casa, no interior da família, no máximo numa pequena sala de aula. Tornar-se um ser público, é algo que atemoriza a mulher, condicionada a *calar-se* ou *cochichar*. Daí a diferença profunda que existe entre as expressões *homem público* e *mulher pública*; o primeiro é o cidadão de grandes virtudes que se ocupa dos interesses gerais da comunidade; a segunda, uma pessoa degradada, posta a serviço da sexualidade de todos (TABAK & TOSCANO, 1982, p. 17).

A questão do espaço público e privado está ligada a noção de igualdade de direitos e de cidadania (COSTA, 1998, p.49). Mas mesmo dentro da tradição liberal, havia a assertiva quanto à incapacidade política das mulheres, baseada em explicações biológicas que as classificavam como seres irracionais, inconscientes e impulsionadas pela emoção. Teóricos que defendiam a cidadania, como Rousseau e Hegel, por exemplo, enfatizavam em seus discursos que as mulheres não eram aptas a exercê-la, por estarem ligadas ao núcleo familiar, devendo apenas cumprir suas funções de esposas e mães. De acordo com Scott (2005), para Rousseau:

[...] a localização dos órgãos genitais, para dentro nas mulheres e para fora nos homens, determinava o alcance de sua influência: a influência interna continuamente reposiciona as mulheres no seu sexo [...] o macho é macho somente em certos momentos, mas a fêmea é fêmea por toda a sua vida (p.16).

Já Hegel afirmava que “se se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos” (PERROT, 1988, p. 177–178). Comte,

por sua vez, argumentava que a mulher é despreparada para governar porque estaria em uma espécie de estado infantil contínuo.

Além de diferenças biológicas, a responsabilidade no cumprimento das tarefas domésticas, a falta de acesso à informação política, de tempo e de credibilidade para desempenhar funções fora da esfera privada, mostraram-se obstáculos que impediam as mulheres de sair do espaço privado para exercer alguma atividade no espaço público.

Um dos berços dessa naturalização do espaço da mulher pode ser encontrado na Grécia Antiga, em que elas, juntamente com os escravos e estrangeiros, eram totalmente excluídas da vida pública. As mulheres, por exemplo, tinham seu próprio espaço reservado na casa, chamado de gineceus, e neles permanecia a maior parte do tempo. A elas eram confiados a administração da casa e o cuidado com os filhos, sendo que, desde cedo, deveriam cuidar para que os meninos fossem educados para a guerra e a vida pública, enquanto que as meninas deveriam ser educadas para o casamento e o lar. Logo, para os gregos a cidadania era um atributo de homens livres, sendo eles os únicos capazes de exercer atividades políticas e assim, as mulheres não eram consideradas cidadãs.

De acordo com Scott (2005), durante séculos as mulheres ficaram confinadas no status de grupo, enquanto os homens eram considerados indivíduos. Se a igualdade era um atributo dado a indivíduos, então as mulheres, enquanto grupo, estavam destinadas a exclusão.

Os homens eram indivíduos porque eram capazes de transcender o sexo; as mulheres não poderiam deixar de serem mulheres e, assim, não poderiam alcançar o status de indivíduo. Não tendo semelhança com os homens, elas não poderiam ser consideradas iguais a eles e assim, não poderiam ser consideradas cidadãs (SCOTT, 2005, p. 17).

Mesmo após a Revolução Francesa que proclamou, entre outras coisas, a igualdade como princípio básico, inicialmente a cidadania foi conferida somente aqueles que possuíam certa quantidade de propriedades; foi negada aos escravos, por serem propriedades de outrem, e às mulheres por serem seus afazeres domésticos e cuidados com as crianças considerados impedimentos para sua participação política.

Desde quando é decente ver as mulheres abandonarem os pios cuidados de suas casas, os berços de seus filhos, para virem a espaços públicos, discursarem nas galerias, nos foros do Senado? Foi aos homens que a natureza confiou os cuidados domésticos? Foi a nós que ela deu seios para amamentarem nossas crianças? (LEVY;APPLEWHITE e JOHNSON *apud* SCOTT, 2005, p.15).

A essa construção social de submissão da mulher ao homem é dado o nome de patriarcado. O nome vem do grego *patriarch*, em que *patri* significa “pai” e *arch*, “lei de”. Logo, uma sociedade patriarcal é aquela caracterizada pelo controle exercido pelos homens sobre os setores social, econômico e político.

Desde seu surgimento, o movimento feminista teve como principal bandeira de luta a mudança da posição privilegiada do homem na sociedade e a necessidade das mulheres de serem vistas como indivíduos, ao invés de seres submissos em relação ao homem. É justamente a longa e persistente crença de que homens e mulheres ocupam naturalmente espaços separados, é o que fortalece o poder do patriarcado.

Assim, a ideologia de espaços separados para os sexos promove a ideia de que, por causa do papel da mulher na reprodução, elas devem ocupar apenas o espaço privado da casa e da família. Diferentemente, os homens são designados a ocupar o espaço público do trabalho e da política. Nos Estados Unidos até a metade do século XIX, por exemplo, um casal era, por lei, considerado uma única entidade representativa na sociedade civil, cuja representação era feita sempre e somente pelo marido. Logo, as mulheres não podiam votar, possuir propriedades ou trabalhar, pois elas eram indivisíveis dos seus maridos. (FORD, 2010)

No início do século XX, estas duas esferas de espaços foram consolidadas como categorias culturais e construídas historicamente pelas diferenças entre os sexos. De acordo com Rocha-Coutinho (1994), essa separação cultural e histórica dos espaços ganhou força com a sociedade industrial, o capitalismo e a ascensão burguesa, confinando a mulher cada vez mais ao espaço privado, reduzindo-as aos papéis de mãe e esposa.

Não obstante, durante anos foi cultivada na mulher a necessidade de conseguir um bom casamento, deixando a carreira profissional de lado, quando não, ao esquecimento. Revistas e jornais femininos do início das décadas de 40 a 60, por exemplo, defendiam em seus discursos “a família estável, dentro da tradição, sendo que para as mulheres, a prioridade deveria ser o lar, pois, se não fossem boas donas de casa, mães e esposas, poderiam ser tachadas de levianas” (SOUSA, 2008, p.88)

De acordo com Pateman (1990), as instituições sociais, suas normas e valores são constituídos pela oposição entre o feminino e o masculino, sendo o gênero uma variável importante na organização da relação entre as esferas pública e política e a privada e familiar. Assim, a autora nos leva a pensar que a exclusão das mulheres da vida política está relacionada a um modo, configurado historicamente, de construí-la a partir de suas diferenças em relação aos homens.

Assim, realizar uma pesquisa que envolva o tema mulher requer uma aproximação às questões relativas às noções de gênero e a contribuição do movimento feminista na conquista de direitos para a mulher. Tais questões são importantes para que se entenda o lugar da mulher construído em diferentes setores da sociedade. No entanto, é importante que fique claro que não se intenciona, a partir deste levantamento com viés histórico, questionar tais lugares e sim responder a questão: qual o lugar construído socialmente para a mulher ao longo da história? A resposta a essa questão traz subsídios importantes para a análise de discursos do objeto desta pesquisa.

2.2 – Gênero em tensão: o feminino e o feminismo

Entendidos enquanto construções sociais e culturais, os gêneros masculino e feminino, protagonizam uma série de identificações que são repassadas ao longo dos anos, mas que, também, historicamente vem se modificando a partir de movimentos que buscam uma igualdade entre os sexos, como o feminismo.

No entanto, qualquer discussão sobre gêneros necessariamente precisa começar com a distinção entre sexo e gênero. Sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto que o gênero se refere às diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres. Logo, estudar as diferenças de sexo não desperta tanto interesse social quanto o gênero.

De acordo com Ford (2010), a identidade de sexo relacionada a ser macho ou fêmea é uma função biológica definida fisicamente por hormônios. Machos e fêmeas diferem primeiramente pela sua função na reprodução; as fêmeas podem sozinhas dar à luz e amamentar. Porém, designar a mulher o papel de cuidar das crianças após o nascimento é uma papel definido socialmente.

O gênero incorpora a interpretação da sociedade das características baseadas no sexo e atribui um valor construído culturalmente para as diferenças e contribuições de cada sexo. Na cultura patriarcal, as características masculinas são bem mais valiosas que as qualidades femininas, e a feminilidade é marginalizada. Isto tem significantes implicações para o ordenamento da sociedade, para a distribuição de direitos e poder, e na criação de políticas públicas (FORD, 2010, p.8, tradução nossa).

Complementando o pensamento anterior, Paxton & Hughes (2007) afirma que a noção de gênero é uma criação, pois as características de gênero são culturalmente criadas e passam de uma geração a outra através da socialização. É por isso que, desde o nascimento, os indivíduos se deparam com tais diferenças: rosa para as meninas, como sinal de delicadeza e

azul para os meninos como sinal de força. Ainda durante a infância, às meninas é ensinada a importância da aparência física e aos meninos, a lidar com o meio que o cerca usando a força.

A assertiva acima vai de encontro com o pensamento de Simone de Beauvoir(1980) , para quem :

Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume na sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (p.09).

Ainda segundo Paxton & Hughes (2007), as características de gênero não são fixas, elas variam de acordo com o lugar e com o tempo. O que se espera de uma mulher em um determinado país, não necessariamente é o mesmo que se espera em outro. Cada cultura constrói a forma como o masculino e o feminino devem agir dentro de determinados padrões. Além do lugar, o tempo também modifica e recria as características dos gêneros; tal fato é o que tornou possível que hoje mulheres assumam lugares antes exclusividade masculina, como a presidência de um país, e aos homens, já se espera que executem cada vez mais tarefas domésticas.

Vale frisar que, embora feminismo e gênero sejam conceitos que não operam necessariamente no mesmo campo, o termo gênero foi utilizado inicialmente pelas feministas norte-americanas, no final do século XX, para demonstrar que as distinções baseadas no sexo tinham caráter social e não biológico.

A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. [...] Além disso, o que é mais importante, “gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares (SCOTT, 1990, p. 72-73).

Para Matos (2008, p.337), o conceito de gênero é importante para explicar a subordinação da mulher ao homem e de como a dominação e a opressão masculina são elaboradas socialmente. Além disso, também serve para se analisar e “se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como o de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução”.

Explorar as questões de gênero, segundo Scott (1990), fará com que novas perspectivas possam emergir e dará uma maior visibilidade às mulheres como participantes ativas da história, além de abrir:

[...] possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (p. 93).

Os movimentos feministas então surgem com o intuito de despertar a racionalidade feminina, trazendo a questão da mulher à tona a fim de combater as premissas da sociedade patriarcal, ou seja, a submissão social da mulher ao sexo masculino. Visto como uma ideologia teve três grandes momentos: o final do século XIX e início do século XX, entre as décadas de 60 e 70 e o início da década de 80.

No primeiro momento destaca-se o movimento sufragista, cujo maior impacto foi nos Estados Unidos. De acordo com Friedan (1981, p. 43), as primeiras feministas americanas acreditavam que a conquista do direito de votar “automaticamente traria a igualdade e purificaria a sociedade”.

No Brasil, o movimento sufragista surge após a Proclamação da República, em que as mulheres reivindicavam sua emancipação política a partir do voto. Nomes como Nísia Floresta, Bertha Lutz e Leolinda Daltro entraram para a história enquanto líderes de grupos políticos que lutaram pela igualdade de direitos, sociais e políticos, das mulheres brasileiras. Para Saffioti (1992), esse primeiro momento do feminismo no Brasil pode ser considerado um “movimento pequeno-burguês” haja visto que, era constituído principalmente por mulheres pertencentes à elite social e política da época.

De acordo com Pinto (2003), o movimento sufragista brasileiro tinha um caráter conservador pois, não questionava a opressão da mulher dentro das relações de gênero; seu foco era apenas a conquista do direito feminino ao voto como uma forma de alcançar a igualdade perante os homens. Em 1917, a mulher é aceita no serviço público e em 1932, conquista o direito ao voto pelo Código Eleitoral; em 1934, tal direito é incorporado à Constituição Brasileira.

Porém, logo após essa conquista é instaurado no país o Golpe do Estado Novo¹⁰, que acabou por retrain o movimento feminista. Durante este período, as lutas das mulheres acabaram por fundirem-se com as diversas outras lutas pelo país que tentavam resistir ao governo autoritário de Getúlio Vargas.

Em 1949, foi realizada no Distrito Federal a primeira Convenção Feminina, reunindo pessoas e organizações cujas atividades estavam direta ou indiretamente ligadas às

¹⁰ Em 1937, Getúlio Vargas promoveu um golpe de estado, instalando no país um período ditatorial que vigorou até 1945, quando este foi deposto pelas Forças Armadas Brasileiras.

questões femininas, com o intuito de debater a defesa dos direitos da mulher, a proteção à infância e a defesa da paz mundial. Em 1953, é adotada em Copenhague a Declaração de Direitos da Mulher, a qual priorizava a igualdade de direitos civis e políticos entre homens e mulheres, o cumprimento das leis trabalhistas e sua extensão às trabalhadoras do campo. Assim, durante a década de 50, a mobilização das associações femininas no Brasil continuou e foram realizados diversos congressos e assembleias a fim de discutir as questões femininas presentes na declaração. No entanto, em 1964, com o Golpe Militar, a maioria dessas associações desapareceu (TABAK, 1983).

Já o segundo momento do feminismo, na década de 60, teve como foco a igualdade de oportunidades, da educação ao trabalho. Tendo tomado fôlego especialmente nos Estados Unidos e na Europa, as mulheres neste momento estavam cada vez mais independentes econômica e moralmente e, mesmo tendo se iniciado na pequena burguesia, a proposta era que todas as mulheres, sem exceção, se unissem contra a opressão.

Em 1966, é criado o NOW (National Organization for Women) liderado pela feminista Betty Friedan, autora da obra *A mística feminina*, de 1961. Nela, Friedan teve como proposta analisar como fora construída a imagem da mulher como esposa e dona-de-casa perfeita. Através de entrevistas com anônimas e amigas, ela identificou na fala destas, sentimentos de baixa-estima e opressão, que ela chamou de “problema sem nome” e que não poderiam ser causados por questões pessoais, por atingir a todas, mas que deveria ser analisada a luz de questões sociais.

O lar, como referência maior, era o lugar onde as mulheres saíam apenas para comprar, levar às crianças à escola ou acompanhar seus maridos a reuniões sociais. As mulheres viam isso, quase sempre, como falhas de seu matrimônio. Que espécie de mulher se era, se não sentia uma mística realização encerrando o chão da cozinha?, provocava Friedan. Não ajustar-se ao papel de feminilidade, ao papel de esposa e mãe, era o tal “problema sem nome” afinal (DUARTE, 2006, p.289).

Após a publicação de *A mística feminina*, Friedan fundou uma organização para a defesa da mulher, que buscava, entre outras coisas, denunciar o sistema sexista da sociedade, seus costumes e preconceitos, além da publicidade que convertia as mulheres em objetos. No entanto, a NOW foi bastante criticada como sendo uma organização feminista que se preocupava apenas com questões da classe média, deixando mulheres de classes inferiores e as negras à margem de suas reivindicações.

No Brasil, os movimentos de mulheres neste período tinham uma particularidade ímpar: eram ligados à Igreja Católica, através do trabalho feminino nas pastorais, influenciado

pela Teologia da Libertação¹¹, cujo objetivo era questionar a sociedade, a política e a economia a partir da religião (SARTI, 2004). Além disso, as mulheres também faziam parte da resistência à Ditadura Militar, tendo sido muitas delas presas, perseguidas, torturadas e exiladas pelo regime.

No entanto, os movimentos de mulheres durante o regime Militar nem sempre tinham propósitos feministas, tendo muitas vezes as reivindicações femininas por direitos sendo colocadas de lado frente a outros mais gerais para a sociedade como um todo. A lógica era de que, em um país com tamanha desigualdade social, era de certa forma, inapropriado pensar-se somente nos direitos de um grupo.

Parece haver quase um pedido de desculpas dessas mulheres por estarem tratando de seus problemas naquela época, quando o país precisava tanto de ações políticas. Enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas. A complicada relação do feminismo no Brasil com o campo político justifica essa postura (PINTO, 2003, p.51).

Assim, embora na década de 60 os movimentos feministas brasileiros tenham sido amenizados por conta do cenário social imposto no país pela Ditadura Militar, estes ressurgem com toda força durante a década seguinte, sendo na sua grande maioria composto por mulheres da classe média. De acordo com Pinto (2003), o cenário internacional de grande efervescência política, revolução de costumes e de renovação cultural, marcou o novo feminismo brasileiro da década de 1970.

Foram importantes para a disseminação das causas feministas neste período a volta das exiladas, e as reuniões informais de grupos de mulheres estudantes, trabalhadoras e religiosas, para discutirem questões relacionadas ao feminismo. Contribuiu ainda o fato de a ONU (Organização das Nações Unidas) instituir o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e os dez anos seguintes como a década da mulher, e assim, promover vários encontros ao redor do mundo para debater a situação desta em diversos campos sociais, inclusive o político.

No Brasil, o encontro aconteceu no Rio de Janeiro, causou grande repercussão na política e a partir dele foi criada a primeira organização feminina pós 1964, o Centro da

¹¹ Em termos gerais, a Teoria da Libertação é um movimento que nasceu dentro da Igreja Católica com o propósito de interpretar os ensinamentos de Jesus Cristo presentes na bíblia como forma de libertação das injustiças econômicas, políticas e sociais. Também chamada de Teologia Política, absorveu crenças de diferentes religiões, desde o islamismo à umbanda, a fim de formular seus principais fundamentos de reinterpretação da fé em vista dos problemas sociais.

Mulher Brasileira (CMB), com o propósito de se tornar uma associação permanente de debates sobre a condição da mulher no país, e cuja posição foi a de sempre considerar que:

[...] o movimento feminista soma às reivindicações políticas, econômicas e jurídicas do povo, o questionamento do papel tradicional da mulher, como esposa e mãe, a sua situação de inferioridade a que foi historicamente relegada (TABAK, 1983, p.136).

Enquanto isso, no Piauí, o Ano Internacional da Mulher e os movimentos feministas possibilitaram trazer mais mulheres para a cena pública, pois há um aumento na década de 70 de mulheres que se candidataram a cargos eletivos. No entanto, ainda de acordo com a autora, as mulheres procuraram não “vestir” características desses movimentos.

Uma das razões eram as notícias que chegavam ao Estado, através dos jornais, resultando em opiniões distorcidas. Assim, algumas mulheres que participavam da política, disputando cargos eletivos, normalmente, não se utilizavam da proposta do movimento em seus discursos. Ao mobilizarem a população, davam prioridade a assuntos direcionados à sociedade local e nacional, de forma geral. Destacando a necessidade de uma maior participação feminina na sociedade, esse discurso era articulado de forma que os eleitores não questionassem a entrada das mulheres piauienses na política (SOUSA, 2008, p. 57).

Esse distanciamento das mulheres piauienses em relação aos ideais feministas pode ser explicado pelo fato de que ser feminista tinha inicialmente, uma conotação pejorativa. De acordo com Sarti (2004), para a direita, o feminismo era um movimento imoral e perigoso, enquanto que para a esquerda, não passava de uma espécie de reformismo burguês.

[...] para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, o feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem do feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança da estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004, p. 40).

As divergências eram tantas que em 1979, um pequeno número de associadas manifestou-se contrário quanto à atuação dentro do CMB, e assim, houve uma “racha” dentro deste e a criação do Coletivo de Mulheres, que propunha uma maior autonomia do movimento em relação ao feminismo clássico, e acreditava ser uma questão de sexo a razão da opressão e discriminação imposta às mulheres. Para esse movimento, cabia a elas conquistar espaços que assegurassem o desenvolvimento de suas próprias características, para que pudessem “assumir-se de forma independente, renunciando ao modelo masculino” (TABAK, 1983, p. 137)

A década de 80 é considerada o terceiro grande momento do feminismo, em que foram criados espaços institucionais para a realização de políticas voltadas para as questões femininas. Novos questionamentos sobre os rumos do movimento fizeram com que este reformulasse suas questões e caminhos, e ampliasse seus temas, para que sua luta, que estava cada vez mais perdendo adeptas, tomasse novo fôlego. Neste período a luta das mulheres por seus direitos somaram-se a luta pela redemocratização do país, e assim, “houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito particular” (SARTI, 2004, p.42).

O eleitorado feminino então passa a ser alvo de interesse dos partidos políticos que incorporaram a partir daí em seus programas e plataformas eleitorais as demandas femininas, além de muitos criarem departamentos femininos.

No que diz respeito ao papel do Estado e sua influência através de políticas sociais e econômicas, em 1983, foi criado o primeiro órgão público voltado para a implementação de políticas para as mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina. Como consequência da organização das mulheres e a atuação da bancada feminina no Congresso Nacional, em 1988, o movimento feminino¹² conseguiu aprovar cerca de 80% de suas demandas durante a Assembleia Nacional Constituinte, tornando-se o setor da sociedade civil que conquistou mais vitórias.¹³

Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. O caso da Constituinte é particularmente interessante, pois não se tratava de forma alguma de um Congresso Constituinte feminista, nem mesmo de uma bancada feminina feminista. Todavia foram muitas as vitórias do movimento. Esses êxitos foram consequências de uma bem montada estratégia de mobilização que reuniu mulheres no país inteiro, levou para Brasília lideranças regionais, promoveu campanhas e manteve atento acompanhamento ao longo dos trabalhos (PINTO, 2003, p. 76).

Logo, a década de 80 torna-se um marco na conquista feminina por representar a partir dali a entrada das mulheres na esfera da política institucional. Soma-se a isso a expansão das pesquisas acadêmicas sobre as questões de gênero e a criação de ONGs (Organizações Não Governamentais) voltadas exclusivamente para as demandas das mulheres, em especial relacionadas a temas como saúde e violência.

¹² Mesmo representando apenas 5, 33% da Câmara Federal, e sendo de diferentes partidos e matizes políticas, as deputadas uniram-se como um verdadeiro “bloco de gênero” a fim de aprovar as demandas femininas. A imprensa na época chamou a atuação da bancada feminina durante o período da Constituinte de “lobby do batom”. (COSTA, 1998, p.117)

¹³ Dentro várias conquistas, as mais significativas foram a criação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no Ministério da Saúde, a multiplicação de delegacias da mulher e de conselhos estaduais e municipais.

Nesse ínterim, no Piauí, houve um aumento do número de encontros, palestras e passeatas que tinham o universo feminino como foco central. “Muitas dessas mobilizações ressaltavam a necessidade de uma maior participação da mulher no cenário político piauiense e de uma luta mais intensa por direitos femininos” (SOUSA, 2008, p.66).

De acordo com a autora supracitada, os movimentos de mulheres piauienses, mesmo com as discordâncias dentro dos partidos, tinham como objetivo principal informar a sociedade e, assim, mobilizar um número cada vez maior de participantes. Em 1985, por exemplo, foi lançado o Centro Popular da Mulher (CPM), cujas atividades estavam voltadas para a conscientização, unificação e organização das mulheres pela igualdade social. A partir deste centro, outros foram surgindo em bairros e municípios, e assim, as manifestações femininas foram se consolidando no cenário piauiense.

Desta forma, mesmo com todas as críticas que o movimento feminista recebeu e recebe ao longo de sua existência, sua importância para a entrada da mulher no campo político é inquestionável. Foi pela voz e luta de feministas declaradas que as mulheres, feministas ou apenas femininas, ao redor do mundo, e no Brasil, conseguiram o direito de votar e serem votadas e assim, exercer sua cidadania.

2.3 – A conquista do voto e a inserção das mulheres na política brasileira e piauiense

Durante séculos as mulheres ficaram à margem da esfera pública e consequentemente do mundo político. As questões de gênero construídas culturalmente, bem como o patriarcado, discutidos anteriormente, são elementos que explicam a história de exclusão política da mulher, assim como, os movimentos feministas foram importantes para mudar tal cenário.

No Brasil, tal situação começou a mudar, de fato, quando em 1910, foi criado pela professora Deolinda Daltro, o Partido Republicano Feminino, no estado do Rio de Janeiro, através do qual as mulheres passaram a lutar de forma organizada pelo direito ao voto, luta que durou mais de 20 anos.

Em 1918, Bertha Lutz, uma das primeiras feministas brasileiras, e um grupo de colaboradoras criaram, também no Rio de Janeiro, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente chamada de Liga pelo Progresso Feminino e em 1922 de Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha como propósito intensificar as ações em prol da conquista de direitos políticos para a mulher.

Seus objetivos: elevar o nível de instrução feminina; assegurar direitos civis às mulheres; assegurar medidas legislativas necessárias ao trabalho feminino; proteger a maternidade e a infância; garantir direitos políticos à mulher; e estreitar a manutenção da paz no hemisfério ocidental. (TABAK, 1989, p.39).

Observando o estatuto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, verificam-se no sexto item do seu artigo 03, umas das principais bandeiras de luta da organização: a conquista do direito ao voto.

- 1.Promover a educação;
- 2.Proteger as mães e a infância;
- 3.Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4.Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5.Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
- 6.Assegurar à mulher os direitos políticos que nossa constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
- 7.Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no hemisfério Ocidental (SAFFIOTI, 1976, p. 258).

Assim, pode-se estabelecer como ponto de partida para uma efetiva vinculação da mulher brasileira ao universo político, a conquista do direito ao voto, ocorrida em 1932, a partir de um decreto-lei¹⁴ promulgado no governo de Getúlio Vargas, concretizado na constituição de 1934. Da primeira Constituinte Republicana, de 1891, que declarava em seu artigo 70 que “são eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei” (TABAK & TOSCANO, 1982, p.23), e que talvez não expressasse a intenção de excluir as mulheres, mas cujas palavras foram aplicadas e interpretadas *ipsis litere*, passaram-se 41 anos até que a lei estendesse o mesmo direito às mulheres.

Porém, o sufrágio feminino foi concedido inicialmente de modo seletivo, pois apenas as mulheres que possuíam função pública remunerada podiam votar. Somente a partir do Código Eleitoral de 1965, o direito ao voto foi estabelecido a todas as mulheres, independente de qualquer restrição, pela Lei nº 4.737 de 15 de setembro daquele ano. Logo, com dispositivos no Código Eleitoral que restringia a cidadania política às mulheres, somada a uma cultura de exclusão, houve inicialmente uma baixa participação das mulheres, pois poucas tiraram seu título de eleitor nos anos seguintes (ÁLVARES, 2005).

Mas é importante ressaltar que já em 1928, ou seja, quatro anos antes da lei do sufrágio universal, uma mulher, Luíza Alzira Soriano Teixeira, foi eleita prefeita da cidade de Lages, no Rio Grande do Norte, tornando-se a primeira a exercer este cargo no Brasil. Tal fato

¹⁴ Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que aprovava o novo Código Eleitoral e estipulou em seu art. 2º: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código”.

se deu por conta de uma lei estadual que já estabelecia a igualdade de direitos ao voto aos dois sexos. O governador daquele estado, Juvenal Lamartine, durante sua campanha eleitoral de 1927 defendeu o direito do voto feminino, e ao ser eleito, conseguiu incluir tal concessão na lei eleitoral do Estado.

A aprovação do novo Código Eleitoral que estendia às mulheres o direito ao voto e a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁵, em São Paulo, formaram o cenário para a primeira disputa eleitoral com a participação feminina. Assim, em 1934, a médica Carlota Pereira de Queiroz, representante do Partido Republicano Paulista e única mulher a assinar a constituição, tornou-se a primeira deputada federal da história do Brasil, representando o Estado de São Paulo; Maria do Céu Fernandes foi a primeira deputada estadual, pelo mesmo estado, no mesmo ano. Bertha Lutz, pioneira na defesa dos direitos da mulher e suplente do deputado federal Cândido Pessoa, acabou assumindo em 1936, após a renúncia deste, um lugar na assembleia constituinte e tornou-se a segunda representante feminina no Congresso Nacional.

No entanto, com o Golpe do Estado Novo, em 1937, há uma interrupção no processo de democratização, sendo o Congresso dissolvido e os mandatos cassados, inclusive os de Carlota Pereira de Queiroz e de Bertha Lutz. Sem Congresso Nacional, não havia eleições e logo, as mulheres não puderam exercer seu direito recém-adquirido até a queda de Getúlio Vargas em 1945. Após esse período, não só as mulheres retornam às suas atividades político-partidárias, como vários órgãos internacionais passam a debater os direitos femininos.

No dia 26 de junho, foi assinada a Carta das Nações Unidas, na qual afirmava a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em 10 de dezembro de 1948, foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que assegurava a igualdade de direitos do homem e da mulher. No Brasil, o decreto nº 52.476, de 12 de setembro de 1963, tentou colocar em prática o princípio de igualdade entre os sexos estabelecido na Carta das Nações Unidas.

No Piauí, a primeira mulher a adquirir título eleitoral foi registrada em 1937, na cidade de Castelo do Piauí. Mas somente em 1955, uma mulher piauiense foi eleita: Maria Guadalupe Lopes de Lima, a primeira vereadora de Teresina. Três anos depois, em 1958,

¹⁵ A Revolução Constitucionalista foi um movimento armado ocorrido entre os meses de julho a outubro de 1932, iniciado em São Paulo, mas que teve combates também nas regiões sul dos estados de Mato Grosso e Minas Gerais. O objetivo da revolução era exigir do governo provisório de Getúlio Vargas a elaboração de uma nova constituição e de eleições para presidente. Mesmo derrotados pelo poder militar das forças armadas federal, com um total de 3 mil mortos, os paulistas conseguiram que uma nova constituição fosse promulgada em 1934. (SCHNEEBERGER, 2003)

Zezita Cruz Sampaio tornou-se a primeira prefeita piauiense, no município de Buriti dos Lopes.

Durante o Regime Militar houve fortes restrições à atuação política no país e uma ruptura dos direitos dos cidadãos conquistados ao longo dos anos, mas ao mesmo tempo, foi um período em que as mulheres buscaram agir politicamente em diversos meios. Segundo Tabak & Toscano (1982), muitas mulheres assumiram o parlamento devido à cassação do mandato de seus maridos e/ ou filhos mortos ou cassados depois do Golpe Militar de 1964. Talvez seja essa a razão pela qual, no pleito eleitoral de 1965, seis mulheres conseguiram eleger-se para a Câmara Federal, um número alto para a época.

[...] numerosas mulheres foram apresentadas como candidatas a cargos eletivos, em substituição a seus parentes (maridos, irmãos, pais), cujos mandatos haviam sido cassados pelo Ato Institucional Nº 1[...] Era uma forma de confirmar o prestígio de parlamentares que, afastados do Congresso pela violência, a ele voltariam, indiretamente, na medida em que ainda conservavam o prestígio político que lhes asseguraram as eleições (TABAK & TOSCANO, 1982, p. 25).

Neste período, os partidos políticos foram extintos e foi criado por decreto o bipartidarismo, composto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição. “Dentro de cada um deles, porém, persistiram as distinções ideológicas e os interesses específicos de cada um dos grupos sociais que neles atuaram” (TABAK, 1989, p. 50)

No Piauí, em 1970, Josefina Ferreira Costa, ex-primeira dama de São João do Piauí, destaca-se na política local e é eleita a primeira deputada estadual do Piauí para o mandato de 1971 – 1974. Neste mesmo pleito foram eleitas mais 31 mulheres, entre prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. De acordo com Sousa (2008), apesar de na década de 70 a Ditadura Militar tenha sido um entrave para a democracia brasileira, as mulheres piauienses, mesmo que timidamente, trouxeram um tom feminino para a política local, embora essa participação tenha se restringido quase que na sua totalidade a cargos municipais.

No cenário nacional, a mulher volta ao Congresso Nacional apenas em 1974 com a eleição da deputada federal Lygia Maria Lessa Bastos pela legenda da ARENA, tornando-se a primeira a exercer mandato legislativo em todos os níveis – municipal, estadual e federal.

A abertura política, processo que iria conduzir à substituição do regime militar por um governo civil, ocorrido entre 1974 e 1985, teve como principal consequência o fim do bipartidarismo e o surgimento de novos partidos políticos, que se preocuparam em incluir em seus programas referências à questão da mulher e uma maior participação destas enquanto candidatas.

O número de mulheres postulantes a mandatos eletivos aumentou consideravelmente, em comparação com os pleitos anteriores, muito embora isso não tivesse significado um peso relativamente muito maior de candidaturas femininas (TABAK, 1989, p. 118).

Foi nesse período que o Brasil teve sua primeira senadora, Eunice Mafalda Michellis, do Amazonas, que suplente, assumiu em 1979 o cargo deixado após a morte do senador João Bosco. Nas eleições de 1982, três mulheres candidataram-se a governadoras, nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais, mas nenhuma se elegeu.

Assim, apesar do aumento do número de candidatas ao Legislativo, tanto nas esferas estaduais como federais (de 87, em 1978, esse número subiu para 218 em 1982), e de quase metade dos eleitores serem do sexo feminino, poucas conseguiram lograr êxito e serem eleitas. Mais adiante, em 1990 e 1994 foram eleitas três senadoras em casa pleito. Em 2002, esse número subiu para sete, caindo em seguida para quatro nas eleições de 2006. Já a primeira governadora eleita no Brasil foi Roseana Sarney, no Maranhão, em 1998.

No Piauí, a década de 80 conheceu a sua primeira deputada federal, Myriam Portella Nunes, eleita em 1986 e que havia sido derrotada nas eleições municipais de Teresina em 1985 quando se candidatou a prefeita. Neste mesmo período, foram eleitas 11 prefeitas, 12 vice-prefeitas e 117 vereadoras, um aumento de 17 mulheres para cargos municipais, o que segundo Sousa (2008), evidencia uma maior facilidade das mulheres conseguirem ser eleitas em nível local.

No ano de 1990, apesar de o Piauí ter um eleitorado composto em sua maioria por mulheres, nas eleições daquele ano para presidente, governador, deputados federal e estadual, nenhuma mulher se elegeu. Em contrapartida, nas eleições municipais de 1992 e 1996, 25 mulheres elegeram-se prefeitas e 399 vereadoras (SOUSA, 2008). Provavelmente a preferência das mulheres de participarem mais de ativamente da política municipal ocorre por ser “mais fácil conciliar o exercício do mandato com outras responsabilidades, tais como as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos além de outros deveres familiares”.(TABAK, 2002, p.107)

Foi neste período que mulheres, como Francisca Trindade, Flora Isabel e Carmem Lúcia, surgiram e cresceram dentro da política local. Francisca Trindade, que morreu precocemente em 2004 por conta de um acidente vascular cerebral, assumiu seu primeiro cargo político em 1994 como vereadora de Teresina, no lugar de José Wellington Barroso Dias, após este ter assumido cadeira na Assembleia Legislativa do estado. Em 1996, se elege como vereadora, junto com Flora Isabel e Carmem Lúcia e em 1998, torna-se a segunda

deputada estadual do Piauí, 28 anos depois de Josefina Costa, e em 2002, a segunda deputada federal, após Myriam Portella. Ainda nas eleições de 1998, a suplente Maria José Leão assume uma vaga, tornando-se assim, a terceira mulher a ocupar um lugar na Assembleia Legislativa piauiense.

Após o fim da ditadura e com o restabelecimento da democracia, consolidou-se as conquistas femininas das décadas anteriores no que diz respeito à política. Mas até esse momento, o lugar da mulher nos partidos políticos ainda tinham fortes resquícios do patriarcalismo, o que foi aos poucos mudando a partir dos movimentos feministas e das políticas adotadas para incentivar cada vez mais uma participação mais ativa das mulheres na política, como o sistema de cotas.

2.4 – Mulheres e partidos políticos: de militante a cotista

Apesar da abertura política para as mulheres através do direito ao voto, dentro dos partidos políticos as mulheres, em geral, desempenhavam um papel secundário de assessorar seus maridos em campanhas e organizar eventos partidários. “A maioria dos partidos políticos brasileiros – elitistas e artificiais – só vê a mulher como *militante de base*” (TABAK & TOSCANO, 1982, p.16).

As mulheres começaram a atuar partidariamente mesmo antes da conquista do direito ao voto, mas eram excluídas das arenas de discussão política, pois havia uma baixa credibilidade no desempenho político da mulher que, culturalmente, atuaria com maior destreza apenas em funções ligadas aos cuidados com arrumação, organização de eventos políticos ou na secretaria dos comitês. No Piauí, de acordo do Sousa (2008, p.13-14) muitas atuavam como chefes de cerimonial do governo, por ser um tipo de trabalho que “dá destaque às mulheres, por estarem fazendo política, mas, ao mesmo tempo, as mantém desempenhando papéis de cunho considerado genuinamente feminino”.

No período entre 1945 e 1964, momento de expansão do pluripartidarismo, apesar da discussão em torno da igualdade da mulher estar na agenda de vários organismos internacionais e o Brasil ter ratificado todas as decisões tomadas neste sentido, a participação política das mulheres não foi expressiva. Na organização interna de alguns partidos havia departamentos femininos, mas estes não estavam voltados para as reivindicações especificamente femininas, e sim para a preparação de eventos, decoração de ambientes e recepção de esposas de políticos ilustres.

No entanto, o movimento feminista, que ressurgiu com força na década de 70 no país, foi importante para preparar a base para que as mulheres ampliassem seu foco de atuação em todos os setores da sociedade, inclusive dentro dos partidos políticos. De acordo com Costa (1998), a crescente mobilização das feministas por suas demandas forçou os partidos a reconhecerem a importância do eleitorado feminino e a necessidade de incorporá-las a suas fileiras. No entanto, ainda segundo a autora supracitada:

Apesar desse reconhecimento, na prática partidária, poucas ações foram desenvolvidas para atrair as mulheres como militantes e não só como eleitoras. Pelo contrário, dificultou-se o acesso das mulheres à direção partidária e às candidaturas aos cargos representativos, especialmente os de maior prestígio. Por outro lado, a legislação eleitoral, ao exigir, a filiação partidária como pré-requisito às candidaturas, manteve nas mãos dessas organizações uma poderosa arma contra a participação política da mulher na esfera formal (COSTA, 1998, p. 184).

Em muitos países, a baixa participação política das mulheres dentro dos partidos fez com que estes adotassem ações afirmativas¹⁶ para aumentar a proporção de mulheres eleitas, sendo a política de cotas uma delas. Vale ressaltar que um dos princípios fundamentais de uma democracia é a igualdade política e, assim, o sistema de cotas seria uma ação positiva com o propósito de obter uma assembleia legislativa mais equilibrada em termos de gênero. As ações afirmativas surgem no momento em que as diferenças entre homens e mulheres na representação política parecem ser incompatíveis com a democracia.

De acordo com Miguel & Biroli (2011), a ausência de mulheres em posições de poder foi apontado pelo movimento feminista como um problema, um sistema de exclusão com base estrutural que deveria ser combatida, e não um reflexo de uma pretensa inclinação menor das mulheres para a participação na vida pública.

Admitido o problema, muitos Estados (primeiro na Europa, em seguida no resto do mundo) passaram a adotar políticas que visavam ampliar a presença dos grupos subalternos nas esferas representativas – em especial para as mulheres, já que o sexo biológico se apresenta como uma variável dicotômica e inequívoca, sem ambiguidades, eliminando as polêmicas sobre as fronteiras do grupo a ser beneficiado (como acontece com raça, cor, classe ou renda). As medidas mais importantes envolveram a adoção de cotas eleitorais, implicando a reserva de um determinado contingente de candidaturas femininas (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 27).

A instituição da cota feminina na política teve como objetivo imediato acelerar o ritmo de acesso das mulheres às instâncias de representação. No entanto, se espera também

¹⁶ Uma ação afirmativa é uma medida que visa combater a discriminação por meio da compensação da desigualdade de oportunidades. Podem ser corretivas, voluntárias ou compulsórias e surgem da necessidade de promover grupos inferiorizados na sociedade, conferindo-lhes uma preferência a fim de que possam alcançar postos que de outra forma não seria possível.

que elas provoquem transformações de ordem cultural ao excluir do imaginário coletivo a ideia de que a mulher não é capaz de agir na política. Assim, supõe-se que as cotas criam modelos a seguir, já que mais mulheres em posições políticas serviriam de exemplo a outras mulheres, incidindo de forma positiva na reversão do ciclo da baixa representação feminina na política.

No Brasil, em 1995, a bancada feminina no Congresso Nacional, por influência das experiências de outros países, articula-se e propõe a inclusão na legislação eleitoral brasileira de um sistema de cotas dentro dos partidos políticos para as candidaturas de mulheres. Neste mesmo ano, em 29 de setembro, por iniciativa da então deputada federal Marta Suplicy, foi aprovada a Lei nº 9.100, que estabeleceu uma cota mínima de 20% para as mulheres na candidatura das eleições municipais do ano seguinte.

Em 1997, este dispositivo foi revisado com a Lei nº 9.504, que estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, ampliando o percentual anterior para 30% e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federais.

Contudo, em sua redação, a lei não exigia a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais, ou seja, os partidos e coligações não eram obrigados a preencher as vagas destinadas às mulheres - se eles não quisessem indicar nenhuma mulher, não haveria problemas, pois não seriam punidos. A Lei nº 12.034, de 2009, alterou a redação da Lei 9.504 de “deverá reservar” para “preencherá”, o que tornou obrigatório o cumprimento do dispositivo legal.

Juntamente com esta alteração, outras duas medidas foram aprovadas com o objetivo de fortalecer a participação política feminina: 10% do tempo de propaganda partidária (e não eleitoral – proposta essa rejeitada pelos parlamentares do sexo masculino) e a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a formação política e o incentivo à participação feminina.

Um dos objetivos da Lei de Cotas foi o de obrigar os partidos a investirem em candidaturas femininas, isso para contornar a suposição de que, se as mulheres quisessem ser candidatas, os partidos poderiam barrá-las[...]. É importante enfatizar que, para além da questão de igualdade de gêneros, o que está se levando em conta hoje, no mundo inteiro, é a preocupação em tornar os centros decisórios mais democráticos, com representações diversas, e a participação da mulher é um dos tópicos de grande influência nesse processo (PAIVA, 2008, p. 27 e 29).

É importante ressaltar que o apoio da bancada masculina para a aprovação das leis supracitadas foi negociado com o aumento do número total de candidaturas que os partidos

poderiam apresentar nos pleitos eleitorais. Como consequência, mesmo sendo a política de cotas uma tentativa de equiparidade de ambos os sexos e um aumento gradativo de mulheres eleitas, os homens ainda são a maioria dos candidatos e ocupam, em níveis gerais, maior parcela de cargos governamentais, chegando a 85%.

A legislação brasileira, assim, não oferece mais do que um estímulo tênue para que mais mulheres concorram às eleições legislativas. Espera-se que, a médio prazo, esse estímulo reverta em uma ampliação expressiva do número de mulheres presentes nos espaços de tomada de decisão. Porém, isto não significa que a igualdade política entre os sexos está prestes a ser alcançada (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 28).

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁷, somente na eleições municipais de 2012 o percentual de candidatas ao cargo de vereadora e prefeita ultrapassou os 30% como determina a lei: foram 31,25% de mulheres candidatas em todo o país. Antes disso, em 2008, esse percentual foi de apenas 19,84% e em 2004, o percentual foi de 21,04%.

Apesar dos avanços, se comparado com outros países, o Brasil tem um desempenho pífio quanto à presença de mulheres em esferas do poder. Embora o número de mulheres candidatas tenha sido acima do percentual mínimo, o número de eleitas nas eleições de 2012 representou apenas 13, 2% dos cargos. Observa-se que o país não conseguiu ainda ter o mesmo sucesso de outros países da América Latina, como a Argentina, cujo percentual de mulheres em cargos eletivos chega a mais de 40%, e nem mesmo incrementar significativamente a participação feminina na política brasileira.

2.5 – Família e poder: as oligarquias piauienses e suas mulheres

Para as mulheres saírem do espaço privado socialmente construído como próprio para si, e adentrar no campo político, foi de grande importância o apoio de pares políticos, em especial, de membros da família que já tinham experiência política como pais, maridos e irmãos. As mulheres, então, se somam a um processo cultural e histórico de oligarquização da arena política e de seus membros formando as elites políticas.

O termo oligarquia vem da palavra grega *oligarkhia*, que significa “governo de poucos”. Logo, a oligarquia pode ser conceituada como um sistema político no qual o poder está concentrado num pequeno grupo pertencente a uma mesma família, partido político ou grupo econômico.

¹⁷ Dados disponíveis em <http://tse.jus.br>

O sistema oligárquico que imperou no Brasil entre o final do século XIX e o século XX, foi assentado na política dos governadores sob a hegemonia dos estados de São Paulo e Minas Gerais¹⁸. Na época, o voto era descoberto, o que violava o princípio do sigilo, e as atas confeccionadas a bico-de-pena eram adulteradas pela mesa eleitora.

De acordo com Arraes (2000), ao estudar a gênese da sociedade piauiense, percebe-se que a unidade básica da organização política no Piauí é o núcleo familiar, sendo então, os clãs familiares um relevante instrumento no recrutamento da elite política e nos resultados das eleições, nos níveis municipais e estadual.

[...] os clãs familiares buscam nas disputas eleitorais não apenas a conquista do espaço político, mas também a manutenção e a ampliação da sua força econômica[...] A elite política dominante no Piauí está integrada a uma teia de relações em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si. Ao longo de sua história algumas famílias estabeleceram sua hegemonia sobre a economia e a política local. Manipulando estes espaços, as elites mantinham e mantêm o recrutamento sob um rígido controle e, nesse meio, a cooptação constitui um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder (ARRAES, 2000, p. 75, 76).

O caso piauiense da concentração de poder político nas mãos de oligarquias teve origem no coronelismo, “um sistema amplo de dominação – incluindo a política - de populações rurais pelos coronéis” (ARRAES, 2000, p. 15). Através das eleições, o poder dos coronéis era legitimado, sendo estes, homens ricos que compravam votos¹⁹.

Essa característica da gênese da política piauiense é uma herança do coronelismo, que tem suas raízes no núcleo familiar, o que impede que novas lideranças políticas façam parte da política local. Tal prática não é uma particularidade piauiense, já que, segundo Tanya Brandão, o coronelismo teve vigência em todo o território brasileiro, onde grupos familiares, em comunhão com as parentelas, obtiveram um importante poder local, cuja origem remonta ao poder colonial (SOUSA, 2008, p. 23).

Assim, as famílias tradicionais que atuam na política piauiense têm como característica marcante o fato de permanecerem no poder por várias gerações, em diferentes regiões do Estado. Por exemplo, em Parnaíba, destaca-se a família Moraes Souza; em Valença, a família Portella Nunes; em Picos, a família Eulálio Dantas; em São João do Piauí, a família Paes Landim, entre outras.

¹⁸ Também chamada de política do café com leite, consistia no revezamento da Presidência da República entre políticos desses dois estados; São Paulo, grande produtor de café e Minas Gerais, maior polo eleitoral do país na época e produtor de leite. Os governadores dos estados tinham grande autonomia em relação ao governo federal e se articulavam para escolher os presidentes da república que tinham mandato de quatro anos sem direito a reeleição. Assim, o presidente ou era do Partido Republicano Mineiro (PRM) ou do Partido Republicano Paulista (PRP), durante a República velha de 1889 a 1930.

¹⁹ A compra de votos, ou voto de cabresto, se caracterizava como um voto forçado, no qual o eleitor era obrigado a votar na pessoa do coronel ou naquele indicado por este, o que se dava através da troca de favores entre o coronel e seus agregados.

No caso das mulheres piauienses que chegaram ao poder, há duas particularidades: ou elas são herdeiras de patrimônios eleitorais por pertencerem a um clã familiar que detém influência política, ou ainda, embora em menor número, ganham notoriedade e conseguem eleger-se a cargos políticos por meio de trabalho desenvolvido junto a movimentos sociais.

Segundo Arraes (2000), a herança política é o processo na qual um político é substituído por um parente próximo, mantendo suas clientelas e transferindo a esses parentes e afilhados políticos os meios para a continuidade do parentesco no poder político local. A herança vai desde o prestígio, o sobrenome famoso, até os colégios eleitorais, tudo dentro do processo político democrático e institucional.

A herança política é, portanto, uma forma pela qual algumas famílias tradicionais conseguem se manter vivas na arena política local, utilizando-se das prerrogativas de sua influência e prestígio, transmitindo aos seus descendentes, de geração a geração, o acesso e o controle sistemático do poder político (ARRAES, 2000, p. 94).

No caso das mulheres, percebe-se ao analisar o perfil de candidatas eleitas ao longo dos anos que a família é um importante apoio na relação mulher e política. Geralmente a herança política passa de pai para filho, mas com as mudanças da lei que obrigam os partidos políticos a apresentarem um percentual mínimo de mulheres candidatas, cada vez mais estas tem se beneficiado do curral político de maridos e parentes próximos.

Além disso, ao estudarmos a história de algumas mulheres piauienses que assumiram cargos eletivos percebe-se bem não apenas a questão da hereditariedade política, o apoio de oligarquias familiares, como também o fato de que o trabalho social desenvolvido pelas primeiras-damas se tornou essencial para que estas adquirissem capital político.

Josefina Costa, a primeira deputada estadual do Piauí, por exemplo, era casada com Raimundo Vaz da Costa Neto, prefeito de São João do Piauí na década de 1960. Durante o mandato do seu marido, desenvolveu um trabalho social junto à população carente, colaborando mesmo que nos bastidores com a administração municipal.

Assim também Myriam Portella, esposa do ex-governador do Estado Lucídio Portela, que no período de 1979 a 1983, esteve a frente da Comissão de Assistência Comunitária (CAC), onde desenvolvia projetos com finalidades assistencialistas, desde ajuda às vítimas das enchentes a cursos populares de qualificação. Por causa do trabalho desenvolvido no Serviço Social do Estado, o seu partido a época, o PDS, a indicou como candidata a prefeitura de Teresina, não logrando êxito, mas em 1986 elegeu-se deputada federal.

Segundo Sousa (2008), o trabalho de primeira-dama, tanto de Josefina como o de Myriam, e a posterior eleição de ambas, leva a refletir o grau de notoriedade dessa posição, que pode ser considerado uma atuação política, com vistas a melhorar a vida das pessoas, proporcionando uma melhoria na cidade e contribuindo para a administração do marido. Logo, além do prestígio proporcionado pelo nome dos maridos, o trabalho assistencialista desenvolvido por elas favorece uma posterior entrada na política partidária, “se a ex-primeira-dama assim desejar, posto que o trabalho desenvolvido à frente da assistência social propicia comando político a essas mulheres”. (SOUSA, 2008, p. 32)

Uma das razões para o êxito das candidatas consiste em que as mulheres desempenharam cargos de importância durante a gestão do marido, principalmente na área assistencialista, trabalho que sempre traz popularidade para a primeira dama do Estado. Através de serviços prestados na área de promoção ou bem-estar social, elas desenvolvem uma política do tipo clientelista, que inclui o empreguismo no serviço público. (TABAK, 1989, p.127)

Assim, ao propiciar melhorias na vida da população local, o trabalho social do estado fazia com que aquele que estivesse no seu comando ganhasse uma imagem carismática junto a população carente, e se tornasse alvo de gratidão e admiração, além de servir de base de sustentação política. Também, aproximava a população do governo e, muitas vezes, podia ser visto como uma propaganda positiva do governador.

Vale ressaltar que, embora esse tipo de trabalho possa ser desenvolvido por assistentes sociais, “no caso das primeiras-damas, a finalidade dessa ação se sobressai pelo lugar de importância política que elas ocupam ao lado dos maridos” (SOUSA, 2008, p. 33). Como consequência desse trabalho social, nota-se que, em geral a atuação política das mulheres fica restrita a questões de assistencialismo, educação, violência e saúde da mulher, temas considerados da responsabilidade da bancada feminina de um governo.

Das onze mulheres que ocupavam cargos políticos eletivos no ano de 2011, entre vereadoras e deputadas, e que fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa, três são exemplos de ex-primeiras-damas que elegeram-se tendo como base política o prestígio de seus maridos e o trabalho desenvolvido no serviço social do município ou estado. São elas, Lilian Martins, esposa do governador reeleito Wilson Martins, Rejane Dias, ex-primeira-dama do Piauí e esposa do senador Wellington Dias, e Liziê Coelho, esposa do ex-prefeito de Paulistana, Luís Coelho da Luz Filho.

Ainda em relação ao apadrinhamento político familiar, Ana Paula Mendes reeleita como deputada estadual em 2010, é ex-prefeita de Sebastião Leal e irmã de dois influentes políticos da região de Uruçuí, cidade do extremo sul do estado do Piauí, Chico Filho e Zé

Nordeste, ambos do PMDB. Já a deputada Juliana Moraes Sousa é esposa do vice-governador do estado, Antônio José de Moraes Sousa Filho, enquanto Margareth Coelho é esposa do ex-deputado estadual Marcelo Coelho. Tazmânia Gomes, mais conhecida como deputada Belê, é sobrinha do ex- prefeito de Picos, Gil Marques de Medeiros.

O caso mais notório, no entanto, é da deputada federal Iracema Portela, membro da família Portela, influente em boa parte do estado e que já elegeu dois governadores, Petrônio e Lucídio Portela. Além disso, Iracema é ex-esposa do ex-governador do Piauí Guilherme Melo e atual esposa do senador Ciro Nogueira, cuja família forma o clã Nogueira Lima, tradicional da cidade de Pedro II.

A vereadora de Teresina Maria do Rosário de Fátima Biserra Rodrigues também faz parte das estatísticas de apadrinhamento político já que ela é a esposa do atual Secretario de Fazenda , militante político e nome conhecido pelo Partido dos Trabalhadores(PT), Antonio Neto.

Diferente das citadas anteriormente há mulheres cuja inserção política não está atrelada ao apoio familiar e sim, a sua participação ativa em movimentos sociais ou a visibilidade como profissional com capacitação técnica específica. É o caso da vereadora Teresa Britto, conhecida pelo seu ativismo em prol do meio ambiente, e a deputada estadual Flora Isabel, participante do movimento estudantil na década de 80 e assumidamente feminista. (SOUSA, 2008)

Assim, percebe-se que o peso do apoio de parentes e a vivência com a política nos bastidores familiar se sobrepõem a outros fatores que levam as mulheres a candidatar-se e eleger-se no Piauí: nove entre as onze mulheres que ocupavam cargo político no ano de 2011 têm esse perfil. Neste sentido, a história política do Piauí está marcada por um traço profundamente oligárquico que também influenciou nas conquistas das mulheres no campo da participação política. Importante perceber então, como essa particularidade da relação mulher e política é posta em circulação pela mídia local, e como tal fato influencia o lugar de fala sobre essas mulheres.

3 – TEORIA DOS DISCURSOS SOCIAIS

3.1 - Analisando discursos: percurso histórico e semiológico

Analisar discursos jornalísticos para entender como eles se movimentam construindo o lugar das mulheres atuantes na política local é o principal objetivo desta pesquisa que se apoia metodologicamente na Teoria dos Discursos Sociais.

No entanto, antes de entrar no escopo desta teoria, faz-se necessário, para um melhor entendimento desta, traçar o percurso histórico da Análise de Discursos. De acordo com Pinto (2002) o interesse em estudar textos tem suas raízes na cultura grega a partir de duas práticas: uma interpretativa e outra retórica. A primeira priorizava, inicialmente, as previsões dos oráculos, para logo em seguida estender-se aos textos jurídicos, até que, criou-se uma disciplina especializada em quaisquer textos: a hermenêutica.

Com frequência, o interesse hermenêutico pela interpretação aparece acompanhado de interesses explicativos, tentando relacionar o texto ao seu autor ou à época em que foi produzido, e avaliativos, segundo critérios éticos e estéticos (PINTO, 2002, p.15).

Já a prática retórica, cujo surgimento data do ano 485 A.C. é considerada a primeira teoria de produção e recepção de textos; historicamente nasceu como uma técnica de criação de discursos advocatícios, sendo em seguida incorporado pelo discurso político e epidíctico. O apogeu da retórica aconteceu quando os sofistas, como Górgias e Protágoras, substituíram a procura do conhecimento e da verdade pela construção de “simulacros verossímeis que escondiam interesses de indivíduos e grupos, utilizando uma técnica de produção discursiva centrada mais na emoção do que na razão, destinada à cooptação do público.” (PINTO, 2002, p.17). Assim, a ideia de discurso como simulacros interesseiros tornou-se um dos principais conceitos da atual análise de discurso.

As noções de dialogismo e polifonia, de Mikhail Bakhtin, tão essenciais hoje para qualquer analista de discurso tem na técnica retórica a sua base: de acordo com esta, um discurso sempre requer um *probatio*, que são “a *confirmação* (apresentação dos argumentos a favor da tese defendida), seguida de uma *refutação* (a contra-argumentação do orado às teses do adversário). “ (PINTO, 2002, p. 17-18)

Nos anos 40, baseados na hermenêutica e com influências da sociologia e psicologia, pesquisadores norte-americanos como Bernard Berelson e Harold Lasswell desenvolveram a análise de conteúdos, que pode ser entendida como “uma técnica de

investigação para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (WOLF, 1987, 137). Em uma análise de conteúdos, três procedimentos são essenciais: uma recodificação do texto, através de temas, uma quantificação estatística (ou computacional) e uma interpretação. De acordo com Araújo (2000, p.154) o discurso na análise de conteúdo “é percebido como homogêneo (daí se falar no discurso neoliberal, no discurso religioso, etc.), o sentido como imanente às unidades lexicais e a ideologia confinada aos domínios semânticos”. Para Pinto (2002), tal método se comporta como uma análise semântica, cuja postura metodológica básica, que ele chama de normatização, configura-se apenas como a tradução do texto original em outro:

A normatização [...] consiste na transcrição do conteúdo dos textos mediante uma rede de categorias semânticas, indiferentes quase sempre às articulações textuais ou linguísticas que os textos apresentam, e tem sido apontada como o aspecto mais criticável dessas análises. A transcrição destrói exatamente o que é pertinente para a caracterização de um texto, a saber, as marcas que o ligam à situação em que foi produzido, que se encontram não em outro texto construído a partir dele, mas sim na materialidade mesma de sua superfície. (p.19)

No entanto, foi a partir da substituição das categorias semânticas por categorias sintáticas, pelo estruturalista norte-americano Zellig Harris²⁰, e posteriormente, os estudos e propostas de pesquisadores franceses, que na década de 60 surge a Análise do Discurso. Uma das escolas mais influentes é, então, a Escola Francesa de Análise do Discurso ou Análise do Discurso de linha francesa, cujos nomes mais influentes foram Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Tendo como contexto o movimento estudantil francês de 1968, em que os estudantes universitários saíram às ruas pedindo reformas no ensino, a Análise do Discurso Francesa inicialmente, se debruça sobre os discursos políticos a fim de entender esse momento pelo qual o país atravessava. Ao analisar o discurso de esquerda *versus* discurso de direita, a Escola Francesa de Análise do Discurso se define como o “estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”, não se limitando a “um estudo puramente linguístico, isto é, a analisar só a parte gramatical da língua, a palavra, a frase” (BRANDÃO, 2012, p. 21).

A análise do discurso nasce então, a partir de uma relação interdisciplinar, num quadro teórico que alia a linguística à socio-história e se firma em torno de dois conceitos

²⁰ Harris, a partir de um método distribucional, transfere e aplica os procedimentos da análise linguística aos enunciados. Porém, ao fazê-lo, ele se coloca ainda como simples extensão da linguística imanente, sem qualquer reflexão sobre a significação e as condições sócio-históricas de produção.

chaves: o de ideologia, com base nos conceitos de L. Althusser, e de discurso, com base nas ideias de M. Foucault. Assim, a Análise do Discurso:

Define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são partes constitutivas daquele contexto [...] e tem privilegiado em suas análises principalmente textos impressos ou transcrições de textos orais, quase sempre tratado isoladamente, de modo independente de outros sistemas semióticos presentes, e cujas implicações político-ideológicas procuravam desvelar, de um ponto de vista crítico (PINTO, 2002, p. 21).

De acordo com Orlandi (1999), diferente da análise de conteúdo, a análise do discurso não faz interpretações do texto, ou lhe atribui um sentido, mas sim, problematiza as relações do texto, procurando explicitar os processos de significação que estão neles embutidos. Ainda segundo a autora, em sua constituição, ela:

[...] interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvido por ele (ORLANDI, 1999, p. 20).

Nesse ínterim, na Inglaterra, e especialmente nos Estados Unidos, desenvolveu-se a *discourse analysis*, que, por influência da sociologia, psicologia e etnologia, analisava os discursos combinando a descrição da estrutura e do funcionamento interno dos textos com uma tentativa de contextualização, mesmo limitada. Para esse tipo de abordagem, toda fala é considerada uma ação, porém, sendo esta entendida como originada do indivíduo imune a qualquer coação social, cujas estratégias são adotadas conscientemente pelos falantes para atingir seus objetivos.

O conflito entre estas tradições era, assim, inevitável. Mas a boa quantidade de massa crítica já produzida sobre a análise de discursos, aliada a desenvolvimentos teóricos relativos à contextualização das marcas formais encontradas na superfície textual – como o reconhecimento de que todo evento de comunicação é ou faz parte de um ritual social cujas convenções devem seguir; o de que a contextualização passa sempre por mediações; o de que aquelas marcas são o resultado das convenções de codificação exigidas pelo contexto social em que se dá o evento comunicacional; e o de que o universo dos discursos produzidos numa sociedade se organiza em séries ou redes discursivas - , trazem não só a possibilidade de uma conciliação entre as tradições francesa e anglo-americana, como a tornam bastante promissora em termos teóricos e metodológicos (PINTO, 2002, p. 23-24).

Assim, nesta modalidade, o discurso é entendido como um objeto simultaneamente linguístico e histórico. “A rede de semiose social ocorre não só no espaço-tempo das matérias significantes, mas também no espaço e no tempo da história” (ARAÚJO, 2000, p. 155).

Além disso, regido por leis internas, o sistema linguístico subjaz ao nível discursivo, pois, a língua é a condição de possibilidade do discurso. Assim, a fonte da produção de efeitos de sentido no discurso está nos processos discursivos, sendo a língua o lugar material em que tais efeitos de sentido se realizam. “Rejeita-se, portanto, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização ‘acidental’ do sistema linguístico” (BRANDÃO, 2012, p.25).

A análise do discurso tem como uma de suas bases a Semiologia, ciência dos signos criada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure, a partir da distinção entre língua e fala. A primeira é vista como uma instância social, território do signo, que seria o resultado da soma do significante (imagem acústica do signo) e do significado (contrapartida mental do conceito). “Significante e significado são indissociáveis e ambas são unidades culturais. Com o primeiro, classificamos os sinais de língua; com o segundo, os objetos e pensamentos reais” (ARAÚJO, 2000, p. 113). Enquanto isso, a fala seria individual, objeto real, e não passível de ser estudada.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, Charles Peirce desenvolve outra teoria do signo, que ele chama de Semiótica. Encarado por muitos estudiosos como a mesma ciência, Araújo (2000) esclarece que a principal diferença entre ambas está no fato de que a Semiologia proposta por Saussure é uma teoria bidimensional, em que ele correlaciona a sintaxe (domínio da combinação dos signos) e a semântica (domínio da significação). Já para a Semiótica, vista por Frege como uma teoria da aquisição da linguagem, as pessoas exprimem o contexto à sua volta através de uma tríade, qual seja, Primeiridade, Segundidade e Terceiridade²¹, alicerces da teoria desenvolvida por Peirce. Além disso, diferente de Saussure, Peirce, herdeiro da tradição utilitarista americana, questionava o poder de transformação dos signos sobre a realidade, “que o leva a formular a pergunta: ‘como o ser humano percebe as coisas?’”. (ARAÚJO, 2000, p. 116)

No entanto, outros autores contribuíram para reformular a Semiologia, sendo que hoje, considera-se que ela já apresenta uma terceira geração. De acordo com a autora supracitada, a primeira corresponderia aos anos 50, tendo seu principal articulador Roland

²¹ De acordo com Peirce, a primeiridade é uma sensação não visível, tênue, aquilo que é presente, imediato, o entendimento superficial de algo. A segundidade é a percepção dos eventos exteriores, da matéria, da realidade concreta, na qual o sujeito está em constante interação. É a compreensão mais profunda dos significados. A terceiridade refere-se ao estrato inteligível da experiência, aos significados dos signos, à esfera da representação e da simbolização.

Barthes e sua obra *Mitologias*, em que o autor desejava desmitificar as representações coletivas aplicando as noções de “sistemas de signos” presentes na obra de Saussure. Nesse período, a grande questão era “qual é o significado?” e se “associava à preocupação com as ideologias dominantes. A ideologia era entendida como falsa consciência da realidade, imposta pelas classes dominantes” (ARAÚJO, 2000, p.117).

Em 1964, com a publicação de “Elementos da Semiologia”, também de Barthes, no exemplar número 4 da revista *Communications*, tem-se a segunda geração semiológica. A partir do manifesto do autor, de criar uma nova ciência com base em Saussure, Jakobson e Hjelmslev, a pergunta central passa a ser “como o significado é produzido?”.

É então que a Semiologia acolhe as ideias de “significado disseminado espacialmente”, de “polifonia” (ou heterogeneidade discursiva), de “semiose infinita”, de “dialogismo”, reabilita o sujeito através da teoria da enunciação e passa a considerar a história como constitutiva dos sentidos [...] Estava preparado o terreno para uma terceira fase, na qual a pergunta básica passaria a ser: “como o sentido circula e é consumido?”. Contribuíram bastante para essa nova possibilidade epistemológica as ideias do filósofo alemão Wittgenstein (Teoria dos Jogos e das Palavras) e as de Austin, filósofo inglês, estas expressas no seu artigo “*Quand dire c'est faire*”. Postulavam eles que a análise semiológica deveria partir do concreto, do cotidiano das pessoas, da maneira de falar (ARAÚJO, 2000, p. 119).

De acordo com Pinto (2002, p. 25), as análises de discurso que se pratica hoje se nutrem de duas tradições: a análise do discurso francesa de um lado, e a pragmática, a etnometodologia²² e outras propostas psicossociológicas de abordagem de textos anglo-americanas de outro, a qual “costuma-se agora qualificá-la como semiótica social ou semiologia dos discursos sociais”

3.2 –Teoria dos Discursos Sociais e a produção de sentidos

Entendida como a “ciência que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos” (ARAÚJO, 2000, p. 120), se torna essencial o esclarecimento de alguns pontos cruciais para que se entenda a perspectiva abordada pela Semiologia dos Discursos Sociais, ou, Teoria dos Discursos Sociais, termo que será adotado no desenvolvimento deste trabalho.

Primeiro, seguindo a orientação de Pinto (2002, p.20) utiliza-se a terminologia *discursos*, no plural, no lugar de discurso, pois somente dessa forma será possível “dar conta

²² Corrente sociológica que surgiu na década de 60 nos Estados unidos, a etnometodologia considera que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um e que em todos os momentos podemos compreender as construções sociais que permeiam nossa conversa, nossos gestos, nossa comunicação etc.(COULON, 1995)

da ideia da sua multiplicidade, como também para fugir das grandes categorias abstratas à maneira do estruturalismo, onde o conceito originalmente se forjou”. Além disso, pensa-se em análise *de* discurso ao invés *do* discurso.

Nesse ínterim, Pêcheux(1990) define discurso enquanto efeitos de sentidos entre locutores. Para ele, o termo sentido se comporta como uma substituição ao termo significado, cuja origem está na linguística de Saussure e que carrega consigo a ideia de algo pronto, cristalizado e imanente. Já na perspectiva do sentido, o que realmente importa é o processo, não a estrutura.

A partir da proposta de Pêcheux, Araújo (2000, p. 120) aponta que os sentidos não estão prontos nos objetos ou nas palavras, mas são produzidos a cada ato verbal, na co-presença dos sujeitos, tendo como *locus* da produção de sentidos, as relações sociais, que “ocorrem em determinadas condições históricas, culturais e políticas e são mediadas por instituições, umas e outras exercendo coerções sobre o processo de significação”. Porém, porque o sentido não é algo palpável ou concreto, convém utilizar a expressão efeito de sentido. Sentidos são efeitos de troca de linguagens que se manifestam nos textos ou nos discursos por uma ação do sujeito.

Outro ponto importante é esclarecer o que se entende por textos, já que eles se apresentam como o objeto de análise da Teoria dos Discursos Sociais. Novamente, Pinto (2002, p.11) é quem contribui para esse entendimento: textos são produtos culturais empíricos produzidos por eventos comunicacionais (anúncios publicitários, programas de rádio e televisão, capas de revistas, textos jornalísticos impressos, discursos políticos, cartilhas explicativas, entre outros), constituídos por “linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente”.

Para Verón, um texto é “um lugar de manifestação de uma multiplicidade de traços decorrentes de diferentes ordens de determinação” (1980:107), ordens que podem ser englobadas no conceito amplo de condições de produção. No entanto, “um fenômeno extratextual (*inclusive outros textos*) merece o nome de condições de produção de um discurso se e somente se deixou traços no discurso” (idem: 106) A habilidade do analista será justamente em conseguir detectar no texto esses traços e procurar sua fonte de origem, chegando às condições de produção e consequentemente desvelando os mecanismos discursivos de funcionamento social (ARAÚJO, 2000, p. 156).

A Análise de Discursos pela abordagem da Teoria dos Discursos Sociais busca compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Sentidos, aqui também tratado no plural, pois não há um sentido “verdadeiro” o qual o analista vai encontrar. Não existe uma verdade oculta e escondida atrás do texto. O que existem, na superfície destes, são “pistas ou

marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar” (PINTO, 2002, p.26) .

Para Análise de Discursos que interessa ao nosso objetivo proposto o que se leva em conta, não é o que o texto diz ou mostra, “mas sim em como e porque o diz e mostra” (PINTO, 2002, p. 27). O que vai diferenciar um texto do outro não é o dito, mas sim os modos de dizer. De acordo com o autor supracitado, os modos de dizer podem ser explicitados como: “modos de mostrar”, no uso referencial da linguagem e de outras semióticas, pela qual são construídos os universos discursivos em jogo no processo comunicacional; “modos de interagir”, no uso referencial da linguagem e de outras semióticas pelo qual são construídas as identidades e relações sociais assumidas pelos sujeitos no processo de comunicação; e “modos de seduzir”, no uso referencial da linguagem e de outras semióticas em busca de um consenso pelo qual se distribuem os efeitos positivos e negativos ao universo discursivo em jogo.

Além disso, não se pode pensar os dizeres apenas como mensagens a serem codificadas, eles são “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no que se diz” (ORLANDI, 1999, p. 30). Logo, todo texto (discurso) é produzido sob determinadas condições de produção. A noção de condições de produção:

[...] pode ser definida como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso. No sentido mais restrito, diz respeito à situação de anunciação que compreende o eu-aqui-agora; num sentido mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do objeto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso. (BRANDÃO, 2012, p. 22-23)

Pinto (2002) também aponta a existência de três níveis de contextualização, que podem ser alcançadas através da procura e interpretação dos vestígios deixados na superfície textual: contexto situacional imediato, contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo. Para o autor, o contexto situacional imediato refere-se ao fato que acontece na situação vivida, o momento em que o receptor tem o primeiro contato com o enunciado, entendendo do que trata aquele discurso, quem o produziu, com qual propósito e para quem se destina. Já o contexto institucional, refere-se à relação de poder em que os sujeitos da comunicação se encontram e como essa instituição se estrutura e é composta. Por fim, o contexto sociocultural mais amplo refere-se à forma como os enunciadores e os receptores estão historicamente

mergulhados no meio que os rodeia, como se constituem as relações entre as partes e qual o histórico das instituições e dos fatos e acontecimentos relacionados.

Em suma, o analista de discursos, seguindo a Teoria dos Discursos Sociais, deve levar em consideração que quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade. Dito isto, pode-se então afirmar que a Teoria dos Discursos Sociais trabalha com os processos de constituição de discursos, que podem ser definidos como o lugar do trabalho social de produção do sentido. O discurso não é um objeto, não se limita às possibilidades de articulação de conceitos isolados da língua, não é o reflexo de uma situação, e sim, configura-se como uma prática: a prática discursiva. E assim, os discursos dependem das redes de memória e das condições históricas de produção:

[...] mas cada ato discursivo é único e desestabiliza em certa medida tais coerções, entre outras razões, pela ação que nele exerce o sujeito. Daí a Semiologia ter, como sua outra vertente, uma teoria do sujeito, mais precisamente a teoria da enunciação, formulada originalmente por Benveniste (ARAÚJO, 2000, 122).

3.3 – Enunciação e sujeitos do discurso

Para Benveniste (1998), que considera os usos da linguagem em contexto, a língua não é algo imóvel – ela só existe através do humano e é algo que se transforma com o tempo, por meio das ações dos sujeitos. Para este autor, o sujeito é aquele que emprega a linguagem, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por meio de um ato individual de utilização”, e chama a atenção para:

[...] a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...] Este ato consiste em o locutor mobilizar a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua é determinada pelos caracteres linguísticos da enunciação (BENVENISTE, 1998, p. 82).

Segundo o autor, antes da enunciação, a língua é apenas uma possibilidade. No entanto, na enunciação o locutor realiza um processo de apropriação do aparelho formal da língua e, ao mesmo tempo em que enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, implanta o outro diante de si.

De acordo com Fiorin (2012), Benveniste pega as noções de língua e fala de Saussure e formula sua teoria da enunciação a partir da seguinte questão: o que possibilita passar da língua para a fala? Ao respondê-la, afirma que é justamente a enunciação a instância que permite a passagem da língua para a fala, é uma instância de mediação entre língua e fala. Instância é entendida como um conjunto de categorias que cria um dado domínio.

As categorias que compõem a instância da enunciação são a pessoa, o espaço e o tempo. Benveniste diz que a enunciação é a instância do *ego*, *hic et nunc*, ou seja, do *eu*, *aqui e agora*, porque, nela, alguém, num espaço e num tempo criados pela linguagem, toma a palavra e, ao fazê-lo, institui-se como “eu”, e dirige-se a outrem, que é instaurado como um “tu”. Isso é o conteúdo da enunciação. As categorias de pessoa, de espaço e de tempo vão constituir aquilo que Benveniste [...] vai chamar “o aparelho formal da enunciação”. Ele vai dizer que, na verdade, são essas três categorias linguísticas as responsáveis pela transformação da língua em fala (FIORIN, 2012, p. 50).

De acordo com Brandão (2012), Ducrot, inspirado no princípio do dialogismo de Bakhtin, propõe uma teoria da enunciação de caráter polifônico, em que define enunciação como:

[...] o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é um acontecimento histórico, é dada existência a alguma coisa que não existia antes e não existirá mais dois. É esta aparição momentânea que chamo enunciação (DUCROT, 1987, *apud* BRANDÃO, 2012, p. 38).

Pinto (2002, p. 32) afirma que a “enunciação é o ato de produzir um texto e se opõe ao enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado”. O enunciado é a materialidade linguística que pode ser repetido em outras situações comunicativas. Já a enunciação se caracteriza pela sua singularidade, pois, jamais se repete.

Então, pode afirmar-se que o enunciado é da ordem do que é dito, sendo de forma aproximada, da ordem do conteúdo. Já “a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas sim ao dizer e suas modalidades, os modos de dizer” (VERÓN, 2004, 216). Essas modalidades do dizer vão dar forma, em qualquer discurso, ao dispositivo da enunciação.

O dispositivo da enunciação comporta a imagem (o lugar ou lugares) que aquele que fala atribui a si mesmo, ou seja, o enunciador na relação com aquilo que diz; a imagem daquele a quem o discurso é dirigido, ou seja, o destinatário; e por fim, a relação enunciador/destinatário, construída no e pelo discurso (VERÓN, 2004). Assim, o dispositivo da enunciação é:

[...] a explicitação dos diferentes posicionamentos ideológicos ou posições enunciativas ou ainda lugares de fala – ou seja, as diferentes maneiras de construir a representação de uma determinada prática social, ou área de conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidos ou não pelos participantes do evento comunicativo em curso (PINTO, 2002, p. 32).

Deste modo, o que define o sujeito é o lugar de onde ele fala (não existe sujeito sem um discurso). Foucault (2005, p. 139) afirma que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar”. Esse lugar é um espaço de representação sócio-institucional

(jornalista, pai, professor etc.), que é uma unidade abstrata, pois, na prática, é atravessada pela dispersão. Logo, um mesmo indivíduo pode assumir diferentes papéis de sujeitos, e, dentro do discurso, funções enunciativas diferentes.

Pinto (2002, p. 33) ressalta a importância de se distinguir o que se chama de autor empírico de um texto e o “sujeito do enunciado” (também chamado de narrador, em textos narrativos ou emissor, nos textos orais denominado locutor). O autor empírico é caracterizado como o indivíduo que produziu o texto físico. O sujeito do enunciado é “um personagem entre outros personagens que agem e falam nos textos e que no próprio enunciado é apresentado como seu responsável”. Geralmente o autor empírico e o sujeito do enunciado coincidem, contudo, existem situações em que eles podem não ser os mesmos. É o caso dos *ghost-writers*, por exemplo, que escrevem na primeira pessoa, mas não são eles que assumem a autoria do enunciado. Além disso:

O emissor de um enunciado põe em cena um ou mais *enunciadores*, que se são as posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmático-argumentativos (PINTO, 2002, p.34).

E assim, esses conjunto de outros enunciadores presentes em um enunciado, Benveniste(1988) chama de “sujeito da enunciação”, que está relacionado ao lugar idealizado do Eu, a imagem e a forma como ele se define no próprio discurso; esta imagem inclui a que o enunciatador faz de si mesmo e a que ele faz do mundo.

Além desses dois tipos de sujeito, há um terceiro proposto por Pinto(2002): o “sujeito falado”, que ocorre quando aquele a quem é endereçado o enunciado aceita a imagem do Tu elaborada discursivamente pelo Eu.

Os três tipos de sujeito assim definidos, os do enunciado, o da enunciação e o falado, nada mais são do que uma forma cômoda de se explicitar os diferentes posicionamentos, posições, lugares ou mesmo discursos [...] que se tecem nos textos, apoiando-se ou opondo-se entre si. São seres de papel ou papéis, numa metáfora dramática já bastante difundida nas ciências sociais, que se constituem em lugares de identificação para os participantes de carne e osso ao se assumirem como emissores ou coemissores em eventos comunicacionais. (PINTO, 2002, p.36)

Nesse ínterim, Magalhães (2003) propõe outras nomenclaturas aos participantes da cena discursiva: enunciatador, co-enunciatador e enunciatário. O enunciatador corresponde à imagem daquele que fala ou o lugar atribuído por este a si mesmo. Já o co-enunciatador se refere aos personagens que perpassam os discursos, de forma marcada ou não; e, por fim, o enunciatário, que corresponde à imagem do sujeito para o qual é proposto o enunciado.

Em nossa visão, no lugar de destinatário é mais adequado usar enunciatário. Isso porque a palavra destinatário remete a um lugar, ponto final da remissão, enquanto enunciatário sugere a imagem idealizada de um interlocutor que, em si, pressupõe a condição responsiva ativa, aquele que participa da produção discursiva com expectativa de resposta. Por isso mesmo, é que chamamos sujeito da enunciação, a imagem daquele que se apresenta como emissor e responsável pelo discurso de enunciador (seguindo a terminologia de Verón); o sujeito falado, a imagem idealizada daquele para quem se fala; sujeito responsivo, denominamos de enunciatário e de co-enunciadores, aqueles que, implicitamente ou explicitamente, manifestam-se na cena discursiva, interpondo-se entre enunciador e respectivo enunciatário, para com eles tecerem malha significativa da rede de produção do sentido. (MAGALHÃES, 2000, p.45)

Para a análise do corpus que compõe o objeto desta pesquisa, será utilizada a proposta de Pinto (2002), no que diz respeito aos tipos de sujeito: sujeito da enunciação, sujeito do enunciado e sujeito falado.

3.4 – Postulados da Teoria dos Discursos Sociais

Araújo (2000) apresenta três postulados que compõem a Teoria dos Discursos Sociais, que nada mais são do que os princípios teóricos-epistemológicos básicos dessa linha do pensamento semiológico. São eles: a heterogeneidade enunciativa, a semiose infinita e a economia política do significante, que de acordo com a autora, propiciam o acesso a considerações sobre a pertinência de um certo quadro conceitual para o objeto a ser estudado.

No primeiro, a natureza do sujeito, cuja unicidade e autonomia discursiva a Semiologia põe em causa, constitui a questão central do postulado. Contra a ideia ainda dominante de que a pessoa que fala é totalmente responsável pelas representações do seu discurso, a Semiologia propõe outra, a de que o discurso é composto por diversas vozes, cuja consciência e controle escapam em parte ao locutor e que se manifestam em cada ato enunciativo. A essa característica discursiva Bakhtin(1992) denominou polifonia.

O conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin surgiu a partir de seus estudos sobre obras literárias, como as de Dostoiévski. E assim, o termo que é originado do campo da música, está relacionado com a multiplicidade de vozes que atravessam um texto de forma intencional ou não. Para o autor, cada fala, cada enunciação, é palco de expressão de uma multiplicidade de vozes, algumas arregimentadas intencionalmente pelo locutor e outras das quais ele não se dá conta.

Segundo Brait (1999), o sujeito de Bakhtin é um sujeito histórico, social, ideológico, mas também corpo. É um sujeito construído na linguagem, construído pelo “outro”. Em Bakhtin, o sujeito tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção,

mas depende do “outro” (primeiro é o “outro” com quem fala; depois o “outro”, ideológico porque é tecido por outros discursos do contexto) e, ao mesmo tempo, o sujeito é corpo (são as outras vozes que o constituem).

Authier – Revuz(1990) ao sistematizar as proposições de Bakhtin sobre polifonia, nos dá o postulado de heterogeneidade enunciativa, que pode se manifestar de duas formas: mostrada ou constitutiva. Na primeira, as vozes que atravessam o texto ocorrem de forma explícita, que podem ser analisadas a partir de formas marcadas. Maingueneau (2005) destaca o discurso direto, indireto e indireto livre como exemplos de marcas da heterogeneidade mostrada. Já na heterogeneidade constitutiva, as vozes aparecem de forma implícita, sem que o sujeito tenha consciência.

Por divergências quanto ao estatuto do sujeito nas teses bakhtinianas, Authier-Revuz propôs o termo ‘heterogeneidade enunciativa’ para designar a polifonia discursiva, distinguindo entre a heterogeneidade constitutiva e a constituinte, esta também chamada de ‘mostrada’. A constitutiva designaria as vozes implícitas no discurso, aquelas que se originam na história, na cultura e que podem ser identificadas pelo estudo das condições de produção discursiva. A constituinte seriam as vozes explícitas, que se ‘mostram’ na superfície textual. [...]A constitutiva exerceria uma força desagregadora na ilusão de autonomia do sujeito sobre o discurso e manteria um processo de ‘negociação’ com as formas mostradas da heterogeneidade, estas exercendo a função de ‘proteção’ do efeito de unidade e de subjetividade (ARAÚJO, 2000, p.125).

De acordo com Pinto (2002), tanto a heterogeneidade mostrada como a constitutiva (ou interdiscurso), o entrelaçamento de citações é constitutivo dos textos, sendo que se deve sempre considerar que todo texto se constrói por um debate com outros, o que nos leva o que Bakhtin chamou de dialogismo.

Assim, a noção de dialogismo refere-se à disputa interna de vozes em um enunciado quando estas dialogam entre si continuamente, enredadas em uma cadeia responsiva. Segundo Bakhtin (1992), o conceito de dialogismo está diretamente ligado ao de polifonia, já que as vozes presentes no discurso dialogam, o que para o autor é o modo de funcionamento real da língua. Flores (2005, p.59) aborda essa perspectiva quando diz que, para Bakhtin, a unidade de análise da linguagem é o enunciado entendido como “realização lingüística, em que está implicado o eixo dialogismo-subjetividade-enunciação. [...] não existe um objeto de discurso que já não seja dialógico, pois não há uma fala original. No dito co-existe o já dito”.

Cabe ao semiólogo analista de discursos formular hipóteses que expliquem por que, dentro do universo de todos os textos passíveis de citação, de maneira consciente ou inconsciente, pelos produtores de textos, em um determinado contexto social e histórico, imediato ou amplo, só alguns dentre eles, bem determinados, são citados, recorrentemente, no texto produzido (PINTO, 2002, p. 31).

Logo, tanto Authier-Revuz (1990), Bakhtin(1992) e Pinto(2002) reconhecem no ato enunciativo um modo heterogêneo de manifestação da linguagem e, por isso, fornecem ao analista de discursos “instrumental produtivo para a exploração de um *modus operandi* que possibilite trabalhar imbricadamente a materialidade linguística e o nível discursivo” (BRANDÃO, 2012, p. 28).

A essência do segundo postulado, o da semiose infinita, reside exatamente nas considerações de Bakhtin sobre dialogismo e consiste na:

[...] capacidade de um signo gerar outro signo , formando uma cadeia de “interpretantes” na mente dos indivíduos , num processo infinito, cujo limite estaria na cultura e na historicidade que nos impõe o que e como pensar em cada tempo, lugar e circunstância (ARAÚJO,2000, p. 115).

Peirce(1995) também contribui epistemologicamente para a constituição desse postulado quando afirma que a natureza do conhecimento é sempre mediada por algum sistema de representação, no caso, a linguagem. A noção de *semiosis*, proposta pelo autor consiste numa rede infinita de remissivas de representações na mente dos indivíduos: cada significante remete para outro(s) significante(s), não se chegando a um sentido estável, a não ser muito provisoriamente.

Essa concepção de como se dá a produção de sentido recusa não só aquelas outras, que supõem o significado imanente aos objetos (inclusive os lingüísticos), mas também as que estabelecem um sujeito transcendental, causa, explicação e sentido último de todos os fenômenos sociais.

Atualmente, o termo mais adotado é o de “intertextualidade”, proposto por Julia Kristeva, em 1966, a fim de realçar essa característica dos textos de se relacionarem com outros textos, anteriores, contemporâneos ou subsequentes, ou com acontecimentos de outra ordem. Segundo Araújo (2000), a abordagem semiológica do texto com a noção de intertextualidade interessa no entendimento de que:

Gerar um texto é gerar uma estratégia, sem dúvida, e a toda estratégia corresponde uma intenção de produzir sentidos; no entanto, um texto e seus efeitos de sentido só podem ser compreendidos através de mecanismos que desvendem em que malha, em que rede de outros textos ele se encontra e como se manifestam naquela materialidade discursiva. Os sentidos de um texto não podem ser encontrados nas suas cadeias verbais, estudadas na forma como estão organizadas (p. 133-134).

Já o terceiro postulado, economia política do significante, nos permite perceber as diferenças fundamentais entre as abordagens comunicacional e semiológica, pois, traz à tona o conceito de mercado simbólico, em que as instituições e os indivíduos se posicionam discursivamente, através dos dispositivos de enunciação, na disputa de construir o sentido dominante.

Assim, a Teoria dos Discursos Sociais, enquanto disciplina plural e receptiva, acolhendo ao longo de sua constituição aportes de diversas ciências e teorias e retrabalhando suas premissas sob a perspectiva da produção do sentido, incorporou o ensinamento da Antropologia de que os fenômenos culturais funcionam sob uma lógica de mercado; a lógica da produção, circulação e consumo dos seus produtos.

Transportando esta noção para o plano dos discursos, afirma que o espaço da comunicação constitui um mercado simbólico, que opera segundo as regras de qualquer outro mercado: é só através do processo de produção, circulação e consumo que seus produtos, que são os discursos, adquirem a condição de significante.

De acordo com Araújo (2000), o mercado simbólico é, ao mesmo tempo, um espaço pré-construído, pois as posições sociais já estão determinadas, e também um espaço em construção, na medida em que através das práticas discursivas os agentes sociais definem sua posição, nomeiam, descrevem, fazem ver e assim, produzem a realidade.

Para se compreender como funciona tal mercado, é necessário procurar desvendar os mecanismos sociais que permitem que, numa dada circunstância, esse ou aquele locutor (ou conjunto de locutores) tenha o direito de falar e sua palavra ser reconhecida como autorizada por seus interlocutores; que vozes compõem seu discurso, que posição ocupam e quais são excluídas; os limites e condicionantes de sua formação discursiva, isto é, o que pode e não pode ser dito (ARAÚJO, 2000, p. 151-152).

Assim, de acordo com a autora, pela Teoria dos Discursos Sociais, fazer uma análise de discursos é evidenciar o papel de cada sujeito nas relações de poder a partir da análise das condições sociais de um discurso, assim como, entender o processo de configuração do espaço social, pela análise intrínseca do discurso.

3.5 – A semiose social: ideológico e poder

Semiose social é um conceito adotado por Pinto (2002), a partir da ideia de que todo processo de produção-circulação-consumo dos sentidos de um texto passa por duas dimensões: o ideológico e o poder. De acordo com o autor, vivemos em um mundo de aparências regido por regras e convenções que são subjacentes aos discursos que dominamos; “no mundo do *ideológico e do poder*, que é o mundo da linguagem, e no qual estamos condenados a ‘viver’” (p. 44, grifo do autor)

A primeira dimensão da semiose social é o ideológico, definido como o nome do sistema de relações entre o discurso e suas condições sociais de produção “e que compara metaforicamente a um conjunto de regras formais gerativas de sentidos” (PINTO, 2002, p.40). Em um texto, ele está presente através de marcas ou traços que estas regras formais deixam na superfície textual.

Segundo Verón (2004) , o ideológico está em toda parte, podendo manifestar-se em qualquer nível da “comunicação social”, o que não quer dizer que todo sentido produzido em uma sociedade seja ideológico, pois, “afirmar que o ideológico está em toda parte não é o mesmo que dizer que tudo é ideológico. Numa sociedade e no que diz respeito ao sentido, produzem-se muitas outras coisas além do ideológico” (p. 56).

O autor também alerta quanto à problemática do verdadeiro ou falso. O ideológico nada tem haver com essa problemática, tampouco com noções como ocultação, falsa consciência ou deformação do “real”.

[...] não se pode qualificar o ideológico como da ordem do falso, do mascarado, da alienação, a não ser que tenhamos, nós mesmos, um discurso absoluto, um discurso que seria a re-produção exata do real. Um tal discurso , não submetido a nenhuma imposição que poderia marca-lo na produção, nunca existiu. E, no entanto, nesse terreno, os julgamentos negativos são sempre possíveis: são feitos sobre uma ideologia a partir de outra” (VERÓN, 2004, p. 57).

Ainda de acordo com o autor supracitado, é no campo da enunciação, ou seja, no de produção dos discursos que podemos perceber as nuances ideológicas do discurso. Ao analisar os processos de semantização, ou seja, as operações discursivas de natureza semântica de revistas semanais, o autor identifica como ideológico os critérios que dirigem a escolha dos textos e imagens que compõem os discursos dos meios de comunicação. “O ideológico é uma relação entre o textual e o extratextual, relação que surge sob a forma de hipóteses, ligando certos aspectos dos textos às condições de produção dos mesmos.” (VERÓN, 2004, p.90-91).

Ou seja, o ideológico seria as relações entre os textos – verbais e não-verbais – e suas condições sociais de produção e “está presente num texto pelas marcas ou traços que essas regras formais de geração de sentidos deixam na superfície textual”. O ideológico se apresenta em um texto, por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” ou como bom senso, ou seja, “inferências e pressuposições que o coemissor deve fazer para suprir as lacunas e dar coerência à interpretação que faz, interligando entre si as frases e a parte de um texto e ligando-o a um mundo” (PINTO, 2002, p.45)

[...] o ideológico é uma dimensão necessária de todos os discursos, responsável pela produção de qualquer sentido social, os da ciência, inclusive - , e o que define ideologia como um repertório de conteúdos, opiniões, atitudes ou representações – pois o ideológico é principalmente um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes (PINTO, 2002, p.46).

Logo, na perspectiva que se adota aqui, o ideológico é entendido não como algo que mascare ou que oculte o “real”, mas sim como um mecanismo de funcionamento social, “como um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes” (PINTO, 2002, p. 46).

A segunda dimensão da semiose social é o poder. “Assim como o ideológico, a noção de ‘poder’ pode designar, como se vê, uma dimensão de todo o discurso, de toda produção de sentidos que circula em uma sociedade” (VERÓN, 2004, p. 59). Essa dimensão está em jogo em qualquer processo de interação comunicacional, funcionando como objeto de disputa, de forma que todos querem “dar a última palavra”.

Se o ideológico, como foi citado, pode ser definido como o nome do sistema de relações entre o discurso e suas condições sociais de produção, o poder pode ser definido como o sistema de relações entre o discurso e suas condições sociais de reconhecimento. Essa noção de “poder” de um discurso “não pode designar outra coisa senão os efeitos desse discurso no interior de um tecido de determinado de relações sociais” (VERÓN, 1978, *apud* PINTO, 2002, p. 47). Assim, para a análise de discursos, o poder é entendido não como uma dimensão concreta, única, que domina todos e a tudo de cima para baixo, mas sim como uma dimensão analítica.

Fairclough (2001) defende uma análise profunda do discurso que leva em consideração o seu contexto de produção, o discurso como prática social, e para tal, as relações de poder, domínio, discriminação e controle, e como estas relações são mantidas através da língua. O discurso reflete o local de sua produção, portanto, através dele é possível compreender o contexto social de determinada parcela da sociedade, todas as vertentes que

possam acompanhá-la, as ideologias utilizadas pelos grupos de domínio e quais são as estratégias discursivas usadas para a manutenção das mesmas.

3.6 – A imagem como instância de enunciação

Tal qual a palavra, a imagem é um signo que adquire sentido a partir de um contexto no qual foi produzida. Pela perspectiva da análise discursiva proposta pela Teoria dos Discursos Sociais, qualquer imagem deve ser considerada um discurso, mesmo isolada de outro sistema semiótico. “Nas imagens encontramos intertextualidade, enunciadore e dialogismo, tal como nos textos verbais” (PINTO, 1999, p. 33).

Em seu processo de significação, a imagem é dialógica, na medida em que retoma outras imagens, ressemantizando-as, promovendo sua interação, atribuindo-lhes novos sentidos. Ou seja, ela produz um efeito de evocação, que é a possibilidade de despertar experiências passadas sob a forma de outras imagens. Esse poder de evocação da imagem vem perturbar seu efeito de transparência, pois interpretamos e sentimos a imagem, ao mesmo tempo, através da maneira pela qual ela nos é mostrada e através de nossa própria história individual ou coletiva (CHARAUDEAU, 2006).

Assim, para a Teoria dos Discursos Sociais, são analisados todos os componentes que constituem um discurso e que para uma melhor análise dos sentidos ali acionados devem ser comparados com outros discursos.

Adotamos a linha de análise de discursos (AD) que considera necessário sempre confrontar um texto com outro(s), comparando-os e fazendo ressaltar as suas diferenças, o que, particulariza um e outro, opondo-os discursivamente e definindo seus lugares na rede social dos sentidos circulantes, o que se contrapõe ao imanentismo textual. Também, diferentemente de outros métodos que se restringem a separar semiótica e semiologia e, então, a separar, do mesmo modo, imagem e textos circunscritos num mesmo discurso, consideramos que os elementos que participam da produção de uma matéria enunciativa têm de ser analisados em conjunto (MAGALHÃES, 2003, p. 32).

Verón (2004, p.169) destaca que assim como não se deve separar o texto da imagem, o inverso também não deve acontecer, ou seja, uma “imagem nunca pode ser analisada em si mesma; ela não é separável dos elementos lingüísticos que a acompanham, que a comentam”.

Tendo como corpus de pesquisa capas de revistas semanais franceses, Verón (2004) apresenta um estudo sobre as imagens de imprensa. Inicialmente o autor trata da imagem de imprensa testemunhal, que por ser um “autêntico fragmento do real”, repousa no

imaginário social em torno do jornalista enquanto testemunha ocular dos fatos mais importantes e de situações atípicas e , até mesmo, graves, como guerras, matanças e desastres naturais. Ou seja, o real está distante do leitor do jornal e é o jornalista que faz essa mediação . Logo, o leitor, a sociedade, a opinião pública sente como se ela mesmo tivesse testemunhado tal acontecimento, ou seja, a imagem testemunhal é “muito mais do que uma simples ‘caução do real’: é como se graças a ela, nós também, o público, tivéssemos estado lá” (VERÓN, 2004, p. 170)

Além da imagem testemunhal, para o autor há quatro modalidades de construção das capas no que se refere ao tratamento das imagens ali presentes a fim de produzir sentidos para o leitor. A primeira é o que o autor chama de fundo semântico, em que a imagem perde seu referencial com o acontecimento real e passa a evocar o campo semântico designado pelo texto por meio das “estereotipias visuais da cultura: maleta para o executivo, o professor para a escola”. Tal estratégia serve para imprimir duas características: a especularidade, “visto que se mostra aquilo de que se fala” e a circularidade, pois a imagem é “a visualização de um conceito e não o testemunho de um acontecimento singular” (VERÓN, 2004, p. 171).

A segunda modalidade discursiva proposta pelo autor é a retórica visual dos personagens, que implica o “conjunto de traços definidos pela mídia” que se transformam em “índices de reconhecimento do personagem”, ou seja, uma figura pública. Seria uma espécie de “repertório de ‘situações’ para cada personagem, de modo a fazê-lo ‘atuar’ conforme a interpretação que a mídia quer dar de uma conjuntura que lhe concerne” (VERÓN, 2004, p. 175). Aqui novamente a imagem perde seu referencial já que o leitor está diante de um modo ou representação da figura pública que a revista julga conveniente à interpretação que faz de um dado da realidade.

O emprego de fotografia e/ou ilustração para representar de modo figurativo o que a manchete apresenta ao leitor é a terceira modalidade chamada de metáforas visuais. De acordo com Verón (2004, p. 177) a metáfora visual está “o mais longe possível do emprego clássico das imagens na imprensa informativa”, o que possibilita total especularidade entre texto e imagem.

Por fim, a quarta modalidade discursiva na perspectiva de Verón (2004, p.177) é a espacialização das imagens, que diz respeito à diagramação das imagens que “obedece a um modelo icônico em relação à situação evocada pelo título”. Tal modalidade implica a separação entre uma imagem e outra, sua disposição nos cantos da capa, uma imagem principal a ocupar o centro e margeada por outras, entre várias disposições que demarcem a relação entre dois ou mais personagens demarcados na capa.

Quase todas as imagens, em todos os contextos, são acompanhadas por algum tipo de mensagem lingüística. Em sua discussão sobre a inter-relação entre texto e imagem, Barthes(1990) estabelece duas formas paradigmáticas de interação: no primeiro, que ele chama de ancoragem, a imagem ilustra o texto e, no segundo, o relê, os textos carregam a imagem, sobrecarregando-o com uma cultura, uma moral, uma imaginação. Ou seja, como as imagens são propensas a múltiplos significados e interpretações, a ancoragem ocorre quando um texto é usado para se concentrar em um destes significados, ou pelo menos para dirigir o espectador através do labirinto de significados possíveis. Já no relê, o texto acrescenta significado e assim, texto e imagem trabalham em conjunto para transmitir o significado pretendido, como ocorre por exemplo, nas histórias em quadrinhos.

Além disso, em “A mensagem fotográfica”, o autor vê o jornal como um complexo de mensagens concorrentes em que a fotografia é o centro e é constituída ao seu redor pelo texto, o título, a legenda, o layout e, mesmo, pelo próprio nome do periódico(BARTHES, 1990). O autor separa a totalidade da representação em duas estruturas: visual e textual - que são contíguas, mas não homogeneizadas e, colocando a questão da significação textual de lado, centra-se na elaboração de uma análise estrutural da mensagem fotográfica.

Segundo Barthes(1990), a fotografia fornece um análogo perfeito do objeto representado. Esta representação direta (o que é) é a mensagem denotada da fotografia. Além disso, esta também transmite uma mensagem conotada, que é a maneira pela qual o enunciador, em certa medida comunica o que pensa. Porém, analisar as conotações de uma imagem é uma tarefa repleta de dificuldades. Uma delas é que cada imagem pode conotar múltiplos significados que dependem do espectador. Um significado é derivado de um léxico, que é um corpo de conhecimento dentro do espectador. Uma única lexia estimula vários léxicos que podem ou não podem ser compartilhados entre os espectadores. Assim, o significado é construído não exclusivamente pelo criador, mas também pelo consumidor, e na intersecção do seu léxico com os sinais contidos na imagem.

Assim, Barthes(1990) define seis procedimentos ou processos em que a fotografia assume um significado conotado: truncagem, pose, objetos, fotogenia, esteticismo e sintaxe. A truncagem refere-se aos processos de alteração de conteúdo da fotografia por meio de técnicas como a fotomontagem, que pode, por exemplo, alterar todo o sentido da foto original. A pose é o processo na qual o fotógrafo orienta a formação da cena a ser retratada. Os objetos refere-se a todos os elementos materiais previamente selecionados pelo fotógrafo afim de elaborar a mensagem fotográfica e assim, serem elementos de significação. A fotogenia é o

processo de “embelezar” ou “enfeiar” a imagem fotográfica por meio de técnicas como iluminação, angulação, maquiagem e etc, com o propósito de realçar algum sentido conotativo para uma mensagem. O esteticismo refere-se ao tratamento que o fotógrafo dá ao seu trabalho para que este tenha significado de uma “arte” e assim, impor sutilmente sentidos conotados a imagem. E por fim, a sintaxe, que é o processo em que o sentido é gerado através de uma sequência de fotografias encadeadas.

As técnicas de produção de sentidos apresentadas por Verón(2004) nas capas de revistas, aliadas as técnicas de conotação fotográfica estudadas por Barthes, nos permite afirmar que a realidade proposta pelos meios de comunicação através de seus textos, na forma como é entendido por Pinto(2002) e adotado nesta pesquisa, na verdade são construções de sentido, utilizados por seus enunciadores com o objetivo, entre outros, de buscar audiência do seu público.

Cabe aqui destacar a importância do suporte, da disposição das imagens, da escolha de palavras, cores, diagramação, formato do material, como elementos constitutivos da produção de sentidos, onde o destinatário encontra um lugar de “cumplicidade” criado pelo compartilhamento de certos valores culturais, o que nos leva ao conceito de *contrato de leitura*.

3.7 – O contrato de leitura

A análise discursiva para a Teoria dos Discursos Sociais deve articular os discursos às condições de produção e reconhecimento, evidenciando características contratuais que envolvem os discursos midiáticos. Logo, para Verón (2004, p. 250), essas características “são o suporte de operações que devem ser reconstituídas, operações que tomam a forma de regras de criação dos discursos”. A junção dessas estratégias e regras, através das quais as instituições midiáticas organizam e desenvolvem suas políticas de sentido é o que o autor chama de contrato de leitura.

La relacion entre um soporte y su lectura reposa, sobre lo que llamaremos el contrato de lectura. El discurso del soporte por una parte, y sus lectores, por la otra. Ellas son las dos “partes”, entre las cuales se establece, como em todo contrato, um nexo, el de la lectura. En el caso de las comunicaciones de masa, es el medio el que propone el contrato (VERÓN, 1985, p. 02).

Verón (2004), sem separar os conceitos de enunciação e enunciado, propõe-se a interpretar a oposição entre estes conceitos como comportando a distinção entre o que é dito e as modalidades do dizer. Como explicitado antes, as modalidades do dizer vão dar forma ao dispositivo da enunciação, que, por sua vez, compreende a imagem daquele que fala (o enunciador); a imagem daquele que o discurso é dirigido (destinatário); e a relação entre os dois, que é proposta no e pelo discurso. Cada meio de comunicação possui uma maneira particular de se dirigir ao público. Essa relação estabelece o nível de aceitação e rejeição dos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. É por meio dessa relação que os emissores interpelam seus públicos como sujeitos do seu discurso. Este dispositivo é o que, no caso da imprensa escrita, se comporta como o contrato de leitura.

O autor ainda cita o enunciado como parte importante do contrato de leitura. Mas o sucesso (ou fracasso), segundo ele, não se passa pelo que é dito (conteúdo) e sim pelas modalidades de dizer o conteúdo. Assim, em sua pesquisa sobre as revistas semanais femininas, o autor nota que os temas abortados são praticamente os mesmos, mas podem se apresentar muito diferentes uma das outras no plano do contrato da leitura.

Magalhães (2003, p. 52) afirma que é na inter-relação “implícita e partilhada que se inscreve num ritual comum de linguagem, onde cada interlocutor detém na sua fala expectativas acerca da fala do outro”. Este contrato é o responsável por criar o laço entre o órgão e o leitor – a queda do público resulta, frequentemente, da alteração progressiva e insensível do contrato, ou então da introdução de modificações redacionais que engendram uma incoerência no contrato.

Diante disso, é possível afirmar que o contrato de leitura é formado não apenas pelas modalidades do dizer, mas também pelas modalidades do ler. O dizer, então, como cita Magalhães (2003), só se efetiva no contato com o ler:

Se na produção o enunciador, consciente ou inconscientemente embute a voz do enunciatário, se no ato da leitura e do reconhecimento, o leitor está produzindo discurso, é porque este movimento dialético de posição, negação e negação da negação, efetiva-se no interior do discurso (p. 58).

O contrato de leitura é, então, dialógico: o enunciador constrói uma imagem de si mesmo e do outro por meio de uma expectativa que se instaura na possibilidade de resposta. Assim, a relação entre um meio e seus leitores firma-se sobre um pacto de leitura elaborado pelo emissor, e que vai ter êxito a depender das expectativas, interesses e motivações do público, mas, principalmente, pelo funcionamento da enunciação.

Além disso, o contrato de leitura se presentifica na etapa de recepção ou reconhecimento do produto jornalístico em que o leitor, primeiramente, acredita no poder e credibilidade do jornalismo, representado pelo veículo escolhido e, finalmente, consome determinados discursos porque em sua materialização a partir de matérias fotos, reportagens, etc, ele vê no produto algo com a qual se identifica.

Esse processo de escolha de um contrato de leitura não se configura como manipulação, e sim, como um processo de convencimento segundo as normas e regras dos discursos. Ou seja, o leitor é convencido de que “o conteúdo transmitido por ‘seu’ meio de comunicação (jornal, telejornal, revista, rádio, site da Internet e outros) é o que há de melhor e mais confiável no mundo” (LOPES, 2008, p. 131)

3.8 – O jornalismo na Teoria dos Discursos Sociais

No primeiro capítulo desta dissertação, foi visto como as notícias que circulam são resultados de enunciações construídas que, por força dos efeitos de real e verdade que produzem, podem atuar diretamente na institucionalização de sentidos sobre a mulher e sua relação com a política. De acordo com Ferreira (2007, p. 59) os discursos jornalísticos são construídos “a partir da ilusão da informação verdadeira, objetiva, neutra, imparcial, transparente, produzidas no interior de um aparato discursivo que não permite que as operações discursivas sejam facilmente percebidas pelo leitor”.

Para Lopes (2008), há uma naturalização e internalização da forma de produzir notícias, tais como as técnicas de redação jornalística – lead, sublead, objetividade, imparcialidade -, em que todos os sujeitos envolvidos, desde aquele que produz aquele que consome não se dão conta das imbricações e negociações que são feitas nesse processo de produção.

Pela ótica da Teoria dos Discursos Sociais, o discurso jornalístico deve ser visto enquanto prática social e lugar de produção de sentidos; “as práticas discursivas moldam e constituem os fenômenos sociais, e atribuem sentido às práticas sociais” (LOPES, 2008, p. 137). A partir dos instrumentos teóricos metodológicos que fazem parte da teoria supracitada, é possível encontrar marcas ou pistas dos processos sociais de produção dos discursos jornalísticos, em que conceitos como ideológico e poder são dimensões constitutivas deles e da realidade social, e que põem abaixo as noções pré-concebidas sobre o jornalismo e suas práticas.

Enquanto produtor de sentidos, o discurso jornalístico é uma construção cuja estrutura é perpassada por outros discursos e orquestrada por diversas vozes, de diferentes lugares de fala, que travam embates discursivos na busca de hegemonia. Tais discursos nunca são imanentes; apresentam a possibilidade de romper com discursos anteriores, apontar outros, ou até mesmo dizê-los de outra forma.

Enquanto prática social, as notícias devem ser entendidas a partir dos processos de produção, circulação e consumo de sentidos como sendo um texto redigido para alguém ler. Na etapa de produção, a notícia obedece a regras, previamente fixadas para dar conta de seu ideal de objetividade e neutralidade, por todos os atores e setores responsáveis por esta etapa. A circulação possui um papel coadjuvante neste processo entre a produção e consumo de notícias, sendo que este último ocorre em contextos sociais diversos e está relacionado ao investimento de sentido destinado à interpretação e as possibilidades de interpretações possíveis.

Ainda segundo Lopes (2008, p. 134), o que a Teoria dos Discursos Sociais propõe é um novo olhar sobre o jornalismo “que ressalte a especificidade do processo noticioso e enfoque o embate discursivo, isto é, a luta por posições de hegemonia”. Assim, o jornalismo é ao mesmo tempo sujeito e assujeitado: sujeito porque tem suas próprias regras e a sua legitimidade; assujeitado porque depende de outros campos para construir os seus discursos.

O poder do jornalismo de ser reconhecido como produtor de discursos legítimos institucionalmente nada mais é que o resultado de negociações, disputas de sentidos, ou seja, antes de passar pela etapa de consumo e reconhecimento, a produção de sentidos passa pela instância da negociação, não excluindo o fato de que o próprio reconhecimento também é um ativo de negociação.

Numa matéria, tudo faz parte de uma constante atualização da negociação de sentidos, que o cotidiano ou as técnicas de produção naturalizadas não deixam perceber: o enfoque dado, a sua posição na página, a foto que a acompanha, as fontes ouvidas, a dimensão da matéria, os limites da abordagem, a aproximação com o acontecimento/fato/evento/personalidade etc (LOPES, 2008, p. 136).

Logo, o que o autor supracitado propõe é que ao se ter um novo olhar sobre o jornalismo e suas práticas cristalizadas a partir da Teoria dos Discursos Sociais, pode-se perceber que as notícias são como elas são por causa dos processos inter-relacionados de produção, circulação e consumo do processo produtivo, cujos movimentos favorecem ou impedem a produção de certos discursos.

A partir do que foi exposto nestes três capítulos que antecedem a análise do corpus proposto nessa pesquisa, o quarto e último capítulo tem como objetivo identificar os processos jornalísticos que dão lugar às mulheres na cena política local, assim como identificar como a prática jornalística se materializa e como seus enunciados se presentificam e se movimentam construindo a imagem dessas mulheres.

4 – A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE MULHERES NA POLÍTICA PELOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA

4.1 – Descrição do corpus

Neste capítulo, apresenta-se num primeiro momento, dados relativos a uma análise quantitativa e descritiva, cuja importância é de servir como um passo para que se alcance os objetivos propostos, não sendo esta metodologia a que supre a demanda das questões levantadas na problemática desta pesquisa. Em seguida, tem-se a análise de discursos a fim de se depreender de que maneira e por meio de quais processos o jornalismo impresso de Teresina constitui um lugar para a mulher na política local.

No primeiro momento, houve o recorte quanto aos jornais das quais as matérias a serem analisadas seriam extraídos: os jornais impressos de maior circulação do Piauí, Diário do Povo, Meio Norte e O Dia.

O jornal Diário do Povo, circula em Teresina desde setembro de 1978 e é composto por três cadernos (Principal, Cidade e Galeria) , além dos classificados e um suplemento dominical (Diário da TV). Em seu *site*²³ estão disponíveis para visualização e download as versões *on-line* do jornal a partir do ano de 2002.

O jornal Meio Norte pertence ao Sistema Meio Norte de Comunicação, conglomerado de mídias que envolvem também TV, rádio e portal de notícias, todos com o mesmo nome. Ele começou a circular em janeiro de 1995, após o empresário Paulo Guimarães ter comprado o extinto jornal O Estado. Na sua estrutura, possui quatro cadernos diários (Caderno A, Cidades, Alternativo e Classificados), seis suplementos (For teens, Clube do Assinante, Municípios, Notícia da TV, Infantil e Inside) e um total de quinze colunas distribuídas entre os cadernos e suplementos (Informe, Opinião, cláudio Humberto, Papo do Bogéa, Minuta, Sua Cidade, Inside, Gospel, Padre Marcelo Rossi, Estante de Livros, Up moda, Coluna do Aquiles, Tudo de Bom e Tudo Mais). O jornal possui versão *on-line*²⁴ e um banco de dados disponível para acesso à edições anteriores.

O jornal O Dia é o mais antigo de todos. Fundado em fevereiro de 1951, inicialmente era um semanário. Passa a ser diário quando adquirido pelo empresário Octávio Miranda em 1964. Em 1994 passou a ser colorido, e desde então, vem experimentando diversas modificações gráficas, sendo a última no ano de 2010. É composto por quatro

²³ <http://www.diariodopovo-pi.com.br>

²⁴ <http://www.jornalnmn.com.br>

cadernos (Principal, Dia-a-dia, Torquato e classificados), quatro suplementos (Metrópole, Estilo, Notícia da TV e Economia) e oito colunas diárias (Roda Viva, Arimatéria Azevedo, Boechat, Balaio, Interior, Um prego na chuteira, Prisma e Canal 01). Também possui sua versão *on-line* disponível no portal de notícias do sistema O Dia²⁵ e um banco de dados, que possibilita o acesso às edições anteriores do jornal.

A investigação do *corpus* que compõe esta pesquisa é feita a partir dos elementos analíticos propostas pela Teoria dos Discursos Sociais: contextos, heterogeneidades discursivas, enunciadore, contrato de leitura, ideológico e poder. Dentro dessa perspectiva, para que as análises das matérias informativas na qual as mulheres na política local são sujeitos não se tornem cansativas e se repitam em si mesmas foi estabelecido como primeiro recorte as editorias de política de cada jornal: no jornal Diário do Povo, páginas 3 e 4 - Editoria Política; no Meio Norte, páginas 3 e 4 - Editoria Política & Justiça; jornal O Dia, páginas 2,3 e 4 - Editoria Política.

Importante ressaltar que entre as matérias catalogadas foi possível perceber a similaridade entre algumas delas no que diz respeito à própria redação, configurando-as enquanto releases. Estas não foram selecionadas para a análise.

Por fim, ainda como recorte, das onze mulheres que estavam em efetivo exercício das suas funções políticas eletivas no ano de 2011, dentro das variantes por cargos de vereadora de Teresina, deputada estadual e deputada federal, apenas cinco tem as matérias jornalísticas sobre elas analisadas.

Para se chegar a essas mulheres, a análise quantitativa serviu de parâmetro, pois, através dela observou-se quem tem o maior número de matérias dentro de cada categoria possuindo assim, mais visibilidade quando calculada por esta perspectiva. Além disso, trabalha-se com a hipótese que há pelo menos quatro formas de ingresso da mulher na política: a primeira por meio de vínculo familiar com histórico político; a segunda por meio de participação em movimentos sociais ou pelo exercício de profissão que as capacitem e lhes garantam a possibilidade de ascender politicamente; a terceira, por meio das duas variáveis acima descritas em conjunto; e por fim, sem que ela esteja ligada nem a famílias políticas e nem a movimentos sociais. Após a análise do histórico político das mulheres que são objeto desta pesquisa, observou-se que a primeira e a segunda forma são as que descrevem como elas ingressaram na política. Assim, procurou-se, na medida do possível, na escolha das que

²⁵ <http://www.portalodia.com/jornal/>

terão matérias analisadas, ter-se pelo menos uma representante da primeira e da segunda forma.

Após a catalogação de todas as matérias informativas das editoriais de política dos jornais supracitados nos meses que compreendem a pesquisa, pode-se chegar as personagens mulheres na política local que tiveram dentro desse período maior visibilidade, por serem nessas matérias aquelas que dizem ou de quem dizem, conforme descrito no quadro abaixo:

	Função	Diário do Povo	Meio Norte	O Dia	Total
Lilian Martins	Dep. Estadual	32	29	19	80
Rejane Dias	Dep. Estadual	12	36	18	66
Margarete Coelho	Dep. Estadual	06	06	11	23
Belê Medeiros	Dep. Estadual	05	08	05	18
Flora Isabel	Dep. Estadual	05	04	07	16
Ana Paula	Dep. Estadual	02	04	03	09
Juliana Falcão	Dep. Estadual	02	04	02	08
Lisiê	Dep. Estadual	02	03	01	03
Iracema Portella	Dep. Federal	03	06	06	15
Teresa Britto	Vereadora	06	06	27	39
Rosário Bezerra	Vereadora	04	16	13	33

Quantidade de matérias no ano de 2011

Fonte: Elaboração própria

A análise quantitativa acima serviu como um elemento norteador para a análise qualitativa quando apresenta, dentre as oito deputadas estaduais, Lilian Martins e Rejane Dias como sendo as que mais foram noticiadas pelos jornais impressos de Teresina durante o ano de 2011. Logo, partindo do critério de visibilidade calculada por quantidade, matérias sobre as duas são analisadas. Porque se pretende analisar como a forma de ingresso dessas mulheres na política é materializada no texto, ainda na variante deputada estadual, optou-se pela análise de discursos sobre Flora Isabel, haja visto que, diferente de Lílían e Rejane que tiveram apoio de seus maridos políticos, ela tem um histórico de presença em movimentos sociais que serviram de base para sua carreira política.

Quanto às vereadoras, matérias sobre Teresa Britto foram escolhidas, não só pela maior quantidade destas, mas também pelo fato de ter ascendido à carreira política sem ter vínculos com pares políticos familiares. Já a deputada federal Iracema Portela, por ser a única dentro desta variante, tem matérias sobre ela também analisadas.

No total, são vinte e nove matérias selecionadas em que se procurou numa perspectiva comparativa entre os três jornais, analisar para cada sujeito político escolhido, pelo menos uma matéria em cada jornal que versasse sobre o mesmo assunto ou tema. Assim, foram 17 matérias: 03 de Teresa Brito, 03 de Rejane Dias, 03 de Flora Isabel, 03 de Iracema Portella e 05 de LÍlian. Além destas, por ser recorrente matérias sobre a formação da bancada feminina na Assembleia Legislativa, 04 destas matérias são analisadas, além de 03 sobre a temática “Dia Internacional da Mulher”.

Observou-se também que há matérias que tratam de ações conjuntas de mulheres, assim como há outras que trazem embates discursivos entre algumas delas. A fim de se identificar como se dão as disputas de poder entre as mulheres e enriquecer as conclusões desta pesquisa, optou-se pela análise de 05 que se configuram enquanto embates de vozes.

Assim, inicialmente a análise de discursos proposta nesta pesquisa versa sobre as notícias sobre a composição da bancada feminina na Assembleia Legislativa; em seguida, aquelas que circularam quando nas comemorações do dia Internacional da Mulher e então, as que se mostram enquanto discursos tensionados entre mulheres. Por fim, passa-se para as análises de matérias por cada uma das mulheres escolhidas, sendo que antes de cada análise, a personagem é situada historicamente e inserida no atual contexto social, para que se tenha uma imagem mais ampla a seu respeito.

4.2 – A bancada feminina

O jornal O Dia de 02 de janeiro (Figura 01), sob o enunciado “Retrospectiva política” no início da página, traz ainda outro enunciado “Política: negócio de família”, em que o enunciador jornalístico chama a atenção para o fato de nas eleições de 2010, ter tido um grande número de eleitos por apadrinhamento político no estado do Piauí. Ao aproximar a política com a ideia de negócio de família, o enunciador estabelece uma analogia entre a política e as empresas privadas cuja posse é passada de geração para geração. Assim, tal qual uma empresa, a política também apresentaria essa característica, ainda resquício das oligarquias políticas características do início do século XX no Brasil, conforme tratado no segundo capítulo desta pesquisa, na qual o poder permanece na mão de um pequeno número de pessoas.

Política: negócio de família

Outro fato que chamou atenção foi o elevado número de pessoas que ascenderam na política devido aos apadrinhamentos de familiares. Personagens até então desconhecidos no cenário político local conseguiram lograr êxito nas urnas. A sequência de familiares ocupando as vagas

vai desde o comando do Executivo estadual até os cargos do Legislativo.

Foi assim com o governador Wilson Martins (PSB), que se elegeu, juntamente com a esposa, deputada Lilian Martins (PSB). O senador eleito Wellington Dias (PT) conseguiu eleger a esposa,

deputada estadual eleita Rejane Dias (PT); o senador eleito Ciro Nogueira Filho (PP) conseguiu eleger a esposa, deputada federal eleita Iracema Portela (PP); além do deputado federal eleito Marllos Sampaio (PMDB), que teve o apadrinhamento do pai, ex-deputado federal Themístocles

Sampaio (PMDB) e do irmão, deputado estadual Themístocles Sampaio Filho (PMDB). Moraes Sousa Filho (PMDB), que venceu como vice-governador do Estado, conseguiu eleger a esposa Juliana Moraes Sousa (PMDB) para a Assembleia Legislativa.

(Mayara Martins)

Figura 01

Fonte: O Dia, 02 jan. 2011, p.3.

No enunciado de que, nas eleições de 2010, “personagens até então desconhecidos no cenário político local conseguiram lograr êxito nas urnas”, o enunciador jornalístico estabelece uma relação de proximidade com os leitores que se identificam com as pessoas que desconhecem esses novos eleitos. Em seguida, traz esses personagens apresentando-os com as respectivas ligações familiares, em que se destacam quatro mulheres: Wilson Martins, eleito governador e sua esposa, Lilian Martins, eleita deputada estadual; Wellington Dias, eleito senador e sua esposa, Rejane Dias, eleita deputada estadual; Ciro Nogueira, eleito senador e sua esposa, Iracema Portela, eleita deputada federal; Moraes Sousa Filho, eleito vice-governador e sua esposa Juliana Moraes Sousa, eleita deputada estadual.

Ao apresentar a eleição de Rejane Dias, Iracema Portela e Juliana Moraes Sousa, o enunciador jornalístico utiliza a expressão verbal “conseguiu eleger” após o nome de seus respectivos maridos, propondo-as dessa forma, como assujeitadas historicamente no processo da eleição; ou seja, elas se elegeram a partir do prestígio político de seus maridos. O enunciador chama a atenção para Lilian Martins que é mostrada como quem “se elegeu juntamente” com Wilson Martins, e assim, é apresentada como um sujeito com certa autonomia.

Vale destacar que outro personagem que aparece na matéria é o deputado Marllos Sampaio, eleito deputado federal; no texto, ao contrário de Rejane Dias, Iracema Portella e Juliana Moraes Sousa, embora ele tenha tido o apadrinhamento do pai, o ex-deputado federal Themístocles Sampaio (PMDB) e do irmão, o deputado estadual Themístocles Sampaio Filho (PMDB), o enunciador usa o verbo na voz ativa, ele foi “eleito”. Tal forma de mostrá-lo propõe como efeito de sentido que, diferente das mulheres, Marllos Sampaio mesmo inserido no contexto de quem recebeu apoio de familiares políticos, ainda assim é um sujeito com autonomia, se elegeu independente dos laços familiares.

O jornal O Dia novamente apresenta a questão da eleição por apadrinhamento político no dia 31 de janeiro (Figura 02), véspera da posse das deputadas eleitas em 2010. No enunciado “Mulheres foram eleitas com experiência do marido”, o enunciador jornalístico reafirma um efeito de sentido de que as mulheres em questão foram eleitas por meio do prestígio político de seus esposos.

Além disso, outra voz polifonicamente compõe o texto, a do cientista político Ricardo Arraes, referenciado na matéria também como professor. O enunciador jornalístico, numa estratégia enunciativa marcada de reforço do ideológico, pressupõe que Ricardo Arraes tem capacidade para aferir conclusões a respeito do tema, e ao utilizar heterogeneidade mostrada, pelo uso de citações diretas e indiretas, ele coloca na voz do cientista político a responsabilidade do que é dito.

Na matéria, Ricardo Arraes enunciador marca uma posição ao dizer que as mulheres “foram eleitas ancoradas nos cabedais político dos maridos”. No entanto, ele admite que tanto Lilian Martins, primeira-dama do Estado, quanto Rejane Dias, ex-primeira dama do estado, foram eleitas por conta de “um reconhecimento de um trabalho próprio dessas mulheres”.

No caso da deputada Rejane Dias, ele afirma que ela “não colocou na imagem do marido”, “foi o trabalho dela que a credenciou”, o que se configura como um exemplo de heterogeneidade constitutiva, pois deixa na superfície a ideia de que há outros discursos sobre a deputada que a tornam credenciada a assumir o cargo na qual foi eleita, além de estabelecer um diálogo com a memória do leitor que reconhece sua competência.

O enunciador jornalístico então estabelece dois tipos de propostas: com aqueles que acreditam que as mulheres só foram eleitas por causa de seus maridos, e com aqueles que acreditam que há exceções, como as primeiras-damas, que acabam por desenvolver trabalhos que as credenciam posteriormente a serem eleitas sem se apoiarem na imagem de seus maridos.

A matéria está em dialogia com outra que está na parte superior da mesma página, com o título “Assembleia Legislativa inicia ano com renovação de 40%”, e cujo subtítulo traz o fato de que essa legislatura “terá ainda a maior bancada feminina de toda sua história”.

Assembleia Legislativa inicia ano com renovação de 40%

Doze deputados estrearão na Casa, que terá ainda a maior bancada feminina de toda sua história

Vanessa Mendonça
REPÓRTER

Uma renovação de 40% e a maior bancada feminina da história. Assim a Assembleia Legislativa do Piauí (Alep) inicia a legislatura 2011/2014. Apesar disso, muitos cientistas políticos têm questionado a legitimidade dessa renovação e dessa representação feminina por se tratar de nomes, quase que exclusivamente, ligados a políticos tradicionais. Por outro lado, a ampliada convocação de grande número de suplentes e a indefinição sobre quem assumirá essas suplências (representantes dos partidos ou das coligações) é outro infortúnio que a Alep deverá enfrentar já a partir da posse dos parlamentares, nesta terça-feira (1º).

Ao todo, a Assembleia terá 12 deputados estreantes, sendo cinco mulheres: Juliana Moraes Sousa (PMDB), Bêê (PSB), Rejane Dias (PT), Lizíe Coelho (PTB), Margareth Coelho (PP), Flávio Nogueira (PDT), Merlong Solano (PT), Firmínio Filho (PSDB), e Gustavo Neiva (PSB), além de Fábio Novo (PT) e Ubiraci Carvalho (PDT), que haviam assumido apenas como suplentes. A bancada feminina da Casa se completa com Lilian Martins (PSB) e Ana Paula (PMDB), que vão para o segundo mandato.

O presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Themistócles Filho (PMDB),

que deve ser reconduzido ao cargo pela terceira vez no dia 2, quando acontece a eleição para a nova Mesa Diretora da Alep, afirma que a renovação de mais de 40% da Casa não deve gerar empecilhos a seu funcionamento nesse primeiro momento da nova legislatura. "Todos os novos deputados têm, direta ou indiretamente, alguma experiência", disse.

A estreante Margareth Coelho afirma que a principal preocupação dos parlamentares é conseguir atender às demandas da população. "Acho que todos os eleitos são pessoas comprometidas com o futuro do Piauí. E nós, mulheres, não estamos chegando agora. Lutamos muito para alcançar esse espaço", comentou, acrescentando que

há grande expectativa por parte do parlamento em relação ao novo mandato do governador Wilson Martins. "O mandato anterior foi tampão. Agora que ele está realmente com sua equipe, de acordo com as políticas públicas que quer implantar. Eu especificamente pretendo cobrar o cumprimento da Lei Orçamentária", relatou.

Já o experiente deputado Fernando Monteiro, que irá para seu sétimo mandato, ressaltou que há grande expectativa em justificar através de sua atuação parlamentar o apoio recebido por lideranças de todo o Piauí. "Nossa função é intermediar os pleitos dos municípios junto ao Governo para melhorar as condições desses municípios", argumentou.

Mulheres foram eleitas com experiência dos maridos

O cientista político Ricardo Arraes, professor da Universidade Federal do Piauí, entre renovação e maior participação de mulheres na Assembleia Legislativa do Piauí, destaca a maior presença feminina na Casa. "Temos um dos parlamentos mais masculinos e conservadores do mundo. Países menores e menos expressivos economicamente que o Brasil têm maior participação

feminina que o Brasil. Esse é um avanço", argumentou.

Por outro lado, o professor disse que a maior parte das mulheres eleitas nas eleições de 2010 no Piauí tiveram apoio de maridos já com larga experiência política. "Foram eleitas ancoradas nos cabedais políticos dos maridos", ressaltou, apesar de admitir que em alguns casos, como os de Lilian Martins, esposa do governador

Wilson Martins, ambos do PSB, e de Rejane Dias, esposa do senador eleito Wellington Dias, do PT, trata-se de reconhecimento de um trabalho próprio dessas mulheres. "O Wellington teve quase um milhão de votos, a Rejane muito menos. Não colou na imagem do marido. Foi o trabalho dela que a credenciou", disse.

Ricardo Arraes também

ressaltou o risco que representa a ampla maioria do Governo na Casa. "Por um lado o Governo tem maior facilidade de aprovar projetos de seu interesse; esperamos que essa liberdade não leve a um Governo autoritário. Autoritário no sentido de não ouvir a oposição, as reivindicações da população", exemplificou.

(Vanessa Mendonça)

Conheça os parlamentares pi
tomam posse dia 1º:

DEPUTADOS ESTADUAIS

 Lilian Martins PSB 66.526 votos 2º mandato	 Rejane Dias PT 55.175 votos 1º mandato	 Robert Rio PC do B 52.646 votos 2º mandato
 Firmínio PSDB 47.634 votos 1º mandato	 Kleber Eulálio PMDB 47.472 votos 2º mandato	 Themistócles PMDB 46.319 votos 5º mandato
 Fernando Monteiro PTB 41.936 votos 7º mandato	 Luciano Nunes PSDB 37.789 votos 3º mandato	 Marden M PSDB 35.644 votos 3º mandato
 Ana Paula PMDB 34.385 votos 1º mandato	 Flávio Nogueira PDT 32.954 votos 1º mandato	 Merlong S PT 31.345 votos 1º mandato

Figura 02

Fonte: O Dia, 31 jan. 2011, p. 3

Nela, o enunciador jornalístico traz a voz de uma dessas mulheres eleitas, Margarete Coelho, que enquanto sujeito da enunciação, se assume nesse contexto principalmente como mulher e não como sujeito político, quando polifonicamente diz "e nós mulheres, não estamos chegando agora". A citação direta da deputada marca que as mulheres sempre estiveram buscando esse espaço.

Ainda, há um efeito de sentido de que Margarete Coelho dialoga com Ricardo Arraes discordando deste quando diz que "lutamos muito para alcançar esse espaço", ou seja, ela coloca as mulheres como sujeitos ativos no campo político, ao contrário do que afirma o estudioso que as coloca, com exceção de Rejane Dias e Lilian Martins, enquanto assujeitadas.

Na mesma data de 31 de janeiro, o jornal Meio Norte com a matéria “Bancadas renovam 40% na Assembleia e 50% na Câmara” (Figura 03) traz o embate de vozes entre os discursos jornalístico, científico político e o feminista, em uma disputa de poder de quem dá a última palavra.

O enunciador jornalístico está em tensão com um enunciador científico político, materializado na voz de Vitor Sandes, quando o primeiro propõe que há uma “renovação significativa nas bancadas piauienses”, enquanto que o segundo, em citação direta, afirma que “não haverá mudança política substancial”. Logo, um sentido proposto é que a renovação, neste caso, não significa uma mudança.

A questão da presença maior de mulheres em cargos eletivos é mostrada pela

→ **Novos deputados**

Novos deputados tomam posse marcando expressiva renovação nas bancadas, que seguem alinhadas com o Governo, inclusive sofrendo impacto da convocação de Wilson Martins

Bancadas renovam 40% na Assembleia e 50% na Câmara

ANANIAS RIBEIRO E SÁVIA BARRETO
DE POLÍTICA E JUSTIÇA

Esta semana os trabalhos legislativos na Câmara Federal, no Senado e na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) recomeçam trazendo como principal novidade uma renovação significativa das bancadas piauienses. Com a saída de parlamentares eleitos em outubro do ano passado e que estarão ocupando este ano cargos na administração estadual a convite do governador Wilson Martins (PSB), a renovação das bancadas aumenta ainda mais com a posse dos suplentes que exercerão o primeiro mandato em substituição aos políticos veteranos.

“Não haverá grandes alterações no perfil do Legislativo. Em geral, os suplentes que assumirão vagas na Assembleia Legislativa são políticos com trajetória política. Além disso, a força da bancada governista se manterá, o que, em termos práticos, reforça a tese de que não haverá mudança política substancial, mesmo com a saída de alguns deputados que irão assumir cargos políticos-administrativos no Governo”, argumenta o cientista político Vitor Sandes.

Para ele, a presença maior de mulheres na Assembleia Legislativa, por exemplo, significa um avanço político na composição da Casa. “Quanto à questão da maior presença de mulheres, isso apresenta um avanço no sentido de tornar mais plural a representação no âmbito da Alepi, mas, por outro, sabe-se que parte delas são ligadas politicamente à política tradicional do estado do Piauí”, frisou, acrescentando que “as mudanças, em regimes democráticos, muitas vezes, vêm acompanhadas por traço de continuísmo”.

Sandes considera o peso

Nova composição da Assembleia, Câmara e Senado

Assembleia Legislativa	
Renovação	40%
Governistas	21
Oposição	5
Bancada feminina	7

Câmara Federal	
Renovação	50%
Governistas	8
Oposição	3
Bancada feminina	1

Senado	
Renovação	100%
Governistas	2

da base governista como marcante nessa legislatura. “Com isso, os deputados de oposição terão alguma dificuldade de aprovar medidas contrárias à posição do Governo”, ressaltou. Para manter a base, segundo o cientista político, basta o Governo conseguir negociar com as lideranças dos partidos aliados de modo a impossibilitar conflitos internos, o que pode contribuir para o fortalecimento da oposição. “A oposição, por outro lado, terá como principal desafio sua rearticulação, tendo em vista a diminuição da força governista na Assembleia”.

Os debates em torno dos membros que ocuparão as principais comissões das Casas Legislativas também são importantes, lembra Vitor. “São nas Comissões que são debatidas e deliberadas boa parte das discussões do Legislativo. São nelas que são realizados os trabalhos mais especializados e, por consequência, é desejo da base governista a ocupação das principais Comissões do Legislativo, inclusive a de Constituição e Justiça”, disse.

Na Câmara apenas o deputado federal Átila Lira (PSB) sairá para assumir a Secretaria de Educação e em seu lugar entrará o Nazareno Fonteles (PT). Já na Assembleia, a primeira novidade fica por conta da esposa do vice-governador, Moraes Souza Filho (PMDB), Juliana Moraes Souza. Ela fará companhia no time dos novatos junto a Gustavo Neiva e Thalmânia Gomes, a Belê, ambos do PSB. Rejane Dias e Merlong Solano são os novos nomes do PT, mas Merlong deve sair para comandar a secretaria estadual de Transportes. O PP elegeu Margareth Coelho e o PSDB, Firmiano Filho, ambos estreantes na Alepi. Evaldo Gomes pelo PTC também é outro novato que inicia os trabalhos legislativos esta semana.

Para a Legislatura de 2011 – 2015 serão convocados os suplentes dos deputados eleitos Wilson Brandão (PSB), Wánton Santos (PMDB), Robert Rios (PCdoB), Lillian Martins (PSB), Merlong Solano (PT) e Henrique Rebelo (PT). Os deputados federais e senadores eleitos serão empossados nesta terça-feira, às 10 horas.

Figura 03
Fonte: Meio Norte, 31 jan. 2011, p. 3

citação direta do enunciador científico político como um avanço “no sentido de tornar mais plural a representação no âmbito da Alepi, mas, por outro lado, sabe-se que parte delas são ligadas politicamente às políticas tradicionais do estado do Piauí”. Percebe-se no enunciado proposto pela voz de Vitor Sandes a materialização de dois discursos divergentes: o discurso feminista, que aponta o ingresso cada vez maior de mulheres como avanço, e o discurso histórico político, que reconhece essa presença como um “continuísmo” de oligarquias políticas.

Essa reminiscência a discursos anteriores é um exemplo de heterogeneidade constitutiva, porque requer que o leitor tenha conhecimento de quem são essas mulheres e a que grupos políticos elas estão ligadas. A exceção, neste caso, é da deputada Juliana Moraes Sousa, mostrada no texto como “primeira novidade” e “esposa do vice-governador”, em que o enunciador

jornalístico também aciona o discurso de gênero. Nesse ínterim, este enunciador utiliza a prerrogativa de utilizar outras fontes para construir seu texto, colocar na voz destes enunciadores o que é dito e assim, eximir-se dessa responsabilidade, mas propondo sentidos e deixando na superfície do texto as marcas de embates discursivos.

No jornal *Diário do Povo*, as relações de parentesco das mulheres que foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado não foram levantadas na mesma proporção como ocorreu com os dois jornais supracitados. No entanto, não houve um silenciamento por completo na questão. No dia 02 de fevereiro (Figura 04), em sua página 03 da editoria de política, o enunciador jornalístico faz uma referência ao apadrinhamento político dos novos deputados na matéria “Dez parlamentares exercem primeiro mandato”.

Dez parlamentares exercem 1º mandato

Dez dos 30 parlamentares que tomaram posse ontem vão exercer o primeiro mandato de deputado. São eles: Firmino Filho (PSDB), Flávio Nogueira Júnior (PDT), Merlong Solano e Rejane Dias (PT), Evaldo Gomes (PTC), Liziê Coêlho (PTB), Margarete Coêlho (PP), Juliana Moraes Souza (PMDB), Tasmânia Medeiros, a "Belê" (PSB), Gustavo Neiva (PSB). O campeão de votos é Firmino Filho, que obteve 47.634 votos. O que obteve menos votos foi Evaldo Gomes, com 10.900 votos.

Entre os calouros há nomes de vasta experiência na política. É o caso de Firmino Filho, ex-prefeito de Teresina por dois mandatos (1997/2004), duas vezes candidato a governador do Estado e ex-vereador da capital, eleito em 2008. Gustavo Neiva também tem experiência administrativa: foi prefeito duas vezes de Porto Alegre do Piauí, no período de 2001 a 2008.

Entre eles, há também deputados que foram eleitos pela força do apoio de gestores públicos. É o caso de Flávio Nogueira Júnior, que deixou o curso de medicina no Rio para se candidatar a deputado, assumindo a vaga do pai, o ex-deputado Flávio Nogueira, que se candidatou a vice-governador na chapa encabeçada pelo senador João Vicente Claudino (PTB). Tasmânia Medeiros (PSB) também contou com um apoio forte para chegar ao primeiro mandato na Assembleia: o tio dela é o prefeito de Picos, Gil Paraibano.

Figura 04

Fonte: *Diário do Povo*, 02 Fev. 2011, p.3

No corpo do texto, o enunciador posiciona primeiramente esse apadrinhamento como “apoio de gestores públicos”, mas a relação oligárquica se materializa nos exemplos apontados pelo mesmo enunciador: Flávio Nogueira Júnior, que assumiu “a vaga do pai”, e de Tasmânia (Belê) Medeiros, apoiada por seu tio, prefeito da cidade de Picos, Gil Paraibano.

Na forma de mostrar a forma de ingresso de Belê, o enunciador jornalístico apresenta como tendo tido “um forte apoio” para “seu primeiro mandato”, propondo nesta instância da redação um efeito de sentido de que sem esse apoio provavelmente ela não teria alcançado êxito, por não ter experiência política consistente para a disputa deste cargo, já que é a primeira vez que é eleita ao mesmo.

4.3 - Dia Internacional da mulher

O jornal Meio Norte, do dia 08 de Março (Figura 05) também apresenta o discurso da ciência política na tessitura do texto jornalístico ao tratar do dia internacional da mulher, tendo como pauta o cenário da política local que naquele momento contava com o maior número de mulheres até então na Assembleia Legislativa. O enunciado do título “Participação feminina na política ainda é pouco expressiva” está em uma relação de dialogismo com o enunciado do chapéu “Análise Científica”, e com o enunciado do olho (recurso gráfico utilizado no jornalismo para destacar entre colunas do texto algum aspecto do mesmo) “Política: Dados de 2009 mostram que em média, em todo o mundo, as legisladoras representavam menos de 20%”. Tal relação propõe como um efeito de sentido a constatação de que, mesmo com a maior bancada feminina piauiense da história da Assembleia Legislativa, a pouca expressividade de mulheres na política pode ser vista a partir de uma análise de cunho científico-político e apresentação de dados estatísticos.

Percebe-se então, que existe uma articulação com o discurso da ciência política materializado por meio de dados e pela voz de um especialista, o cientista político Ricardo Arraes. O enunciador jornalístico traz à tona o fato positivo de o Piauí ter sete mulheres como deputadas estaduais e uma deputada federal, o discurso histórico e de gênero que afirma que a Câmara dos Deputados era “dominada por homens há várias legislaturas”, e o discurso da ciência política na voz de Ricardo Arraes, que

→ Análise científica
Apesar da maior bancada feminina piauiense ter se formado na última eleição, o cientista político Ricardo Arraes considera baixa a presença das mulheres na política

Participação feminina na política ainda é pouco expressiva

→ Os eleitores piauienses escolheram em 2010 a maior bancada feminina na história da Assembleia Legislativa do Piauí – sete mulheres – e uma representante na Câmara dos Deputados dominada por homens há várias legislaturas.
No Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, o cientista político Ricardo Arraes fez uma análise da presença feminina nos espaços de poder e decisão política do Estado. Segundo ele, o maior número de mulheres eleitas é um dos pontos mais marcantes do último pleito.

“Isso mostra que estamos avançando nessa esfera. Mas ainda estamos engatinhando quando o assunto é mulher na política. Basta dizer que o Brasil foi um dos primeiros países a conceder direito de voto às mulheres, mas mantém um dos piores níveis de representação feminina em cargos públicos. Então, a realidade que ainda impera no país é a de baixa representatividade feminina nos cargos eletivos”, ressaltou.

De acordo com Arraes, dados de 2009 mostram que em média, em todo o mundo as legisladoras representavam menos de 20%. No Brasil, a proporção das parlamentares era de 9% na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. Da mesma forma, levantamentos feitos nos estados, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), demonstram que, em geral, nenhum partido cumpre a cota mínima de 30% de mulheres no total de candidaturas. Seja qual for a disputa.

“As mulheres ainda lutam com dificuldades para ocupar os espaços de poder

→ Política
Dados de 2009 mostram que em média, em todo o mundo, as legisladoras representavam menos de 20%

e decisão, seja da iniciativa privada ou dos poderes públicos”, destacou Arraes, que não concorda com a ideia de que a política só vai melhorar com a maior participação feminina. “Acredito que os esforços de homens e mulheres podem mudar a realidade de corrupção, falta de ética nos Paramentos e reduzir a miséria e a opressão que ainda grassam em grandes estratos de nossa população”, completou.

Ele lembra que, se no legislativo estadual há um incremento na participação

feminina, no municipal, o atual processo eleitoral registra baixos índices de participação de mulheres. “Ali, o número já foi mais expressivo”, lembra.

Segundo o cientista político, a realidade de distorção entre a quantidade de homens e mulheres na política não ocorre somente no Piauí. As candidaturas para as câmaras municipais do país – 348.564, em 2008 – ainda são predominantemente masculinas, pois dos mais de 270 mil candidatos (77,96%), as femininas eram apenas de mais de 76 mil (22,05%). “Embora os números mostrem o contrário, em tese, o eleitor brasileiro parece não apresentar dificuldades em votar em mulheres. É tanto que pesquisas no ano passado mostravam que nove em cada 10 brasileiros afirmaram que votariam em uma mulher.

Nova bancada feminina no Piauí tem missão simbólica

O cientista político Ricardo Arraes acredita que a diversidade do número de deputadas é “extremamente positiva” pelo fator simbólico e pela possibilidade que isso possa representar uma maior participação no futuro e uma melhoria na esfera dos direitos e das garantias para as mulheres piauienses.

“A atual bancada tem uma missão simbólica importante que é a de garantir a ideia de que mais participação feminina na política traz mais honestidade, mais ética, compromisso com o eleitorado e maior capacidade administrativa. Isso não é pouca coisa. Por isso considero que a atual bancada tem esse encargo de experimentação”, disse.

Ricardo destaca que outro inéditismo do pleito é que antes esposas, sobrinhas e filhas substituíam os homens quando estes saíam da política. Agora não. Elas foram eleitas no mesmo pleito ocupando espaços dos maridos que ascenderam em suas carreiras.

“Assim, o dado menos alvissareiro da presença am-

pliada das mulheres no legislativo estadual se dá pelo fato de que todas elas estão ancoradas nas carreiras de seus maridos. É claro, algumas delas eram mulheres “competitivas” no panorama daquelas eleições. Elas pertenciam a partidos fortes e possuíam apoio econômico, tinham, portanto, alguma possibilidade de vitória”, argumentou.

Ele ressalta que não basta apenas eleger mais mulheres, “especialmente quando elas vêm na garupa de seus esposos”. (S.B.)

Figura 05

Fonte: Meio Norte, 08 mar. 2011, p. 04

em tensionalidade com o discurso feminista “não concorda com a idéia de que a política só vai melhorar com a maior participação feminina”.

Na foto da matéria, tem-se a imagem do cientista com a legenda “Arraes: ‘Eleitor não tem dificuldades em votar em mulheres’”, cujo enunciado configura-se como uma estratégia discursiva de um enunciador na instância da diagramação de estabelecer uma proximidade com aqueles que se reconhecem como eleitores de mulheres a cargos políticos.

Ainda na mesma página, o enunciador na matéria “Nova bancada feminina no Piauí tem missão simbólica”, utiliza a estratégia jornalística de usar o verbo na voz ativa a fim de dar ao texto um aspecto de verdade factual. O enunciado do título dialoga no corpo do texto com o discurso científico político materializado na voz de Ricardo Arraes que, por meio de heterogeneidade mostrada, apresenta o fato de ter-se um grande número de mulheres na Assembleia Legislativa como positivo, mas que esse fato é apenas “simbólico”, uma “experimentação”.

Além disso, em um contexto sócio-cultural mais amplo, o discurso histórico-social em que estão inseridas as questões de gênero e a construção do lugar da mulher na sociedade, também se apresenta pela voz do enunciador científico político quando este propõe que a presença de mulheres na política “traz mais honestidade, mais ética, compromisso com o eleitorado e maior capacidade Administrativa”. Este enunciado comporta-se como uma referência ao papel da mulher no espaço privado que, ao se inserir no espaço público, é capaz de reorganizar a política tal qual organiza sua casa, por conta das características femininas atribuídas a elas ao longo da história.

O discurso histórico também perpassa na superfície do texto quando, em citação indireta, o cientista político ressalta como “outro ineditismo” do pleito o fato de que, ao contrário de antes em que as mulheres substituíam maridos, pais, tios, etc, quando estes se aposentavam da política, agora elas os substituem quando estes ascendem para outros cargos. O enunciador jornalístico coloca em circulação a voz de um enunciador científico político para explicar como era antes e como é agora, e para apresentar dados numéricos sobre a atuação feminina na política, numa estratégia enunciativa didática.

Na mesma data, 08 de março, o enunciado do jornal O Dia (Figura 06), na rubrica (chapéu no jargão jornalístico) “Mulheres” traz na página 03 de sua editoria de política várias matérias sobre essa temática. A matéria “Parlamentares se propõem a defender ações elementares” destaca as temáticas de atuação da “maior bancada feminina da Alepi”, que, pelo título são mostradas como “elementares” pelo enunciador jornalístico. Vale destacar

que as ações em maior parte estão relacionadas ao segmento mulher que, no entanto, são consideradas pelo enunciador de pouca expressividade.

Na superfície do texto está presente o discurso político nas vozes de algumas dessas deputadas, como Flora Isabel, que é apresentada como “experiente” e que dá “continuidade” a seu trabalho, o que sugere que ela já estava na mesma pauta há algum tempo. Observa-se que nas citações diretas, a deputada se coloca como ser político e não como mulher, quando usa a terceira pessoa para falar de seus projetos, tais quais “queremos” e “estamos”.

Também há outro efeito de sentido que propõe a deputada enquanto uma porta-voz de alguns nichos de mulheres para a obtenção de direitos e benefícios, como as que estão acima dos 40 anos e as pequenas empreendedoras.

A deputada Belê Medeiros é discursivizada pelo enunciador jornalístico como “novata”, o que sugere que ela poderia trazer novas propostas para o segmento. Já a deputada Rejane Dias é apresentada como “reconhecida pelo seu trabalho junto ao segmento de pessoas com deficiência”, mas que agora tem como prioridade a luta pela isonomia entre homens e mulheres no trabalho. Observou-se que, ao apresentar as deputadas, o enunciador jornalístico se comporta como um enunciador didático ao informar ao leitor sobre detalhes das deputadas, novata, por isso desconhecida, e já reconhecida pelo público porque já atuava em outros segmentos.

Na citação direta de Rejane “transformar antigas bandeiras de luta em políticas públicas consistentes”, o enunciador coloca na voz da deputada uma afirmação que propõe que as lutas não são novas, o que complementa o sentido proposto pelo uso da expressão “ações elementares”. A deputada federal Iracema Portela é apresentada como “única” e que, assim como as deputadas estaduais, também atua em defesa do segmento mulher. Em todo momento as deputadas estaduais e a deputada federal aparecem em situações verbais de voz ativa, o que cria efeitos de mulheres protagonistas no seu segmento.

Nota-se em um contexto situacional imediato, que a matéria supracitada dialogisa com a principal da página “Piauí não acompanha avanços de políticas federais para as mulheres”, propondo que em relação ao Brasil, o Piauí não avança no segmento mulher porque ainda trata de questões elementares.

Também em dialogismo com as duas matérias, tem-se um *box* (Material adicional usado em uma matéria que serve para destacar uma parte do tema ou para dar explicações adicionais ao leitor) com o enunciado “Teresina ainda não tem órgão para tratar de políticas para as mulheres”, em que o enunciador jornalístico afirma que a reivindicação desse órgão é

antiga. Para corroborar com tal afirmação, ele usa de heterogeneidade mostrada, tanto por citações diretas como indiretas, na voz de Teresa Brito, que é mostrada como a vereadora que desde sua posse em 1º de abril de 2010 solicita ao prefeito a instalação do órgão e foi a proponente da Comissão da Mulher na Câmara para cobrar políticas públicas nessa área.

MULHERES

Piauí não acompanha avanços de políticas federais para mulheres

Os movimentos feministas alegam resistência dos gestores públicos para a criação de órgãos específicos

Vanessa Mendonça
REPORTER

O Piauí não acompanha os avanços de políticas públicas para as mulheres, segundo militantes de movimentos sociais em prol da defesa dos direitos das mulheres no Estado. A inexistência de órgãos públicos estaduais e municipais específicos e o baixo poder de mobilização social feminino são apontados como responsáveis por essa realidade.

"Em nível nacional se avançou mais do que no Piauí. O Estado não acompanhou essa evolução, em grande parte porque o Governo Federal criou e deu condições de trabalho para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (com status de ministério) e aqui não temos órgão desse tipo", comenta Francisca Zelma Lima, bacharel em Direito e presidente da União Brasileira de Mulheres Seção Piauí (UBM-PI).

A ativista aponta que a

Secretaria dispõe de recursos para a formalização de convênios, mas que a maior parte dos municípios piauienses está impedida de firmar esse tipo de parceria por não possuir órgãos especificamente para tratar de políticas públicas voltadas para as mulheres.

"Há uma resistência de nossos gestores em relação à criação desses órgãos. A criação de um órgão estadual foi promessa de campanha do governador (Wilson Martins) e estamos cobrando sua efetivação", conta Zelma Lima, destacando que o chefe do executivo estadual disse que o início do ano é um período de acertos na Administração Pública e que isso inviabilizaria a criação do órgão nesse momento. "Mas vamos começar a cobrar de forma mais efetiva. Atualmente esse trabalho é feito dentro da estrutura da Sasc (Secretaria Estadual de Assistência Social

e Cidadania) e poderia ser maior", acrescenta.

Sobre a expectativa referente ao trabalho das parlamentares piauienses para a criação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, a presidente da UBM-PI diz que é positiva. "A gente aposta que no dia a dia elas possam incluir as lutas das mulheres em seus projetos e possam ainda aceitar nossas provocações", comenta. Segundo Zelma Lima, o Piauí precisa de uma política transversal direcionada às mulheres, reunindo diversos órgãos da administração pública, o Poder Legislativo e a sociedade civil.

"As mulheres podem não reconhecer ou não ter consciência disso, mas quando elas cobram melhorias para as escolas dos seus filhos, dos hospitais, elas estão engajadas na luta pelos direitos das mulheres, já que é a mulher quem tem conta da estrutura da família na maior parte dos casos", avalia Zelma Lima.



ZELMA LIMA: Defende uma política transversal direcionada às mulheres piauienses

Teresina ainda não tem órgão para tratar de políticas para mulheres

A reivindicação não é recente. Teresina ainda não tem um órgão público voltado especificamente para a defesa e promoção dos direitos das mulheres. Para as duas vereadoras do município, Teresa Brito (PV) e Rosário Bezerra (PT), essa é uma prioridade em relação às políticas públicas para as mulheres na capital.

"Fui a proponente da Comissão da Mulher na Câmara para cobrar políticas públicas nessa área. Também da criação de uma coordenação com status de secretaria, ligada ao gabinete do prefeito, para articular as

políticas públicas inclusive com outras secretarias", relata Teresa Brito. A parlamentar lembra que sua primeira audiência com o prefeito Elmano Férrer, após sua posse em 1º de abril de 2010, foi para tratar sobre a instalação desse órgão.

"Vou voltar a me reunir com ele (prefeito) para cobrar a efetivação dessa coordenação. A expectativa é de que ela seja implantada ainda esse ano. Teresina tem muitas mulheres chefes de família, que precisam de atenção especial, de ações de inclusão social, atenção em saúde", comenta a par-

lamentar.

Apesar da redução da bancada feminina na Câmara Municipal de três parlamentares eleitas em 2004 para duas em 2008, Teresa Brito acredita que o trabalho legislativo feminino vem sendo bem aceito na capital. "A mulher tem o olhar mais amplo, mais percepção, ela é mais sensível quanto aos problemas da cidade, além de mais determinada. Dentre os vereadores reeleitos eu fui a mais votada. Isso mostra que o trabalho das mulheres está sendo aprovado", avalia.

(Vanessa Mendonça)

Parlamentares se propõem a defender ações elementares

A Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) possui atualmente sete deputadas em atuação: Rejane Dias (PT), Margarete Coelho (PP), Belê (PSB), Flora Izabel (PT), Juliana Moraes Souto (PMDB), Ana Paula (PMDB) e Lizzi Coelho (PTB). É a maior bancada feminina da Alepi. Apesar da grande expectativa em relação à sua atividade parlamentar relacionada às mulheres, maior parte delas tem propostas elementares para o segmento.

Uma das mais experientes entre as parlamentares da Casa, Flora Izabel tem vasto trabalho voltado para as mulheres. "Queremos trabalhar pela saúde da mulher no climatério, acima de 40 anos. Elas precisam de atenção especial em função da questão hormonal. Com acompanhamento pode-se evitar osteoporose, depressão, cínico", comenta a petista, ressaltando que há muitas medidas para mulheres em idade reprodutiva, mas não para mulheres no climatério. "Também estamos mantendo a discussão com o Governo do Estado sobre a construção do Hospital de Referência da Mulher, tendo um centro de climatério", ressalta.

Outra prioridade de Flora Izabel em relação às mulheres é a continuidade do trabalho pela criação da carreira das mulheres da Agência Estadual de Fomento. "É para a mulher colocar seu próprio negócio ou obter capital de giro. Muitas sustentam suas famílias confeccionando roupa, salga-



FLORA IZABEL: A saúde da mulher deve ser prioridade

do, chocolate, bijuteria, artesanato", argumenta.

A deputada novata Belê tem como prioridade mais urgente nessa área a interiorização da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Piauí.

"No dia 18 de março estamos na cidade de Picos e depois instalaremos a comissão em cidades pólo como Parnaíba. São João do Piauí", disse a parlamentar, ressaltando que esses são espaços para discussão, proposição e cobrança de políticas de defesa dos direitos das mulheres.

Reconhecida por seu trabalho junto ao segmento de pessoas com deficiência, a deputada Rejane Dias tem como uma das prioridades de seu mandato lutar pela isonomia salarial entre homens e mulheres. "Mesmo com mais tempo de estudo e com plena capacidade de desempenhar bem qualquer trabalho que nos seja conferido, o preconceito consegue estabelecer uma enorme diferença entre

nossos vencimentos", comenta a petista. Outra luta da deputada será a implantação de órgãos específicos, que "transformam antigas bandeiras de luta em políticas públicas consistentes".

"Também queremos levar a todos os municípios informações sobre a Lei Maria da Penha, de proteção à mulher vítima de violência doméstica, ainda há muito desconhecimento sobre ela, sobretudo no interior do Estado, onde a violência doméstica contra a mulher pode até ser mais grave justamente por falta de informações", conta Rejane Dias.

Única deputada federal do Piauí, Iracema Portela (PP) declara que tem como foco de sua atuação parlamentar em defesa do segmento o combate à violência contra a mulher, o reforço à Lei Maria da Penha, além da cobrança da efetivação de ações de combate à redução da mortalidade materna e promoção da saúde da mulher. (Vanessa Mendonça)

A cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas

"Segundo a Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas. A Lei Maria da Penha não só é importante para punir os agressores, mas é um instrumento de reconhecimento histórico de que mais da metade da população do Brasil, que é composta por mulheres, deve ter sua integridade física, moral e psicológica protegida". A declaração é da ministra Iriny Lopes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e reflete a relevância de as mulheres lutarem por seus direitos.

"A violência doméstica é uma das formas mais cruéis das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Um instrumento de lei que pune a violência doméstica, é o reconhecimento do Estado de que as mulheres brasileiras têm quem as proteja", declara a ministra, ressaltando que a violência doméstica

formas de cooperação de trabalho entre mulheres; ampliação e melhoria dos equipamentos sociais como creches, restaurantes, cozinhas populares e lavanderias comunitárias.

"Elegermos uma presidenta é um marco histórico sem precedentes, que pôs luz sobre a força da mulher e sua capacidade para acabar com práticas discriminatórias, a começar com a pobreza, a violência, ausência de participação política e autonomia econômica", comenta a ministra sobre a eleição da primeira mulher presidente do país. "Uma mulher na Presidência muda a forma de entender e de operar as políticas, especialmente para as mulheres", acrescenta.

Iriny Lopes resulta ainda que além de uma presidenta, o

Brasil tem hoje nove ministras e que a nomeação de mulheres para os cargos do segundo escalão cresceu 75%. "Apesar dos avanços, as mulheres ainda têm pouca presença na vida pública, se compararmos com os dados dos poderes legislativos, que têm em média 10% de presença feminina e o judiciário, com 15%, vemos que estamos ainda muito longe de alcançar a equidade e a igualdade de gênero nos altos escalões", argumenta.

Segundo a ministra, a presença das mulheres na política não é questão de número ou comparação entre homens e mulheres, mas de equidade e igualdade de gênero. "Requisitos necessários para alcançarmos a democracia plena e o desenvolvimento com justiça".

(Vanessa Mendonça)

Ao dizer que, apesar da redução da bancada feminina na câmara municipal a vereadora acredita que o trabalho legislativo feminino vem sendo bem aceito na cidade, e que, em citação direta, “Dentre os vereadores reeleitos eu fui a mais votada. Isso mostra que o trabalho das mulheres está sendo aprovado”, o enunciador jornalístico coloca na voz de Teresa a aprovação ou não da atuação dela e de Rosário Bezerra, outra vereadora da capital piauiense.

Pode-se então depreender que, neste caso, o jornal propõe um vínculo com um leitor que também aprova o trabalho das mulheres na política da capital, mas que espera mais das deputadas estaduais e da deputada federal no que diz respeito a políticas públicas mais eficientes para as mulheres do Estado. O ideológico então se apresenta de forma velada quando há a proposta de que as deputadas não foram eleitas por já terem projetos políticos de atuação que renovem o segmento; provavelmente se espera delas a mesma atuação que se espera dos nomes políticos a quem elas estão atreladas, ou que, elas por serem mulheres, deveriam saber quais são as principais e urgentes demandas do seu próprio segmento. Também há referências ao ideológico sob a forma de pré-construídos sobre o modo de atuação política da mulher, que em geral, está ligada a temáticas de cunho social, em especial direcionadas a crianças, idosos e mulheres.

O jornal Diário do Povo, também em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com a rubrica “Dia da mulher”, coloca em circulação na data do dia 08 de março o enunciado “Deputadas cobram combate a violência, educação e renda para as mulheres” (figura 07). Com subtítulo “Maior bancada da história da Assembleia direciona esforços em temas de interesse da mulher”, o enunciador jornalístico traz na matéria as principais temáticas de atuação no que diz respeito a projetos para mulheres de cada deputada presente no texto.

É importante destacar que o enunciador, na instância da redação do enunciado do título, provoca um efeito de sentido de que as deputadas poderiam estar agindo contrárias ao segmento mulher; elas são discursivizadas como se estivessem em combate não só a violência, como também à educação e renda para as mulheres.

No entanto, no corpo da matéria o uso de verbos como “veem debatendo”, “defenderam projetos”, “vem atuando”, “presidiu a audiência”, propõe um efeito de sentido contrário ao do título, pois as deputadas estaduais são mostradas como atuantes nas políticas públicas para mulheres.

As duas fotos que ilustram a matéria e suas legendas buscam estabilizar este sentido: na primeira tem-se “Margarete Coelho presidiu a Comissão de Defesa da Mulher”, onde aparece de perfil falando ao microfone; a segunda “Belê Medeiros presidiu audiência

pública da educação”, também a deputada citada aparece na mesma posição, como se estivesse frente a frente com Margarete, escutando-a e concordando com ela. Além disso, nos enunciados “As deputadas Margarete Coelho e Rejane Dias unificaram dois projetos” e “As deputadas são unânimes quando se trata do crescimento da violência contra as mulheres no Piauí”, um sentido proposto é de que elas estão atuando em consonância.

■ DIA DA MULHER

Deputadas cobram combate a violência, educação e renda para as mulheres

Maior bancada feminina da história da Assembleia direciona esforços em temas de interesse das mulheres

KATYADANIELLES REPORTER

Os principais temas defendidos pelas deputadas estaduais do Piauí nos primeiros meses de trabalho na Assembleia Legislativa foram: violência, combate às drogas e melhores condições de geração de emprego e renda para as mulheres. As parlamentares Margarete Coelho (PP), Rejane Dias (PT), Juliana Moraes Souza (PMDB), Flora Izabel (PT), Liziê Coelho (PTB), Belê Medeiros (PSB), Lillian Martins (PSB) e Ana Paula (PMDB) vêm debatendo desde fevereiro, quando assumiram o mandato, a criação de programas para aumentar a renda familiar das mulheres chefes de família no Piauí e também o atendimento às famílias que enfrentam problemas por conta do uso de drogas.

Na área da Educação as deputadas Liziê Coelho, Lillian Martins e Belê Medeiros defendem projetos referentes à ampliação do acesso ao ensino superior, validação de cursos realizados no exterior no Piauí e projeto para enfrentamento do bullying.

As deputadas Margarete

MARGARETE Coelho preside a Comissão de Defesa da Mulher

BELÊ Medeiros preside audiência pública da Educação

das Belê Medeiros e Liziê Coelho. A deputada Margarete Coelho se diz representante da região Valenciana e também dos municípios que formam a região do extremo sul do Estado. A deputada Lillian Martins, licenciada para ser secretária de Saúde, é da região de Oeiras ao lado da deputada Rejane Dias, que é natural do município de São João do Piauí. A deputada Flora Izabel, que assumiu como suplente do PT tem forte atuação na grande Teresina. Já a deputada Juliana Moraes Souza tem forte penetração política na região norte.

Mulheres querem mais infraestrutura no interior do Piauí

Além das questões sociais as parlamentares também reivindicam melhoria na infraestrutura e condições de crescimento para o Estado. A deputada Rejane Dias, por exemplo, teve aprovado requerimento que solicite a abertura de uma agência do Banco do Nordeste no bairro Grande Rioau, zona norte de Teresina. Já a deputada Juliana Moraes Souza requereu recentemente a restauração do pontão Simpliciano Dias no município de Parnaíba. A ponte foi construída há 35 anos e nunca passou por obras de reforma. A deputada Belê requereu a regulamentação de imóvel no município de Picos destinado à construção de Campus da Uespi.

Picos. Recentemente ela esteve reunida com o reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o prefeito Gil Parabiano para debater a necessidade de instalação do curso de Medicina no município de Picos. Belê Medeiros em trabalho conjunto com o deputado Evaldo Gomes (PTC), presidiu a audiência pública que culminou no encerramento da greve dos professores que já durava mais de 15 dias.

As deputadas são unânimes quando se trata do crescimento da violência contra as mulheres no Piauí. De acordo com a deputada Flora Izabel a Lei Maria da Penha trouxe à tona um grande número de desagres-

ser tratadas com respeito e dignidade, com reconhecimento ao nosso trabalho”. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD de 2009) mostra que cresceu no Brasil o número de mulheres no mercado de trabalho. Passamos de 48,8% para 49,7% em dois anos. No Piauí, por exemplo, as mulheres representavam 56,9% das vagas na administração pública em 2002. Em 2007, com o advento dos concursos, chegamos a 66,6% dos empregos públicos. Avancamos 10% neste setor.

A deputada Belê Medeiros vem atuando no sentido de melhorar o acesso à educação superior na macro-região de

Figura 07

Fonte: Diário do Povo, 08 mar. 2011, p. 3

Vale destacar que, em dado momento, o enunciador jornalístico assume-se enquanto mulher quando, ao apresentar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, ele utiliza-se do verbo na primeira pessoa do singular: passamos, chegamos, avançamos. Esta forma de se mostrar do enunciador jornalístico configura-se como uma forma de estabelecer um vínculo com o leitor que se reconhece neste sentido enquanto “nós” discursivo. Assim, na superfície do texto, podemos perceber o entrelaçamento polifônico dos discursos de três esferas: jornalística, política e de gênero.

Ainda na mesma matéria, com o intertítulo “Bancada”, em que o enunciador está se marcando em caixa alta, as deputadas são apresentadas a partir de suas cidades de origem, sendo a maioria vinda da região sul do estado e de outras cidades do interior. Desta forma, o sentido se complementa com o enunciado “Mulheres querem mais infraestrutura no interior

do Piauí” e com o último parágrafo em que são apresentados outros projetos além das questões sociais abordadas anteriormente.

Assim, diferente do jornal Meio Norte, que na data priorizou o discurso do cientista político Ricardo Arraes, abordando as mulheres na política como atuantes de forma simbólica, e do jornal O Dia, que constrói a cena enunciativa sobre as mulheres na política estadual e federal como relacionadas a temáticas de pouca expressividade para o segmento mulher, o jornal Diário do Povo estabelece uma estratégia de compartilhar as ações de cada uma na Assembleia Legislativa com aqueles que reconhecem o trabalho dessas mulheres como sendo de forma satisfatória, não apenas em questões sociais, como também para o desenvolvimento da infra-estrutura do estado.

4.4 – Vozes em disputa

O embate entre a vereadora Teresa Brito e a secretária de saúde e deputada estadual Lilian Martins foi noticiado pelo jornal O Dia em dois momentos sendo o primeiro no dia 21 de maio (Figura 08). Nos enunciados “Audiência pública” e “Vereadora quer discutir o fornecimento de medicamentos excepcionais”, o nome de Lilian não aparece em nenhum momento. Desta forma, seria necessário um pré-conhecimento do leitor de que Lilian responde pela Secretária de Saúde do Estado para que possa entender que o há uma tensionalidade entre dois sujeitos políticos.

Na notícia, Teresa é mostrada como uma vereadora que já há algum tempo vem procurando a Secretaria de Saúde em busca de esclarecimentos sobre os convênios firmados entre a instituição supracitada e o Ministério da Saúde para a aquisição de remédios excepcionais.

Nos enunciados da vereadora citados entre aspas dentro do corpo do texto ou de forma indireta, como “recebe reclamações constantes de pacientes renais crônicos e transplantados relacionados a ausência ou atrasos na entrega de medicamentos”, identificou-se um enunciador jornalístico e enunciadore de membros da população que são materializados pela voz de Teresa, ou seja, a vereadora é mostrada como uma porta-voz de um segmento do povo.

A contra-argumentação dessa matéria é trazida pelo mesmo jornal no dia 25 de maio (Figura 09) sob o enunciado “Medicamentos excepcionais – Sesapi nega denúncias de vereadora”, em que há a mobilização polifônica de pelo menos três enunciadore: jornalístico, institucional e político.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Vereadora quer discutir fornecimento de medicamentos excepcionais

Mayara Martins
REPORTER

A vereadora Teresa Britto (PV) quer uma audiência pública na Câmara Municipal para discutir os problemas relacionados à irregularidade na disponibilização de medicamentos excepcionais para pacientes crônicos. A proposição da audiência, segundo ela, vem depois de ter recebido o retorno do requerimento encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde (Sesapi) sobre dados de aquisição e dispensa de medicamentos excepcionais para tratamento de pacientes crônicos.

A parlamentar explicou que há um mês encaminhou um requerimento à Sesapi

solicitando as informações referentes ao convênio firmado entre o Estado e o Ministério da Saúde para a aquisição dos medicamentos. Mas a resposta encaminhada pela Sesapi, segundo ela, não trouxe os esclarecimentos solicitados. "A Sesapi se restringiu a informar apenas a quantidade de pacientes renais crônicos e transplantados, além da lista de medicamentos disponibilizados aos renais crônicos, sem mencionar as demais patologias", argumentou.

Teresa Britto destacou que recebe reclamações constantes dos pacientes renais crônicos e transplantados relacionadas a ausência ou atrasos na entrega de medica-

mentos. Ele citou o caso do presidente da Associação dos Renais Crônicos, professor Ozias Lima, que precisa tomar 12 comprimidos, mas recebe apenas quatro deles. "Ele só toma outro quando começa a ficar debilitado, já que não recebe a quantidade suficiente. Isso é um descaso com a vida. A ausência do medicamento traz transtornos às vezes irreversíveis para a vida desses pacientes", reclamou, acrescentando que o problema é antigo.

O assunto já chegou a ser discutido na Câmara de Vereadores em outras oportunidades. Ainda assim, Teresa Britto ressaltou que a Casa deve permanecer atenta ao problema e acompanhar para

que ele não persista. "Há anos esse problema persiste, vamos insistir até resolver essa questão", avisou.

Com a audiência pública, a vereadora espera esclarecimentos sobre todos os medicamentos disponibilizados através do Ministério da Saúde, os recursos envolvidos, a comprovação de regularidade dos repasses tanto do Ministério para com a Sesapi como desta para com os laboratórios fornecedores de medicamentos e o relatório de entrega aos pacientes. "De posse dessas informações, poderemos identificar o problema e buscar soluções para que os pacientes não sejam penalizados", finalizou a vereadora.

Figura 08

Fonte: O Dia, 21 mai. 2011, p.3

O enunciador jornalístico utilizando a prerrogativa de mostrar os dois lados, refaz os discursos já apresentados por Teresa e apresenta a resposta da Secretária de Saúde personificada na voz de uma de suas diretoras, Natália Ayres. Na instância de redação do texto, o enunciador faz uma espécie de diálogo, trazendo informações de uma e a contra-argumentação da outra, em uma mobilização discursiva em que há dois enunciadores buscando dar a última palavra, e um enunciador jornalístico que traz para si a responsabilidade de deixar marcado quem ganhou essa disputa, propondo esse mesmo reconhecimento ao seu leitor.

Nota-se que mais uma vez não há referências diretas na matéria sobre a figura de Lilian Martins, no entanto, percebe-se uma produção de sentido disseminado espacialmente quando o enunciador, na instância da diagramação, marca a deputada em uma nota perpendicular, onde ela é mostrada como a secretária de saúde, o que cria como efeito de sentido, que a tensionalidade de vozes dentro da matéria perpassa por Lilian. Importante salientar que houve um silenciamento dos jornais Meio Norte e Diário do Povo no tocante a esse assunto.



Figura 09
Fonte: O Dia 25 mai. 2011, p.3

Outra exemplo de ocorrência de vozes discordantes entre mulheres políticas foi noticiado pelos três jornais. Em um contexto situacional imediato, as matérias versam sobre o projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça do Piauí que pedia inicialmente a criação de 36 novos cartórios, mas cujo número já havia sido reduzido para 24 e estava prestes a ser votado na Assembleia Legislativa com uma emenda proposta pela deputada estadual Belê Medeiros, diminuindo esse número para 19. A deputada Rejane Dias era contrária a essa redução.

No dia 21 de dezembro (Figura 10), o jornal Meio Norte com o enunciado “Rejane pede vista e aumento de cartórios deve ficar para 2012”, o enunciador jornalístico com a rubrica “Após polêmica” e com o lead (primeiro parágrafo da notícia) em que traz as “frases pinçadas” “quem está presidindo agora? Essa reunião é conjunta das comissões ou não?”, utiliza estas estratégias discursivas(a rubrica e as citações diretas) para atrair a atenção do leitor.

Na matéria são mobilizadas diversas vozes políticas que, ora estão em consenso, ora estão em tensão. A reunião é mostrada como tendo sido feita a “pressa”, por ser a última de 2011, e por isso os deputados queriam “limpar a pauta” antes do início do ano subsequente.

O projeto de lei supracitado é proposto como “um dos mais aguardados” e que, pela polêmica, até mesmo é questionado por quem não pertence a comissão, no caso, o deputado Robert Rios, que pediu vistas assim como Rejane, mas não teve o pedido aceito.

Rejane Dias, no entanto, por ser parte da comissão e por discordar do projeto, teve seu pedido de vista aceito. Sua imagem fotográfica ilustra a matéria, em uma pose em que ela por seu olhar e um sorriso discreto, cria o efeito de alguém que está satisfeito. Belê Medeiros, que presidia a reunião, é apresentada como estando em diálogo com Robert Rios, que compartilha da mesma opinião de Rejane, sendo o embate entre os dois apresentado por citações diretas, criando como efeito de sentido que a tensionalidade entre as duas deputadas passa pela interdição da voz do deputado. Além disso, nota-se uma proposta de sentidos de mostrar Belê como aquela que preside e que responde chamando a atenção de seus pares.

No jornal *Diário do Povo* do dia 22 de dezembro (Figura 11), no entanto, o embate discursivo entre as duas deputadas estaduais se materializa no texto por um enunciador jornalístico que traz à tona enunciados que mostram essa tensão de forma mais direta na matéria “Novos Cartórios - Judiciário rejeita redução do número de cartórios na Alepi”. Esses enunciados aparecem na voz do enunciador jornalístico sobre as deputadas, como “Ela (Rejane Dias) discordou da redução, proposta por Belê, de 36 para 19 o número de cartórios a serem criados” ou, por heterogeneidade mostrada com citação indireta como “Rejane Dias disse que pretende apresentar duas emendas ao relatório da deputada Belê”.



Figura 10
 Fonte: Meio Norte, 21 dez. 2011, p.3

No relato do acontecimento, outros discursos se apresentam na superfície do texto, como o do judiciário na voz do desembargador Edvaldo Moura, presidente do Tribunal de Justiça, que é mostrado como aquele que “condena” a alteração do número de cartórios. Também a imagem fotográfica dele ilustra a matéria com um enunciado que propõe sua fala “Desembargador Edvaldo Moura: 19 cartórios não atende às necessidades da população de Teresina”.

A voz de um enunciador político materializada na fala do deputado Robert Rios também se mostra na matéria sob a forma de citação indireta, estando ele em posição de apoio a Rejane Dias. Outra deputada estadual citada é Ana Paula, que, no entanto, não é mostrada como voz ativa dentro da cena discursiva, ela apenas faz parte da Comissão de Administração, mas que pode posteriormente rejeitar as propostas a serem apresentadas por Rejane.

Depreende-se a partir desta matéria que há uma relação de poder entre o discurso judiciário e o político, tendo o primeiro apoio de sujeitos do segundo, e, pela forma de disposição da matéria, há um enunciador jornalístico que propõe como efeito de sentido uma vitória do primeiro sobre o segundo, ao apresentar as

justificativas do judiciário do porque ter 36 cartórios, bem como o apoio na própria voz de Rejane e não apresentar a contra-arguementação da autora da emenda, Belê Medeiros.

No entanto, o mesmo enunciador deixa marcado que essa vitória é parcial quando nos enunciados “a proposta só será novamente avaliada pelos deputados em fevereiro” e “as emendas da deputada ainda podem ser rejeitadas pelos demais membros da Comissão de Administração”.

Sob o enunciado “TJ e OAB condenam redução do número de novos cartórios em projetos na Alepi”, o jornal O Dia de 22 de dezembro (Figura 12), discorre sobre o fato

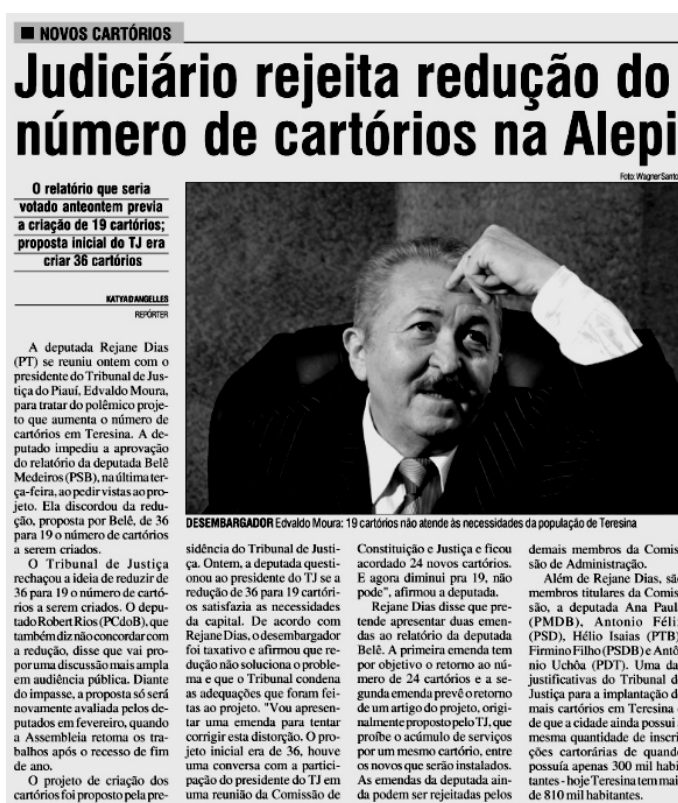


Figura 11

Fonte: Diário do Povo, 22 dez. 2011, p.3

supracitado, onde o enunciador jornalístico marca sua posição a partir da rubrica “Insatisfeitos”, mostrando a tensionalidade discursiva entre o judiciário e o político.

Insatisfeitos

TJ e OAB condenam redução do número de novos cartórios em projeto na Alepi

Em uma reunião na manhã de ontem, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Edvaldo Moura, declarou que não concorda com a redução de 36 para 19 cartórios no projeto de criação de novas unidades enviado pelo poder Judiciário ao Legislativo, além de outras modificações feitas ao texto original. O projeto modificado na Alepi iria ser aprovado na Comissão de

Administração na sessão da última quarta-feira, mas a deputada Rejane Dias (PT) pediu vistas para consultar se o TJ concordava com a redução.

Ontem, a deputada se reuniu com Edvaldo Moura, o presidente da OAB-PI. Sigifroi Moreno, e representante do Sindicato da Construção Civil do Piauí. O presidente do TJ resumiu: “O projeto do Tribunal de

Justiça é o que foi enviado à Alepi, com 36 cartórios. Uma redução para 24 seria um avanço, mas não oficializamos nada. Mas, nos aparece este projeto com 19 cartórios, e que modifica outras cláusulas do original, que quase era aprovado se a senhora não pedisse vistas”, declarou Edvaldo Moura à deputada Rejane.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil,

seção Piauí, se declarou totalmente contrário à redução no projeto original do número de cartórios “que está sendo imposta” pela Assembleia Legislativa. “A Ordem está muito preocupada com as modificações à proposta do TJ que foram feitas na Alepi”, declarou Sigifroi Moreno. Devido ao recesso, a matéria deverá ser reavaliada pelos deputados apenas em 2012.

Figura 12

Fonte: O Dia, 22 dez. 2011, p.3

Na matéria, o judiciário, institucionalizado no título pelo TJ e a OAB, se personifica nas vozes de seus presidentes Edvaldo Moura e Sigifroi Moreno, respectivamente. Outro discurso perpassa na superfície do texto, a do representante do Sindicato da Construção Civil do Piauí, cujo interesse estaria no fato de que quanto mais cartórios, mais rápido o registro de imóveis, pois este é um setor em crescimento no Estado.

Nesse ínterim, Rejane é mostrada como aquela que não permitiu essa redução, chamada pelo presidente do TJ como “senhora”, o que propõe que o Judiciário a respeita enquanto sujeito político e que a reconhece como importante no cenário político local.

No entanto, diferente dos outros dois jornais, o embate discursivo entre Rejane e Belê não se materializa no texto, nem mesmo há citações à segunda deputada. Há, portanto, um silenciamento do jornal quanto a este fato, configurando-se também como um silenciar da própria Belê Medeiros.

4.5 – Teresa Britto

Nascida em Piripiri, interior do Piauí, Teresa Britto é reconhecida como teresinense pela sua história de vida com a cidade. Casada e com quatro filhos, estudou por toda vida em escola pública e formou-se em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí. Atuante nos movimentos de pastorais da Igreja Católica, foi funcionária da Chesf por doze

anos onde acumulou experiência de gestão, e no período de 2000 a 2003 ocupou o cargo de Secretária Executiva de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Teresina.

Hoje, além do trabalho na Câmara Municipal, é voluntária na Fundação Padre Antônio Dante Siviero (FUNACI) e na Fundação Madre Teresa de Calcutá. Em 2003, filiou-se ao Partido Verde (PV), sendo eleita vereadora de Teresina em 2004 e reeleita em 2008, com expressiva votação, tornando-se a vereadora mais votada da história de Teresina. Em 2007, assumiu a presidência do Partido Verde (PV) no Estado do Piauí.

Durante o ano de 2011, Teresa Britto esteve presente em matérias informativas das editorias de política por 06 vezes no jornal Diário do Povo, 06 no jornal Meio Norte e 27 no jornal O Dia, sendo a vereadora com mais visibilidade. O assunto “hospitais de Teresina” foi o que neste período, os três jornais abordaram com enunciados sobre e da vereadora.

O jornal O Dia de 23 de janeiro, traz matéria com o título “Vereadores pedirão intervenção do Ministério Público na saúde” (Figura 13) que, em relação de dialogismo com o enunciado “Teresina”, situa o seu leitor sobre de que Câmara Municipal pertence esses vereadores. No contexto situacional imediato da qual a matéria está inserida, Teresa Britto faz parte da comissão designada para avaliar o funcionamento dos hospitais municipais, ao lado dos outros vereadores à época R. Silva (Eduardo Rodrigues da Silva, do PP), Luis Lobão (PMDB) e Roney Lustosa (DEM).

No entanto, não só faz parte da comissão, como a vereadora é relatora da mesma. No texto, observa-se polifonia pela presença de um enunciador jornalístico e outro político, sendo este materializado pela heterogeneidade mostrada na voz de Teresa Britto. Em dado momento, o enunciador jornalístico coloca na voz do enunciador político a assertiva de que “foi um erro” o fechamento do pronto-socorro do Hospital Getúlio Vargas e a abertura do Hospital de Urgência de Teresina, que ficou com incumbência de ser o principal pronto-socorro da cidade. Assim, o enunciador jornalístico marca sua posição, porém sem assumir a responsabilidade desta marcação por ela ter sido feita como sendo uma fala da vereadora e não do jornal.

Esta posição do enunciador jornalístico também se materializa quando, por citações diretas e indiretas, são dados espaços para que o enunciador político, no caso Teresa Britto, faça críticas à administração estadual e municipal, pois ela “pontua, acrescentando que, parte dos problemas de Teresina poderia ser solucionada com remanejamento dos pacientes entre hospitais”. No embate de vozes, não há uma contra-argumentação.

TERESINA

Vereadores pedirão intervenção do Ministério Público na saúde

Um comissão formada pelos vereadores Teresa Britto (PV), R.Silva (PP), Luis Lobão (PMDB) e Roney Lustosa (DEM) foi designada para avaliar a situação de funcionamento dos hospitais de Teresina. As primeiras visitas foram realizadas ainda no final do ano passado em nove hospitais da capital. O resultado foi uma série de irregularidades encontradas. Por conta disso, os vereadores elaboraram um relatório que será encaminhado ao Ministério Público Federal e Estadual ainda esta semana para que

intervenham na situação.

Segundo a vereadora Teresa Britto, relatora da comissão, as visitas foram realizadas no período de 18 de novembro a 06 de dezembro de 2011 em nove hospitais. Entre eles, o Hospital Getúlio Vargas (HGV), o Hospital da Polícia Militar, Hospital de Urgências de Teresina (HUT), a Maternidade Dona Evangelina Rosa e hospitais de alguns bairros da capital, entre eles Monte Castelo, Promorar e Dirceu. “As principais irregularidades dizem respeito à superlotação dos hospitais,

principalmente relacionada à urgência e emergência”, adiantou a parlamentar.

Teresa Britto acrescentou que “foi um erro” ter aberto o HUT e fechado a emergência do HGV. As críticas da parlamentar se estendem às ações de saúde implantadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Teresina. “Até agora ainda não temos nenhuma ação concreta por parte do Governo do Estado. O HUT continua superlotado e o HGV não está realizando os mutirões de cirurgião. Até mesmo o anúncio de investi-

mento nos hospitais regionais do Estado ainda não foi concretizado”, pontua, acrescentando que, parte dos problemas de saúde em Teresina poderia ser solucionada com remanejamento dos pacientes entre os hospitais. “A maternidade do Promorar, por exemplo, está subutilizada enquanto a maternidade Dona Evangelina Rosa está superlotada”, citou.

A vereadora disse que uma cópia do relatório feito pela comissão será entregue ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

(Mayara Martins)

Figura 13

Fonte: O Dia, 23 jan. 2011, p. 2

Importante frisar que, embora o título traga a palavra “vereadores”, Teresa Britto é mostrada enquanto porta-voz dos mesmos e assim, o jornal estabelece um vínculo com aqueles que a reconhecem como tal, além de ser um sujeito político que fiscaliza, denuncia, cobra e ainda propõe soluções.

O mesmo assunto é trazido pelo jornal Meio Norte do dia 12 de fevereiro (Figura 14) com o título “MP rechaça reabertura do Pronto-Socorro do HGV”. Sob o enunciado do chapéu “Inviável”, o enunciador jornalístico na instância da edição cria uma relação de dialogismo entre dois enunciadores: aquele que quer a reabertura do HGV e aquele que responde dizendo que a reabertura deste é inviável.

A vereadora aparece na imagem que ilustra a matéria com a legenda “Teresa: vereadora lidera movimento pedindo reabertura do HGV”, o que propõe o embate de dois discursos: o político, na voz da vereadora, e o jurídico, na voz do Ministério Público.

No início do texto, o enunciador jornalístico apresenta os vereadores, liderados por Teresa Britto, como “criticados por causa da divulgação de que estão recebendo dinheiro para a compra de paletós e podem ganhar até R\$ 50 mil”, o que na produção de sentidos, pode-se criar um efeito de desmoralização da Câmara Municipal.

→ **Inviável**

MP rechaça reabertura do Pronto-Socorro do HGV

EFREM RIBEIRO

DE POLÍCIA & JUSTIÇA

Criticados por causa da divulgação de que estão recebendo dinheiro para a compra de paletós e podem ganhar até R\$ 50 mil, os vereadores de Teresina, liderados por Teresa Brito (PV), entregaram na manhã de ontem ao procurador geral de Justiça do Piauí, Antônio Gonçalves Vieira, relatório de inspeção aos hospitais públicos de Teresina e propuseram em documento que seja reaberto o Pronto-Socorro do Hospital Getúlio Vargas (HGV), que foi reformado para ter clínicas de alta resolatividade e medicina de excelência.

A vereadora Teresa Brito disse que existe uma falta de regulação e organização. Declarou que hospitais como o HUT (Hospital de Urgência



TERESA | Vereadora lidera movimento pedindo reabertura do HGV

de Teresina, estão superlotados, mas o HGV está subutilizado em 40% de sua capacidade.

A proposta de reabrir o Pronto-Socorro do HGV foi rechaçada pela promotora de Justiça e coordenadora de A-

poio às Promotorias de Saúde, Cláudia Seabra. Ela disse que o Ministério Público não vê com bons olhos a proposta de reabertura do Pronto-Socorro do HGV feita pelos vereadores de Teresina.

“Dinheiro público foi gas-

to para reestruturar o HGV para que funcione como um Hospital de Clínica de Alta Complexidade e de Referência”, falou Cláudia Seabra.

Ela disse que técnicos da Secretaria Estadual de Saúde, da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e do Ministério Público, em visita ao Hospital Getúlio Vargas diagnosticaram concluíram que as obras atualmente paralisadas tenham um andamento para ontem e o HGV possa, de fato, estar com sua taxa de ocupação preenchida e não com uma taxa de ocupação de 50% para que as pessoas que precisam de atendimento no HUT de alta complexidade venham a ser referenciadas e atendidas no HGV e, assim, minimizar o problema da superlotação da urgência no HUT.

Figura 14

Fonte: Meio Norte, 12 fev. 2011, p.3

Teresa Britto, em citação indireta, aparece na voz ativa como “disse” e “declarou” a posição dos vereadores de Teresina, neste caso, assim como no O Dia, representado apenas na figura dela. O Ministério Público, institucionalizado no título, também ganha uma personificação no corpo da matéria na voz da promotora de justiça e coordenadora de Apoio às Promotorias de Saúde, Cláudia Seabra. No enunciado “ela disse que o Ministério Público não vê com bons olhos a proposta de reabertura do Pronto-Socorro do HGV feita pelos vereadores de Teresina”, percebe-se o embate de vozes do jurídico em relação ao político.

Numa análise da imagem fotográfica que ilustra a matéria, percebe-se que a escolha de uma foto em que a vereadora aparece com as mãos viradas para um lado e o rosto inclinado para outro, como se tivesse sido pega de surpresa no momento do registro desta, complementa o sentido proposto ao longo da cena discursiva de que os vereadores estão desatentos, propondo ações inviáveis e sendo observados quanto a sua conduta.

Além disso, Cláudia Seabra, aparece tanto em citações diretas como indiretas, respondendo àqueles que cobram a reabertura do HGV, dizendo o porquê da proposta dos vereadores ser inviável. Logo, o jornal acaba por estabelecer um vínculo maior com o leitor que concorda com a não reabertura do HGV, entende o porquê, e que, já assimilou a imagem dos vereadores, liderados neste contexto por Teresa, como desmoralizados perante a sociedade, não só por conta do escândalo conhecido como auxílio - paletó, como também por conta de apresentar propostas inviáveis.

No jornal *Diário do Povo*, a matéria sobre a Comissão Parlamentar de Saúde da Câmara Municipal de Teresina do dia 07 de maio (Figura 15), sob o enunciado “Comissão de Saúde” traz como título “Câmara aponta subutilização de hospitais”. Assim como ocorreu nos jornais *Meio Norte*, há uma disputa de vozes observáveis na tessitura do texto: os discursos jornalísticos, político e institucional.

O discurso jornalístico se materializa por meio de processos de edição e redação que obedecem às técnicas jornalísticas de fazer notícias, em especial, dando voz aos dois lados da questão: comissão de vereadores, personificado por Teresa Britto, e o governo, na voz do diretor do HGV, Carlos Iglesias Brandão. Ainda no título, observa-se que o enunciador jornalístico posiciona-se de forma impessoal ao atribuir a informação e responsabilidade pelo dito a outrem: quem aponta a subutilização dos hospitais é um enunciador político e não o jornalístico.

Carlos Iglesias Brandão, representando a voz institucional do Governo, aparece como aquele que “recebeu a comissão”, “explicou o funcionamento do HGV” e que “esclareceu” outros pontos. Além disso, após a descrição de alguns problemas encontrados pela comissão, foi ele quem “alegou” razões para tais problemas.

Já o discurso político se apresenta na voz de Teresa Britto, cuja imagem ilustra a matéria, propondo o reconhecimento de que ela é o sujeito principal da notícia, além de reforçar a personificação da Câmara na imagem da vereadora em questão. Ela aparece como aquela que discorda, pois “verificou in loco” os hospitais e que revela que há descaso com a saúde; ao contrário do que pontua o diretor, para Teresa os hospitais se configuram como “uma realidade de caos”, propondo como sentido final que foi ela quem ganhou a disputa de poder verificável na superfície do texto.



Figura 15

Fonte: *Diário do Povo*, 07 Mai. 2011, p.03

Mesmo assim, o jornal ao ouvir os dois lados acaba por estabelecer três tipos de vínculo: com aqueles que não veem a subutilização dos hospitais de Teresina, com aqueles que acreditam em descaso com a saúde e com aqueles que não formam nenhuma opinião a respeito do assunto. No entanto, o sentido

proposto à atuação de Teresa Britto neste caso, é de que ela está do lado daqueles que acreditam no descaso, que ela está à frente da Comissão de Saúde, que verifica in loco, rebate o diretor do HGV e que vai cobrar ações ao Ministério Público, à Secretaria de Saúde e a Fundação Municipal de Saúde.

4.6 – Lilian Martins

Natural de Teresina, Lilian Martins é casada com o atual governador do Estado do Piauí, Wilson Martins, e com ele tem três filhos, tendo um falecido em acidente de carro em 2008. É formada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí, com especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Administração Hospitalar e Sanitária pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Também é advogada, formada pela Universidade Estadual do Piauí, com pós-graduação em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro.

Exerceu de fevereiro de 1994 a fevereiro de 2006 a função de Chefe de Gabinete da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Em 2006, foi eleita deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 55.795 votos, recorde na história do Legislativo Piauiense.

Em 2010, com a renúncia de Wellington Dias, seu marido Wilson Martins, então vice-governador, assume o governo piauiense e ela acumula o cargo de primeira-dama. No pleito de 2010, ele se elege governador e Lilian Martins se reelege deputada estadual, licenciando-se do cargo para assumir a função de Secretária de Saúde do Estado. Desde abril de 2012, ela é Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Um dos assuntos que mais foram pautados sobre Lilian Martins, que à época era secretária de saúde, foi sua presença na Assembleia Legislativa com a finalidade de falar sobre a sua administração frente à secretaria após inspeções feitas a hospitais por comissões formadas por deputados estaduais, vereadores da capital e de cidades do interior, fato noticiado por algumas vezes nos jornais.

A primeira menção a respeito deste assunto foi feita no jornal O Dia de 10 de maio (Figura 16), em um *box* no canto inferior esquerdo, zona de menor visualização da página, com o enunciado “Lilian Martins se oferece para prestar esclarecimentos à assembleia”. Em polifonia percebe-se a presença tanto do discurso jornalístico quanto o político, sendo que este último aciona dois enunciadores: um de situação e outro de oposição à Lilian Martins e a quem ela representa, neste caso, o Governo Estadual.

Na voz de posição, tem-se o líder do governo Kleber Eulálio, que em citação direta diz ser esta “uma situação única: a de um gestor se oferecer para dialogar com a assembleia”, o que faz com Lilian “reafirme” seu “compromisso com uma administração transparente”.

O enunciador jornalístico aproxima a personagem Lilian da Assembleia Legislativa quando a mostra como “deputada estadual licenciada”, o que propõe que, mesmo não exercendo seu mandato, ela pertence aquela casa e por isso o “auto-convite”, destacado em citação direta da deputada, seja possível.

Lilian Martins se oferece para prestar esclarecimentos à Assembleia

O deputado estadual Tadeu Maia Filho (PSB) disse ontem no plenário da Assembleia Legislativa que a secretária estadual de Saúde, Lilian Martins (PSB), colocou-se à disposição dos parlamentares para prestar esclarecimento à Casa sobre a situação da saúde no Piauí e discutir soluções com os parlamentares.

A secretária encaminhou o pedido para marcação de um encontro com os deputados pouco antes da Semana Santa. O responsável pela negociação da data é o líder do Governo na Casa, o deputado estadual Kleber Eulálio. “Esta é uma situação única: a de um gestor se oferecer para dialogar com a Assembleia Legislativa, sem precisar ser convocado. A pos-

tura da secretária reafirma o compromisso com uma administração transparente”, comentou Tadeu Maia Filho. O deputado lembrou que essa é a segunda vez que a secretária se oferece para debater os problemas de saúde do estado com os parlamentares. A primeira foi em março.

A própria Lilian Martins, que é deputada estadual licenciada, ressaltou a importância do debate entre Executivo e Legislativo quando se trata de saúde pública. “A Assembleia é um espaço que representa todos os segmentos da sociedade, daí esse auto-convite”, disse Lilian Martins. O deputado estadual Tadeu Maia destacou que irá solicitar à Casa que defina uma data para que a secretária de saúde reúna-se

com os parlamentares. “Que seja o mais rápido possível, porque a saúde é uma prioridade do governo e da sociedade”, acrescentou.

Para o deputado de oposição Firmino Filho (PSDB), a iniciativa da secretária é oportuna. “É importante essa conversa para que os parlamentares possam ajudar”, comentou. Na última semana, o tucano apresentou à Alepi requerimento solicitando informações à Secretaria Estadual de Saúde esclarecimentos “sobre o índice de ocupação dos leitos do Hospital Getúlio Vargas nos últimos 48 meses, bem como os números relativos às cirurgias, consultas especializadas e internações realizadas naquela casa de saúde no mesmo período”.

(Vanessa Mendonça)

Figura 16
Fonte: O Dia, 10 mai. 2011, p. 3

Também no discurso político têm-se a voz do deputado estadual Tadeu Maia, que não é mostrado nem da situação e nem da oposição, sendo marcado então, como neutro no embate de enunciadores políticos. Além dele, o “deputado de oposição Firmino Filho (PSDB)”, cuja voz é marcada por citação indireta reconhecendo a “iniciativa” de Lilian como “oportuna”, haja visto que o mesmo havia apresentado à Assembleia Legislativa requerimento solicitando informações e esclarecimentos da secretaria de saúde. Assim, há uma proposta de sentido de que a secretária, ao se oferecer para dialogar com os demais

deputados estaduais, está se antecipando em responder àqueles que esperam por uma posição sua.

Além disso, importante destacar como o enunciador jornalístico construiu cenário favorável para a produção de sentidos de Lilian enquanto competente e pró-ativa, característica reconhecida inclusive por seus opositores políticos.

A matéria do dia 08 de junho do jornal Meio Norte (Figura 17), com o enunciado no título “Lilian Martins vai à Assembleia discutir saúde pública do Estado”, estabelece uma relação de dialogismo com o enunciado do chapéu “Explicações”, propondo como um efeito de sentido que a secretária mais do que discutir, irá prestar explicações sobre sua administração, sugerindo na superfície do texto que há um enunciador que as pediu.

No enunciado “o encontro com os parlamentares foi solicitado pela própria secretária ainda no mês de abril”, o enunciador jornalístico, assim como ocorreu no jornal O Dia, a marca como pró-ativa para responder tais questões, que se apresenta antes mesmo de ser solicitada formalmente.

→ Explicações

Lilian Martins vai à Assembleia discutir saúde pública do Estado

**ANANIAS RIBEIRO
E LÍDIA BRITO**
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

→ No próximo dia 22, a secretária estadual de Saúde, deputada estadual Lilian Martins (PSB), irá à Assembleia Legislativa do Piauí discutir a atual situação da saúde pública no Estado. O encontro com os parlamentares foi solicitado pela própria secretária ainda no mês de abril. A reunião será presidida pela deputada estadual Belê Medeiros (PSB).

O líder do Governo na Assembleia, deputado estadual Kleber Eulálio (PMDB), informou que no ofício encaminhado à Casa, a secretária informa que a principal pauta de discussão será a posição atual das ações da secretária relativas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, a discussão ocorrerá em um momento oportuno, já que os deputados têm discutido constantemente os problemas da saúde no Estado.

Segundo Kleber, a secretária tem se mostrado disposta a apresentar aos deputados as ações desenvolvidas até agora para melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais do Estado. “Essa é uma Casa que tem uma participação importante no diálogo de todos os temas que dizem respeito ao nosso Estado”, disse.

Os deputados solicitarão da secretária informações sobre a situação atual do atendimento prestado à população nos principais hospitais regionais do Estado. “Lilian tem desenvolvido um importante trabalho na Saúde. Nesses primeiros meses ela tem percorrido o Estado e visto de perto a realidade e trabalhado para superar problemas”, disse Kleber.

Figura 17
Fonte: Meio Norte, 08 jun. 2011, p. 3

No embate com o discurso jornalístico, o discurso político se materializa por meio de heterogeneidade mostrada na voz do líder do governo na Assembleia, deputado estadual Kleber Eulálio, que apresenta Lilian como “se mostrado disposta”. Além disso, na citação direta de Kleber “Lilian tem desenvolvido um importante trabalho na saúde”, o enunciador jornalístico propõe um efeito de sentido sobre a secretária enquanto competente para estar no

lugar em que está, mas ao utilizar a voz do líder do governo, acaba por eximir-se de qualquer responsabilidade sobre o que foi dito.

HOSPITAIS DO ESTADO

Secretária aponta deficiência no PSF como causa de superlotação

Robert Pedrosa
EDITOR DO PORTAL O DIA

A secretária Estadual de Saúde do Piauí, Lilian Martins (PSB), disse hoje (22), durante apresentação das metas do órgão para os próximos anos, na Assembleia Legislativa do Piauí, que falha na atenção básica de saúde no Programa Saúde da Família é responsável pelo estrangulamento nos hospitais regionais do Estado. "Setenta por cento dos pacientes que estrangulam os hospitais do interior poderiam ter sido resolvidos no seu município", disse a secretária.

Esses pacientes chegam aos hospitais do interior do Estado com problemas simples, como diarreia aguda, dor de cabeça, resfriado, febre e hipertensão, tipo de sintomas que são facilmente resolvidos em unidades básicas de saúde, através do PSF. "Como esses pacientes procuram os hospitais, eles ficam lotados e quando chega realmente alguém com mais urgência tem que esperar para ser atendido", explicou Emani Maia, superintendente de Assistência à Saúde da Secretaria de Saúde do Piauí (Sesapi), que também esteve na sessão.

Ele deu como exemplo um levantamento recente feito no hospital de São João do Piauí. Dos 3 mil pacientes atendidos, 2,4 mil poderiam procurar um posto de atenção básica, deixando o hospital para ser usado justamente para seu fim, que é a urgência e emergência (casos mais graves, como cirurgias ortopédicas,



hemorragias, etc).

Para Lilian Martins, uma das falhas do PSF é que o programa não tem carreira médica, o que dificulta a permanência do profissional nos municípios menores, mesmo com as prefeituras pagando salários maiores. "Quando um médico atende pelo PSF, ele não cumpre a carga horária contratada, porque também trabalha em outros locais. Aí, quando ele não está, o município fica sem médico. O que resta à população? Procurar as unidades maiores. No caso, os hospitais da rede estadual", relatou a secretária. Hoje, o Piauí tem 17 hospitais no interior do Estado.

A secretária foi enfática em dizer que seu objetivo a frente da Sesapi é ampliar o acesso à

saúde. "Estamos fazendo pausas, curvas, mas o objetivo está sendo perseguido. Se eu não conseguir ampliar o acesso não terei conseguido nada. Uma das ações foi profissionalizar a gestão", declarou. "Já tive necessidade de fazer três modificações e farei quantas forem preciso. Todas foram por conta de ajustes", acrescentou.

UTI E CONCURSO

Lilian Martins falou dos leitos de UTI no Piauí e aproveitou a oportunidade para informar que a cidade de Piriápi ganhará sua unidade no final de julho. No total, o estado possui 166 leitos de UTI entre privado e público.

A gestora falou do orçamento destinado à saúde em

2011, que gira em torno de R\$ 650 milhões. Abordou ainda a aprovação da PPI (Programação Pactuada Integrada) entre municípios do estado, da municipalização de hospitais, este último, por sinal, um desafio para a gestora. Foram 78 municipalizados. Alguns deram certo e outros não deram certo por vários problemas. Ação política de dizer que vai trancar hospital não é correto. Quem quer resolver o problema de saúde não precisa fazer espetáculo. Já negociamos com 14 cidades", explicou.

A secretária encerrou sua apresentação na Alepi falando da realização de um concurso público para diversas áreas, que deve acontecer em agosto.

Firmino sugere mudar a lei que estabelece custos computados como gastos com saúde no Estado

Vários deputados fizeram apertes à fala da secretária, que inclusive recebeu elogios dos opositores. Luciano Nunes (PSDB), por exemplo, disse que a gestora sempre será bem vinda à Casa. "Quero louvar pela coragem de se dispor em gerenciar a saúde pública do Estado", afirmou. O deputado Firmino Filho (PSDB) parabenizou a secretária por ter a iniciativa de ir até a Alepi.

Firmino informou que apresentará oficialmente projeto para que o Governo do

Piauí modifique a lei estadual que estabelece os custos que são computados como gastos de saúde, para completar o percentual de 12% que devem ser investidos no setor, conforme estabelece a lei. "Vamos sugerir que a lei estadual seja modificada para que se adapte ao que estabelece o Conselho Nacional de Saúde e portaria do Ministério da Saúde. A lei estadual modificou esses critérios, considerando como gastos em saúde algumas despesas que não se enquadram

como tal. Isso vai permitir um aumento nos recursos destinados ao setor", explicou Firmino Filho.

Durante a explanação da secretária, o deputado tucano também sugeriu que o Hospital da Polícia Militar seja gerido por uma organização social, como ocorre atualmente com a Ceir, como forma de melhorar o gerenciamento daquela unidade de saúde, que o parlamentar considera de fundamental importância para atuar na retaguarda

de atendimento aos pacientes oriundos do HUT.

A secretária de Saúde agradeceu a sugestão do parlamentar de oposição, disse não ter nada contra a ideia e admitiu que pode vir a adotá-la. "Sou a favor. É uma das saídas, uma das tentativas para melhorar a questão do gerenciamento e do fluxo", afirmou Lilian Martins após a proposta de Firmino Filho, ressaltando os avanços já conseguidos naquela unidade de saúde.

(Robert Pedrosa)

Figura 18

Fonte: O Dia, 23 jun. 2011, p. 3

A presença de Lilian Martins na Assembleia Legislativa foi destaque nos três jornais no dia 23 de junho. No jornal O Dia (Figura 18) o assunto aparece na matéria "Secretária aponta deficiência no PSF como causa de superlotação", cujo enunciado da rubrica "Hospitais do Estado" complementa a informação de onde ocorre a superlotação. Na tessitura do texto são materializados dois enunciadores: jornalístico e político.

O enunciador político se marca por heterogeneidade mostrada na voz de Lilian tanto por citações diretas como indiretas, que acabam por propor um enunciador jornalístico que mostra a secretária a partir do que ela mesmo diz, enfatizando que foi ela quem “declarou” e quando declara, ela é “enfática”. Em uma citação direta, a secretária utiliza a primeira pessoa, inicialmente no plural (“estamos”) e em seguida, no singular (“se eu não conseguir”, “já tive necessidades”, “farei”), o que propõe que há uma ação conjunta, mas é Lilian quem está no comando. Também propõe como sentido que ela assume suas responsabilidades.

A imagem que ilustra a matéria, Lilian na tribuna com a mão direita levantada, cria um efeito de sentido de que ela “aponta”, o que estabelece uma relação de dialogismo com o título da matéria. Assim, a secretária é apresentada como aquela que vai à tribuna, tem voz para apontar os problemas da saúde porque é ela quem está no comando.

A matéria “Firmino sugere mudar a lei que estabelece custos computados como gastos com saúde no Estado”, o enunciador jornalístico mobiliza a voz de outros sujeitos políticos que, em um contexto situacional imediato, formam oposição à secretária. Além de Firmino Filho que está marcado no título, também tem-se a voz de Luciano Nunes, que em citação direta tece elogios à “coragem” de Lilian de se “dispor em gerenciar a saúde pública no Estado”.

O enunciador jornalístico mostra Firmino como um “parlamentar de oposição”, mas que “parabenizou a secretária por ter a iniciativa de ir até a Alepi”, e que não entra em discordância, apenas “sugere” soluções.

Há então a mobilização de atores

→ **Sabatina**

Lilian faz “raio x” da saúde pública do Piauí

**ANANIAS RIBEIRO
E LÍDIA BRITO**
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

➔ Durante mais de uma hora e meia de explanação, a secretária estadual de Saúde, Lilian Martins (PSB), apresentou ontem, na Assembleia Legislativa, um “raio x” da situação da saúde pública no Piauí. O financiamento foi apontado pela secretária como o maior gargalo enfrentado pelo Governo do Estado, na prestação de uma saúde de qualidade.

Lilian Martins também defendeu uma maior integração dos municípios com o Estado, para que as dificuldades possam ser superadas.

De acordo com a secretária, o Piauí irá receber ainda este ano, o valor de R\$ 300 milhões para aplicar na saúde. O total de 70% desse valor será distribuído entre 13 cidades, como a capital Teresina, que possuem gestão plena. Os 30% restantes, que correspondem a R\$ 94 milhões, devem ser distribuídos pela Secretária de Saúde entre os demais municípios piauienses, o que se torna insuficiente diante das grandes necessidades de algumas cidades.

Lilian Martins apresentou os resultados obtidos durante os primeiros 180 dias a frente da secretaria. Segundo ela, desafios como a profissionalização da gestão da saúde, com o lançamento de edital para a contratação de diretores de hospitais, alcançou resultados positivos. “A qualidade técnica dos gestores é essencial para a prestação de um atendimento de qualidade. Porém, sabemos que muita coisa ainda precisa ser feita”, disse.

A secretária criticou a atitude de alguns prefeitos do interior do Estado que chegaram a ameaçar fechar os hospitais municipais por falta de recursos. “Quem quer resolver o problema da saúde não precisa fazer espetáculo. Se algum hospital está passando por problema é só o gestor entrar em contato com a secretaria, que iremos buscar as soluções. Foram 78 hospitais municipalizados. Alguns deram certo e outros não por vários motivos”, explicou.



DISCURSO | Secretária falou sobre desafios e avanços na Saúde

Figura 19
Fonte: Meio Norte, 23 jun. 2011, p.3

políticos de posições diferentes em relação ao governo, representado aqui por Lilian, que, no entanto, pela forma de mostrar do enunciador jornalístico, não marcam sua oposição em suas falas, o que sugere que as disputas de poder ficam em segundo plano em relação aos problemas da saúde.

O jornal Meio Norte, na mesma data (Figura 19), traz a matéria “Lilian faz 'raio-x' da saúde pública do Piauí”, em que o enunciador jornalístico utiliza a metáfora “raio-x” como palavra-chave para reforçar a proximidade do acontecimento com o objeto noticiado; ou seja, um diagnóstico da situação da saúde pela própria secretaria responsável por sua gestão. A metáfora também se comporta como uma heterogeneidade constitutiva, já que Lilian é graduada em enfermagem, logo, por experiência profissional ela sabe os procedimentos de como é realizado um raio-x. No entanto, é necessário um pré-conhecimento do leitor para que ele possa estabelecer tal relação e consumir a informação como uma forma de marcar a secretaria enquanto apta para o procedimento.

Na imagem ilustrativa da matéria, tem-se, assim como no jornal O Dia, uma fotografia de Lilian na tribuna da Assembleia Legislativa falando ao microfone, cujo enunciado “Discurso: Secretária falou sobre os desafios e avanços na Saúde” descreve o sentido proposto. A palavra “avanços” marca um enunciador que reconheceu na fala de Lilian que houve melhorias na saúde a partir de sua administração.

Sob o enunciado do chapéu “Sabatina”, o enunciador jornalístico mobiliza um enunciador político, materializado pela voz de Lilian, em que este é mostrado como aquele que “apresentou”, “defendeu”, “criticou” e “explicou”, bem como os dados apresentados são “segundo ela”; tal forma de mostrar do enunciador jornalístico cria um efeito de sentido de que ele não está cobrando, não está sabatinando Lilian, mas ela está respondendo a alguém que perguntou antes, que não é o enunciador em questão. Além disso, não há na superfície do texto a presença de vozes de contra-argumentação, propondo que o que a secretária diz, responde e satisfaz um enunciador que a perguntou.

A mesma palavra-chave “sabatina” aparece como marca para seduzir e chamar a atenção do leitor no *lead* da matéria “Secretária fala de problemas na saúde e anuncia concurso” do dia 23 de junho do jornal Diário do Povo (Figura 20). Com o enunciado na rubrica “Saúde pública”, a presença de Lilian Martins na Assembleia Legislativa é a matéria principal da página e ganha mais dois desdobramentos: um *box* com um enunciado “Interior recebe 80% dos recursos federais” e a matéria “Despolitização da gestão não funcionou”.

SAÚDE PÚBLICA

Secretária fala de problemas na saúde e anuncia concurso

Lilian Martins disse ontem na Assembleia Legislativa que os problemas na saúde são de difícil solução

KATYADANIELLES

REPORTER

A secretária de Saúde do Estado, Lilian Martins, afirmou ontem durante sessão na Assembleia Legislativa que o Piauí tem grandes demandas na saúde e que os problemas no setor só serão resolvidos a longo prazo. De acordo com a secretária, hoje os principais problemas da rede de assistência do Piauí são as falhas no atendimento de base, as constantes faltas dos médicos no interior, a duplicidade de funcionalidade e escassez de mão de obra.

Lilian Martins disse que é muito difícil um médico do interior cumprir as 40 horas semanais que devem ser destinadas ao município. "Muitos deles passam apenas dois dias na cidade", afirmou. De acordo com dados apresentados pela secretária, 70% dos atendimentos que superlotam a estrutura de atendimento em Teresina poderiam ser solucionados no interior do



SECRETARIA Lilian Martins: problemas na saúde serão solucionados apenas a longo prazo

Estado. Pelo menos 18 deputados, membros de sindicatos e entidades médicas, gestores dos municípios e da Secretaria de Saúde do Estado, participaram da sessão ordinária na Assembleia com a presença de Lilian Martins. Lilian ocupou o horário do grande expediente da sessão para expor um "raio x" das condições da saúde no Piauí. Entre as várias informações da secretária está a de que o Governo está fazendo um estudo de demanda para realizar concurso público,

cujo edital será lançado até o dia 30 de agosto. Lilian falou sobre os números relacionados a recursos e atendimentos da rede SUS (Sistema Único de Saúde). A secretária informou que o Governo fica com apenas 20,3% dos recursos encaminhados pelo Ministério da Saúde para as cirurgias de média e alta complexidade.

De acordo com dados levados à tribuna, o restante dos recursos é diretamente encaminhado para os municípios de

gestão plena da saúde. Acompanharam a apresentação da secretária os deputados Antônio Uchoa e Flávio Nogueira do PDT, Gessivaldo Isaias (PB), Evaldo Gomes (PTC), Gustavo Neiva, Tadeu Maia e Ismar Marques do PSB, Luciano Nunes, Firmino Filho e Marden Menezes do PSDB, Mauro Tapety, Themístodes Filho e Kleber Eulálio do PMDB, Edson Ferreira (DEM), Margarete Coelho (PP), Flórida Izabel e João de Deus, do PT.

Interior recebe 80% dos recursos federais

A previsão é de que até o final deste ano o Ministério da Saúde vai enviar R\$ 300 milhões para a gestão da saúde e alta complexidade no Piauí. O estado tem hoje 13 cidades classificadas como gestão plena da saúde. "O Estado fica com R\$ 94 milhões a serem distribuídos para as demais cidades", acrescentou Lilian Martins.

A Saúde tem hoje

14.500 servidores, sendo que 2.090 deles são prestadores de serviço. A secretária avaliou que o número é pequeno diante das demandas. Ela citou o exemplo da UTI do Hospital Regional de Piriá, que não pode ser inaugurada ainda por falta de um médico especialista em Unidade de Terapia Intensiva. Durante a sessão, 10 dos 18 deputados presentes se inscreveram para fazer perguntas. Os deputa-

dos Luciano Nunes, Evaldo Gomes, Antônio Uchoa, Firmino Filho, Flórida Izabel, Gustavo Neiva, Kleber Eulálio, Marden Menezes, Gessivaldo Isaias e Margarete Coelho fizeram perguntas à secretária.

Os deputados da oposição questionaram sobre os salários dos servidores, o funcionamento do Hospital Getúlio Vargas e sobre a presença de médicos em todo o interior do

estado. O deputado Firmino Filho (PSDB) questionou que ainda existam leitões mortos no HGV. O líder do Governo na Casa, deputado Kleber Eulálio, disse que "a atitude da secretária em se convidar para comparecer à Assembleia expõe os problemas e suas ações à frente da pasta, mostra que o trabalho vem sendo feito com transparência e responsabilidade". (K.D)

Despolitização da gestão não funcionou

A secretária Lilian Martins reconheceu que não conseguiu despolitizar a gestão de saúde no interior, como desejava. "Num primeiro momento tentei me manter equidistante das forças políticas e partidárias. Mas hoje reconheço que não é possível, pode ser politicamente correto, mas não funciona", afirmou, quando falava sobre as mudanças de gestão que tenta imprimir na Secretaria de Saúde do Estado.

Segundo ela, o primeiro

passo foi realizar o teste seletivo para a escolha dos diretores dos hospitais regionais. Até o momento, três diretores do total de 17 hospitais regionais já foram trocados, e a perspectiva é de que mais mudanças ocorram até o final do primeiro semestre. Lilian Martins disse que as mudanças não foram feitas por pressões políticas, mas depois de uma avaliação de 60 dias realizada logo após a nomeação dos gestores escolhidos no processo seletivo.

Uma das mudanças contestadas pela oposição foi no Hospital de Itainópolis. Nos próximos dias outra mudança pode ocorrer, desta vez no Hospital de São João do Piauí. O prefeito de São João do Piauí, Roberth Paes Landim, disse em entrevista na rádio 98 FM que o hospital pode fechar as portas devido à sua situação precária. "Nós repassamos de R\$ 50 a R\$ 52 mil para lá e o que vemos é que falta médico, medicamento, transporte e a pre-

sença da direção para tomar providências", denunciou.

Para ele, a troca na direção do hospital em São João do Piauí não resultou na melhoria do atendimento. O prefeito disse que o município se encontra nos festejos e o hospital regional não se preparou para o aumento na demanda. "Há acidentados ficando sem o atendimento", relata. O prefeito encaminhou as reclamações para a secretária Lilian Martins. (K.D)

Figura 20

Fonte: Diário do Povo, 23 jun. 2011, p.3.

No subtítulo da matéria principal, o enunciador jornalístico por heterogeneidade mostrada da voz de Lilian, apresenta os problemas da saúde como de "difícil solução", o que

se mostra em uma relação de dialogismo com o enunciado da legenda da foto que ilustra a matéria “Secretária Lilian Martins: problemas na saúde serão solucionados a longo prazo”. Ou seja, porque é de difícil solução, necessita de um prazo extenso. Na imagem, Lilian aparece na tribuna da Assembleia Legislativa, falando ao microfone com expressão facial séria de quem está em um diálogo, mas diferente dos outros dois jornais, não está em uma pose como se estivesse apontando. No entanto, na construção dos enunciados Lilian é mostrada como alguém que diz, informa, afirma e que apresenta os problemas e dados relativos a eles.

No *box*, diferente da matéria principal, em que na superfície do texto há apenas marcas de um enunciador que sabatina Lilian e ela, quem responde, há a presença marcada de vozes mobilizadas polifonicamente. O enunciador jornalístico materializa as vozes de pelo menos mais quatro enunciadores: quem sabatina (enunciador 1), quem é sabatinado(enunciador 2), quem argumenta a favor(enunciador 3) e quem contra-argumenta(enunciador 4).

A presença de dados estatísticos numéricos no corpo do texto cria um efeito de sentido que tais dados trazidos por Lilian(enunciador 2) é uma resposta a questionamentos que foram feitos anteriormente por outro enunciador(enunciador 1), e que ela preparou-se para dar tais respostas. Na contra-argumentação do enunciador Lilian, aparecem as vozes de deputados marcados no texto como “da oposição” que trazem novos questionamentos (enunciador 4), seguidos da argumentação a favor da secretaria na voz do líder do governo , Kleber Eulálio(enunciador 3), que em citação direta descreve a presença de Lilian na Assembleia Legislativa como uma demonstração de que seu trabalho “vem sendo feito com transparência e responsabilidade”. A presença de vozes que polifonicamente estão em tensão marca uma disputa de poder, em que diversos enunciadores procuram dar a última palavra.

Em relação de dialogismo com as matérias anteriores, a terceira, com o título “Despolitização da gestão não funcionou”, pelo uso da palavra não cria de imediato um efeito de sentido negativo sobre a administração de Lilian frente à secretaria. No corpo do texto, o uso do verbo “reconheceu” também propõe que ela tem consciência dos erros cometidos pela sua gestão. Em uma citação direta de que ela quis se “manter distante das forças financeiras e políticas partidárias”, bem como o reconhecimento de que essa estratégia “não é possível, pode ser politicamente correto, mas não funciona”, as tensionalidades entre as vozes da política partidária e a política governamental ficam evidentes, em que mais uma disputa de poder é estabelecida.

Ainda na mesma matéria, há a voz do prefeito de São João do Piauí criticando a ação de despolitização implementada por Lilian Martins, que “para ele não resultou em

melhoria do atendimento”, o que complementa o sentido proposto na superfície do texto de que há falhas visíveis na administração da secretária.

Assim, o jornal Diário do Povo, ao apresentar vozes de diversos atores políticos, usa da prerrogativa jornalística de ouvir vários lados, propondo então um vínculo com um leitor que o reconhece como um veículo que procura ser imparcial. Quanto à forma de mostrar Lilian Martins, este enunciador deixa na superfície do texto marcas de que sua administração tem falhas que ela mesma reconhece.

Diferente desta posição, o jornal Meio Norte mostra a deputada como um sujeito político pró-ativo, que tem conhecimento e capacidade de gerenciar a Secretaria de Saúde, que mesmo em pouco tempo já apresentou avanços e, por isso, não restaria espaço para a contra-argumentação de vozes da oposição, propondo um vínculo com aqueles que a reconhecem assim.

Já o jornal o Dia, traz um embate de vozes dentro do discurso político que, em consonância com o discurso jornalístico, constrói uma imagem de Lilian Martins como responsável, pró-ativa e que mesmo pelos seus adversários políticos é reconhecida desta forma, propondo este mesmo reconhecimento ao seu leitor.

4.7 - Flora Isabel

Natural de Teresina, Flora Isabel é graduada em Economia e Letras pela Universidade Federal do Piauí, onde também se especializou em Políticas Públicas. Iniciou sua vida política no movimento estudantil do qual foi líder na década de 80, estando à frente na resistência à ditadura militar no Piauí, e foi vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina. Sempre filiada ao PT, fundou e foi a primeira presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Piauí, e foi eleita vereadora de Teresina em 1996 e 2000.

Em 2002 assumiu pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa, sendo reeleita no pleito seguinte. Nas eleições de 2010 foi eleita suplente de deputado estadual sendo convocada para exercer o mandato após a nomeação de Merlong Solano para o secretariado do governador Wilson Martins.

Flora Isabel aparece em 16 matérias do total de 314 catalogadas, sendo que o jornal que mais noticiou sobre ela foi O Dia. Nos três jornais foram encontradas matérias sobre a segurança das agências e correspondentes bancários que foram pautadas sobre a figura da deputada.

A primeira é do dia 05 de fevereiro do jornal Diário do Povo (Figura 21) com o título “Flora vai propor debate sobre assaltos à ECT”, em que um enunciador jornalístico a apresenta como “prestes a assumir o mandato”, já que ela naquele momento ainda não havia tomado posse na Assembleia Legislativa devido “a provável licença” do candidato eleito Merlong Solano. Ou seja, na instância de redação do texto, o enunciador mostra Flora Isabel como uma possível ocupante de lugar na Assembleia Legislativa, haja visto que ela também ainda era “segunda suplente” e logo, a desistência do primeiro suplente, Cícero Magalhães, era necessária para que ela fosse empossada.

Nesse ínterim, o enunciador ao mostrar como deve ser a troca de cargos até ela poder assumir vaga na Assembleia Legislativa, comporta-se como um enunciador didático, característica que também pode ser percebida quando este explica a lei de autoria de Flora Isabel de 2007 sobre segurança nos correios e correspondentes bancários.

Nos modos de mostrar, a deputada é apresentada como aquela que “já definiu a primeira providência no legislativo”, “pedirá uma audiência pública”, “vai solicitar” e “cobrar”, o que propõe a partir de heterogeneidade mostrada tanto pelo uso de aspas como por citações objetivas, um efeito de

■ PROJETO DE LEI

Flora vai propor debate sobre assaltos à ECT

Prestes a assumir o mandato na Assembleia Legislativa, Flora Izabel (PT) já definiu a primeira providência no Legislativo: pedirá uma audiência pública para tratar dos constantes assaltos a agências da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) e aos estabelecimentos comerciais que operam como correspondentes bancários para o pagamento dos aposentados e de benefícios do programa Bolsa-Família.

Segunda suplente de deputado estadual do PT, Flora deverá tomar posse na próxima, já que o primeiro suplente, Cícero Magalhães, ficará efetivo com a posse do deputado Paulo Martins na prefeitura de Campo Maior. Assim, com a provável licença de Merlong Solano para ocupar a Secretaria de Cidades, ela será empossada na Assembleia.

Nos últimos dias, ocorreram cinco assaltos a agências dos Correios no interior do estado, com prejuízos que chegam a R\$ 300 mil. Flora Izabel é autora da Lei 5.636, de 31 de janeiro de 2007, que obriga as agências dos Correios e comércios que funcionam como correspondentes bancários a instalarem portas com detector de metal, circuito interno de filmagem e sistema de alarme ligado às delegacias. Para ela, a falta destes dispositivos favorecem os bandidos.

Nesta audiência, Flora vai solicitar que seja criada a Comissão Temporária prevista na lei para cobrar e acompanhar a instalação destes sistemas de segurança nas agências e nos comércios. A Comissão terá a participação da Secretaria Estadual da Fazenda, das prefeituras, das câmaras de vereadores, das associações de moradores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de representantes dos Correios e dos demais estabelecimentos comerciais.

Esta lei, segundo Flora Izabel, visa a inibir a ação de assaltantes, garantir a segurança dos patrimônios públicos e privados, a integridade dos usuários dos serviços e facilitar a ação policial diante dos criminosos. “Esta lei precisa, com urgência, ser cumprida. Ela vai evitar muitos prejuízos e, inclusive, preservar vidas. Ela foi sancionada após ser debatida com todas as partes envolvidas, então não vejo problema na sua aplicação”, explica Flora.

Fotos: Wagner Santos



FLORA Izabel propôs lei que aumenta segurança nas agências dos Correios

Figura 21
Fonte: Diário do Povo, 05 Fev. 2011, p. 3

sentido de que ela está preparada para assumir a vaga, mesmo que esta situação ainda esteja indefinida.

A imagem fotográfica que ilustra a matéria é da deputada de braços cruzados com um olhar fixo, que cria um efeito de sentido, que complementa o anterior, de que ela está esperando para começar seu trabalho. Também o enunciador jornalístico no enunciado da legenda “Flora Isabel propôs lei que aumenta segurança nas agências dos correios”, a apresenta como um sujeito político que já conhece o problema e que já tomou providências, que devem ser reconhecidas pelo leitor como ações de um mandato anterior, portanto, a espera proposta na imagem é de continuar o trabalho.

O assunto foi tratado pelo jornal Meio Norte no dia 05 de maio (Figura 22), na matéria “Deputada pede ao Governo Federal mais segurança em bancos no Piauí”, mas, diferente do jornal Diário do Povo, neste contexto ela já havia tomado posse na Assembleia Legislativa. Nos enunciados “Flora Isabel declarou que já esteve no Ministério Público Estadual” e “apresentará requerimento pedindo que a Assembleia Legislativa encaminhe ofício à presidente Dilma Rousseff”, o enunciador jornalístico propõe que ela já passou por instâncias inferiores para cobrar o cumprimento da “lei de sua autoria”, e que agora irá cobrar do alto escalão da executiva federal.

→ **Assaltos**

Deputada pede ao Governo Federal mais segurança em bancos no Piauí

 A deputada Flora Izabel (PT) disse ontem que apresentará requerimento pedindo que a Assembleia Legislativa encaminhe ofício à presidente Dilma Rousseff no sentido de que ela determine que as instituições oficiais e o sistema financeiro nacional garantam a segurança de funcionários e clientes nos bancos no Piauí.

Flora Izabel declarou que já esteve no Ministério Público Estadual com o objetivo de tratar sobre o cumprimento de lei de sua autoria que determina a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de segurança nos bancos e em seus correspondentes.

A deputada do PT disse que os bancos têm o dever de garantir segurança nas agências dos Correios, que são seus correspondentes e que têm sido alvo de vários assaltos no Piauí. Após lembrar a morte do gerente do Banco do Brasil de Luzilândia durante assalto, Flora Izabel ressaltou que as instituições oficiais, como o BB e a Caixa Econômica Federal, também devem garantir a segurança de funcionários e clientes. “É importante que as agências tenham portas giratórias e alarmes junto às delegacias, porque queremos prevenir os assaltos e não ficar lamentando depois”, frisou a parlamentar. (A.R.)

Figura 22

Fonte: Meio Norte, 05 Mai., p. 4

Sentido este complementado pelo fato de o enunciador a mostrar como “deputada do PT”, propondo que, por ser do mesmo partido da presidente do país, ela tem maior probabilidade de diálogo com o governo federal.

O enunciado “Assaltos” está em uma relação de dialogismo com o contexto situacional imediato marcado na superfície do texto quando, na voz de Flora, o enunciador lembra “a morte do gerente do Banco do Brasil de Luzilândia durante assalto”. Logo, nos modos de mostrar do enunciador jornalístico, ele se apropria do discurso político na voz da deputada para apresentá-la como atenta aos acontecimentos ao redor, que não só propõe leis, mas também cobra seu cumprimento e que procura, inclusive, estender essa cobrança ao governo federal.

O jornal O Dia de 17 de maio (Figura 23), com o enunciados “Deputados defendem lei nacional para garantir segurança nos bancos” sob a rubrica “Audiência Pública”, o enunciador jornalístico embora utilize no enunciado do título e do *lead* a ideia de que é uma proposta de deputados da bancada estadual e federal do Piauí, praticamente personificam esse grupo na voz de Flora, tanto por heterogeneidade mostrada como na sua imagem fotográfica.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Deputados defendem lei nacional para garantir segurança nos bancos

Deputados da bancada estadual e federal do Piauí querem a aprovação de uma lei mais rígida que garanta segurança nas agências bancárias e nos Correios. O assunto foi discutido na manhã de ontem com representantes do Sindicato dos Bancários e órgãos de segurança pública do Estado, tendo em vista os constantes assaltos a bancos e agências dos Correios. A ideia é provocar uma discussão nacional com base em lei municipal e estadual já em vigor no Piauí, mas não plenamente cumpridas.

A deputada estadual Flora Isabel (PT), autora da proposição da audiência, lembrou que já há uma lei estadual, de sua autoria, (Lei 5.636, de 31 de janeiro de 2007) que obriga as agências dos Correios e comércios que funcionam como correspondentes bancários a instalarem portas com detector de metal, circuito interno de filmagem e sistema de alarme ligado às delegacias. “Mas há uma resistência dos bancos e correspondentes bancários em cumprir a lei”, admite a parlamentar petista.

Flora Isabel quer agora o agendamento de uma audiência com o Banco Central e também com a Direção Nacional dos Correios para cobrar a fiscalização e o cumprimento das leis. “O problema é que querem trabalhar apenas para remediar. Só vão agir depois que os assaltos, as mortes já foram concretizadas. As medidas preventivas devem vir primeiro e devem ser priorizadas”, frisou. A expectativa é de que o Ministério Público Estadual possa se utilizar das promotorias para fiscalizar o cumprimento das leis.

O deputado federal Assis Carvalho (PT) mostrou-se favorável à proposição de uma lei similar em âmbito nacional. Ele, que foi bancário, lembrou que esse é o seu papel enquanto parlamentar. “É nosso papel trabalhar para criar mecanismos de garantir a segurança da população, mas é dever também das agências bancárias e dos Correios, garantindo não só a segurança dos clientes, mas também dos servidores”, ressaltou. Segundo ele, as duas leis aprovadas no Piauí para garantir a segurança nas agências bancárias serão levadas como modelo para a discussão nacional. “Iremos mobilizar o Congresso, porque esse é um problema que acontece a nível nacional e é preciso solução conjunta”, comentou.

O presidente do Sindicato dos Bancários, José Luis, lembrou que desde 1985 já aconteceram 85 assaltos a agências bancárias e destacou a importância de atualizar a legislação. “Estamos obedecendo uma legislação de 1983. A realidade hoje é outra. É preciso reforçar a segurança, implantando sistema de blindagem em vidros, câmeras dentro e fora das agências e também serem oferecidas mais informações para que a polícia possa fazer seu trabalho. Tem que ser uma ação continuada e não pontual”, destacou.

Flora Isabel cobrou justificativas das agências bancárias que, segundo ela, registram lucros exorbitantes, mas não investem na segurança. “O Banco do Brasil, por exemplo, é a maior instituição financeira. Ano passado, por exemplo, teve o maior lucro da história do Brasil, chegando a R\$ 11,7 bilhões e não reforça a segurança”, criticou, citando que crescimento significativo tiveram também os demais bancos e os Correios.

(Mayara Martins)



SEGURANÇA Flora Isabel cobra dos bancos e Correios

Figura 23
Fonte: O Dia, 17 Mai.2011, p. 4

Nesse ínterim, a deputada é apresentada como o principal sujeito da matéria, que propôs a audiência, é autora de uma lei estadual sobre segurança de bancos e correios, que cobra o seu cumprimento, denuncia e critica. Na foto que ilustra a matéria, ela aparece com fisionomia de quem está dialogando, sentido complementado com seu gesto com as mãos.

O enunciador jornalístico a mostra no corpo do texto como “a parlamentar petista” que quer uma “audiência com o Banco Central” e também com a “Direção Nacional dos Correios” e que tem o apoio de seu colega de partido e deputado federal, Assis Carvalho, propondo uma proximidade entre o fato de ela ser do partido da situação e a possibilidade de direcionar suas cobranças a instâncias superiores.

4.8 - Rejane Dias

Eleita deputada estadual no pleito de 2010, Rejane Dias é esposa do senador e ex-governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Entre janeiro de 2004 e março de 2010 foi primeira dama do Estado e neste período comandou a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC), esteve à frente da Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) e implantou o Centro Integrado de Reabilitação (CEIR).

Formada em administração de empresas e direito, desde 2011 é líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Piauí e presidente da Comissão de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Durante o ano de 2011, as matérias sobre a deputada estadual somaram-se em 62, sendo 17 no jornal O Dia, 09 no Diário do Povo e 36 no Meio Norte. O tema “eleições 2012” apareceu em 29 dessas matérias. A análise dos discursos produzidos pelos jornais sobre Rejane versa sobre essa temática, no entanto, devido à quantidade de matérias, procurou-se estabelecer como critério de escolha aquelas que apareceram em datas próximas.

Em um contexto situacional imediato, a possível candidatura de Rejane Dias à prefeitura de Teresina foi um assunto bastante debatido, especialmente no segundo semestre de 2011, por conta da aproximação do pleito. Havia também a discussão se o Partido dos Trabalhadores(PT) iria lançar candidato próprio ou apoiar o prefeito à época, Elmano Ferrer (PTB), o que provocou uma racha dentro do próprio partido. Outra questão era se caso o PT lançasse candidatura, quem seria o candidato do partido, e nomes como Wellington Dias e Rejane Dias estavam em pauta.

O jornal Meio Norte, de 03 de agosto (Figura 24), na matéria “‘Nunca disse que seria candidata’, lembra Rejane”, coloca em negociação de sentidos pelo menos três

discursos: político, jornalístico e de gênero.

O uso do verbo “lembra” remete a um enunciado anterior propondo que ela já havia dito isto, logo, há um embate de vozes discordantes: um que diz que ela se colocou como candidata e outro que diz que ela nunca fez isso.

No enunciado do *lead*, com a citação direta “nunca coloquei meu nome nem disse que seria candidata”, o enunciador jornalístico aciona as vozes do polêmico, como forma de chamar a atenção do leitor. Quando ele diz que o enunciado da deputada “coloca um ponto final em torno das discussões sobre uma possível candidatura da petista à Prefeitura de Teresina”, o enunciador age em uma relação de poder em que ele orienta o seu leitor a ter este mesmo reconhecimento.

A imagem fotográfica de Rejane, com o enunciado da legenda “Deputada coloca ponto final sobre candidatura à Prefeitura” e a feição fechada e com as sobrancelhas cerradas, mostra a tensionalidade entre aqueles que querem dar a ultima palavra: o discurso jornalístico quando interpreta a fala da deputada e coloca-a como sendo o final das discussões em torno de sua candidatura, e o discurso político, materializado no texto no enunciado “o partido só deve decidir formalmente sobre o assunto no encontro do diretório municipal”. Ou seja, na perspectiva do discurso político ainda não é certa a definição da candidatura ou não de Rejane, diferente do sentido proposto pelo enunciador jornalístico.

Também os discursos de gênero são trazidos para a cena discursiva em dois momentos. No primeiro, o enunciador jornalístico afirma que houve discordância dentro do partido pelo “fato de Rejane Dias ser esposa do senador Wellington Dias”, sendo este “outro nome cotado para encabeçar uma chapa petista”.

‘Nunca disse que seria candidata’, lembra Rejane

“Nunca coloquei meu nome nem disse que seria candidata”. A frase é da deputada estadual Rejane Dias (PT) e coloca um ponto final em torno das discussões sobre uma possível candidatura da petista à Prefeitura de Teresina no pleito do ano que vem. Seu nome teria sido rejeitado por petistas que criticaram o fato de ela ser esposa do senador Wellington Dias (PT). “Quem conhece o PT sabe como funciona, tem as tendências e é um partido que temos que escutar a militância. Decisões como essa precisam ser discutidas”, afirmou.

Além de Rejane, Wellington Dias é outro nome



REJANE | Deputada coloca ponto final sobre candidatura à Prefeitura

cotado para encabeçar uma chapa petista na disputa pela PMT. O partido só deve

decidir formalmente sobre o assunto no encontro do diretório municipal que se-

rá realizado neste sábado. De acordo com a parlamentar, sua preocupação é focar no mandato na Assembleia Legislativa do Piauí e na defesa de temas com o combate às drogas e inclusão social de pessoas com deficiência.

“Estamos articulando ativamente a Frente Parlamentar contras as drogas e participamos da inauguração do Ceir Móvel. É algo cobramos muito e aconteceu. Agora podemos levar tratamento gratuito para a população que mora em outros municípios do Piauí, para que não precisem se deslocar para Teresina para ter acesso a esses equipamentos públicos”, pontuou. (S.B.)

Figura 24

Fonte: Meio Norte, 03 agos..2011, p. 3

O segundo momento que o discurso de gênero se materializa é quando o enunciador jornalístico por meio de uma citação indireta, diz que “de acordo com a parlamentar, sua preocupação é focar no mandato na Assembleia Legislativa no Piauí e na defesa de temas como o combate às drogas e inclusão social de pessoas com deficiência”. Ou seja, o enunciador propõe pela voz da deputada, que as mulheres devem permanecer nos campos de atuação da política que são reconhecidos como próprio delas; que no caso da candidatura, quem está na frente da disputa é o marido, e, portanto, ela deve continuar no trabalho legislativo inclusive em temáticas reconhecidas próprias como de mulheres.

A mesma estratégia discursiva apresentada pelo enunciador jornalístico do Meio Norte no *lead*, citação direta como forma de atrair o seu leitor, foi usada pelo enunciador do jornal O Dia, com o enunciado “Fico feliz e contente por ser lembrada”. Sob a rubrica “Eleições 2012”, a matéria de título “Rejane Dias defende que PT lance candidatura própria” do dia 06 de agosto (Figura 25), está inserida no mesmo contexto situacional imediato da anterior, na indefinição do PT em lançar ou não candidato próprio para as eleições municipais de Teresina.

ELEIÇÕES 2012

Rejane Dias defende que PT lance candidatura própria

“Fico feliz, contente por ser lembrada”. Foi assim que a deputada estadual Rejane Dias (PT) respondeu aos questionamentos relacionados ao resultado parcial de uma consulta que foi feita junto aos filiados do PT sobre que rumos o partido deverá adotar nas eleições municipais do próximo ano em Teresina. De acordo com a pesquisa, 85% dos petistas optam por lançar candidatura própria e o nome de Rejane aparece com 46% da preferência dos petistas.

Embora agora na primeira colocação entre os nomes petistas para a Prefeitura, a parlamentar chegou a sofrer rejeição de algumas lideranças do partido, que rechaçaram o nome da deputada por ser esposa do senador Wellington Dias (PT). Para os petistas, isso configuraria em uma oligarquia, prática combatida há anos pela sigla.

Entre os nomes para ser o candidato do partido, aparecem ainda o diretor da Agência de Fomento, Antônio Neto (14%); o deputado e secretário estadual de Cidades, Merlong Solano (12%); o deputado federal Nazareno Fonteles (10%) e o deputado estadual Cicero Magalhães (9%).

Para a parlamentar, o percentual representa confiança e aprovação do trabalho que ela vem desempenhando na Assembleia Legislativa. “Eu fico feliz, contente por ser lembrada, mas aumenta também a responsabilidade. A minha candidatura é algo que teremos que saber primeiro a definição do partido”, esquivou-se, quando questionada se aceitaria o “chamado” do partido para lançar-se candidata. “Direi apenas no encontro deste sábado”, pontuou. Rejane Dias avaliou ainda que o PT deve ter candidatura própria e não aceitar a parceria política com o PTB no próximo ano.

Embora defenda que as duas siglas não marchem juntas nas eleições de 2012, Rejane Dias destaca que é preciso que todos os deputados e demais lideranças petistas façam parcerias com o prefeito Elmano Férrer. “Parcerias administrativas. É obrigação nossa, como parlamentar, e estamos fazendo isso. Essa parceria deve acontecer independentemente de cargos”, frisou, acrescentando que seu posicionamento sobre se o partido deverá ou não aceitar o convite do prefeito para fazer parte da equipe administrativa só será revelado no encontro deste sábado.

(Mayara Martins)

PRÉ-SAL

Dias pede urgência e modifica projeto sobre royalties

Mayara Bastos
REPORTER

Enquanto não há uma definição sobre a partilha do pré-sal, o senador Wellington Dias (PT) se adianta e, esta semana, protocolou no Senado requerimento de urgência para o projeto de lei 16/2010, de autoria do Executivo, que regulamenta a distribuição dos royalties da exploração de petróleo do pré-sal. O intuito do parlamentar é elaborar um texto de consenso para votá-lo ainda este mês, evitando a apreciação do veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à “emenda Ibsen”.

De acordo com informações do Senado, o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), afirmou que convocará o Congresso Nacional para apreciar o veto em setembro, caso os parlamentares não construam um entendimento sobre a partilha dos royalties do petróleo ainda neste mês. Porém, o Governo trabalha para evitar a derrubada do veto e encontrar uma saída para o impasse.

Se o requerimento de urgência for aprovado, o projeto será apreciado diretamente no plenário, dispensando a análise das comissões temáticas. Wellington Dias é autor de uma proposta alternativa para a divisão dos royalties, que evitaria a perda de recursos da União, ao contrário da emenda do ex-deputado Ibsen Pinheiro. A emenda prevê que a União compense os estados produtores pela perda de arrecadação diante do novo modelo de repartição dos lucros.

Dias defende que os estados produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo, recebam o valor referente à média dos últimos anos dos recursos, mais uma parcela de acordo com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Assim, não haveria “congelamento” das receitas dos estados confrontantes.

“A arrecadação dos estados confrontantes continuará crescendo proporcionalmente, como crescerá a arrecadação baseada no FPE e no FPM para todos os estados e municípios, na medida do crescimento dos royalties. A diferença é que proponho a divisão desses recursos para todos os estados brasileiros. Assim, todos sairiam ganhando”, explica o senador.

Ciente da postura do Governo Federal de não conceder compensações aos estados, o petista acredita que a solução para o impasse caberá aos senadores. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o Congresso aprovar um modelo que promova a distribuição de todos os recursos.

Figura 25

Fonte: O Dia, 06 ago.2011, p. 3

Em negociação de sentidos na tessitura do texto, estão marcados os discursos jornalístico, político, de gênero e científico político. O discurso político é materializado quando o enunciador jornalístico traz na voz de Rejane que o PT “não deve aceitar parceria

política com o PTB”, o que acaba por criar um vínculo com o leitor que concorda com o posicionamento da deputada em relação às alianças políticas a serem formadas para as eleições de 2012.

Nos enunciados “algumas lideranças do partido, que rejeitaram o nome da deputada por ser esposa do senador Wellington Dias (PT)”, pois “para os petistas, isso configuraria em uma oligarquia”, há um embate de vozes em polifonia entre o discurso de gênero, que a coloca na posição de esposa e não de sujeito político, e o científico político, este último que analisa a oligarquia não pelo cargo em si, mas pelo apadrinhamento. Ou seja, pelo viés científico político, o fato de Rejane ter sido eleita deputada estadual depois de o marido ter construído uma carreira política, já se configura uma prática de oligarquia.

PT segue dividido no apoio a Rejane Dias

Além de Marlos Sampaio a disputa em Teresina conta ainda com os nomes do prefeito Elmano Férrer (PTB), candidato a reeleição, do deputado estadual Firmino Filho (PSDB), do vereador Rodrigo Martins (PSB) e a deputada estadual Rejane Dias (PT). O nome de Rejane Dias vem perdendo força dentro do PT municipal.

Ontem o Diretório Estadual do PT realizou reunião e ratificou o nome da deputada como candidata do partido nas eleições. O encontro aconteceu um dia depois de reunião entre o prefeito Elmano Férrer e membros do diretório municipal, além dos vereadores Rosário Bezerra e Décio Solano. No encontro com Elmano os petistas condicionaram o apoio a uma candidatura do PT apenas no caso da chapa

ser encabeçada pelo senador Wellington Dias. Já na reunião de ontem, o Diretório Estadual reforçou o nome da deputada como o mais forte para a disputa, inclusive seguindo as orientações do Diretório Nacional. Duas correntes dentro do PT divergem sobre a legitimidade do nome de Rejane Dias. O deputado Fábio Novo, presidente do diretório estadual, disse que o partido não descarta alianças, mas que vai trabalhar para que o nome da deputada chegue em 2012 mais forte para a disputa. No encontro de ontem o partido também definiu estratégias para a campanha, entre elas ficou decidido que o uso das redes sociais será de extrema importância para a difusão dos nomes do partido na disputa.

Foto: cidadeverde.com



ENCONTRO do Diretório Estadual reforçou candidatura de Rejane Dias

Figura 26
Fonte: Diário do Povo, 11 dez. 2011, p.3

Na citação direta “é obrigação nossa, como parlamentar” há outra proposta de sentido que o lugar de fala da deputada não é de mulher, nem de esposa, mas de um ser político, capaz de avaliar os rumos da política em que ela está inserida. No entanto, em uma análise da página, este sentido entra em confronto com uma produção de sentido disseminado espacialmente a partir de uma relação de dialogismo com a matéria ao lado, “Dias pede urgência e modifica projeto sobre royalties”. Ou seja, na instância da edição, há um enunciador jornalístico que tem a possibilidade de dizer, marcar o lugar de fala de Rejane como esposa, ao lado de Wellington Dias.

Sob o enunciado “PT segue dividido no apoio a Rejane Dias”, o jornal Diário do Povo do dia 11 de dezembro (Figura 26), em um contexto situacional imediato materializa no texto as vozes que disputam em uma relação de poder quem irá dizer a última palavra: os que querem a candidatura de Rejane e os que querem apoiar Elmano Ferrer nas eleições municipais de 2012.

Aparecem na superfície do texto pelo menos dois enunciadores políticos: no enunciado “o nome de Rejane vem perdendo força dentro do PT municipal” é mobilizada a voz da ala municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), que quer a aliança com o PTB e, um outro enunciador, o diretório estadual do PT que “realizou reunião e ratificou o nome da deputada como candidata do partido nas eleições”.

O discurso científico político em uma relação de polifonia com o discurso de gênero também é acionado, quando no enunciado “duas correntes dentro do PT divergem sobre a legitimidade do nome de Rejane Dias”. Ou seja, o enunciador jornalístico propõe um efeito de sentido de que a candidatura da deputada pode não ser válida por ela ser esposa de um político conceituado, ou seja, ela poderia ser reconhecida apenas por esse fato, ela não teria mérito próprio e, portanto, seu nome não é legítimo para a disputa eleitoral.

Neste caso, Rejane Dias é apresentada como aquela de quem se fala, que não tem participação na situação da enunciação e, assim, é posicionada como o “ele” discursivo, tornando-se assunto a ser discutido entre os enunciadores materializados na cena discursiva e o leitor.

4.9 – Iracema Portella

Iracema Portella é a terceira mulher piauiense a ocupar cadeira na Câmara Federal. Foi eleita deputada federal pelo Partido Progressista(PP) no pleito de 2010. É natural da cidade de Teresina, filha do ex-governador e ex-senador Lucídio Portella e da ex- deputada da constituinte, Myriam Nogueira. Formada em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), mãe de três filhos, é ex-esposa do ex-governador do Estado do Piauí, Guilherme Melo e atualmente é casada com o senador da república Ciro Nogueira.

Durante o ano de 2011, Iracema não teve significativo destaque, mesmo estando no cargo que ocupa, nos jornais impressos de Teresina e apareceu em apenas 03 matérias no jornal Diário do Povo, 06 no O Dia e 06 no Meio Norte, totalizando 15. A temática ‘drogas’ foi a que ela mais esteve associada.

Na matéria do jornal Meio Norte do dia 27 de julho (Figura 27), “Deputada foca atuação no combate às drogas”, o enunciador utiliza a estratégia jornalística de ter uma foto para ilustrar a matéria para que o leitor reconheça que o sujeito a quem o título se refere é a deputada federal Iracema Portella.

No título ao usar o verbo “foca”, um enunciador cria um efeito de sentido de que essa é a única temática de trabalho na Câmara Federal da deputada. No entanto, no interior do primeiro parágrafo, outro enunciador se mostra quando diz “um dos principais focos”, propondo a existência de outras temáticas na qual ela também atue.

Ao apresentar um pequeno currículo com as funções desempenhadas pela deputada, “vice-presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Crack e 3ª vice-presidente da comissão Especial de Políticas Públicas sobre drogas (Cedrog) da Câmara dos deputados”, o enunciador jornalístico cria um efeito de sentido que ela não só está na ativa, mas que também desempenha uma função importante, já que não é apenas um membro, mas vice-presidente de duas comissões diferentes.

Na descrição de dois projetos de lei apresentados pela deputada, o uso da estratégia enunciativa de heterogeneidade mostrada por citações diretas da deputada, a marca tanto como um enunciador político como didático.

A imagem fotográfica que ilustra a matéria é da deputada bem vestida, em um traje que propõe seriedade e correspondência à importância do cargo que exerce. A rubrica “Projetos” está em dialogismo com enunciado da legenda “Atuação: Iracema já apresentou seis projetos de lei na Câmara”, cujo uso da palavra “atuação” em caixa alta e em negrito, bem como do advérbio “já” propõe um efeito de sentido de que a deputada está não só atuando, mas como também está fazendo além do esperado, propondo ainda uma relação de dialogismo, de resposta a um outro enunciador que não tenha acreditado na sua atuação enquanto ser político. Percebe-se então uma ativação do

→ Projetos

Deputada foca atuação no combate às drogas

➔ Em seu primeiro semestre de mandato, a deputada federal Iracema Portella (PP) apresentou seis projetos de lei na Câmara. Um dos principais focos do trabalho da deputada no Congresso Nacional é o combate às drogas. A parlamentar é vice-presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Crack e 3ª vice-presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas sobre Drogas (Cedrog) da Câmara dos Deputados.

O PL 1359/2011, de autoria de Iracema, altera a Lei 7.560/1986 e define novos critérios para doações ao Fundo Nacional Antidrogas. “Precisamos encontrar caminhos alternativos para ampliar o montante de recursos a serem aplicados nas políticas públicas contra as drogas. Foi justamente pensando nisso que apresentei este projeto. Ele define que se possa utilizar recursos do Imposto de Renda para os fundos antidrogas e determina que as informações sobre as doações sejam prestadas anualmente pelos órgãos responsáveis pela administração das contas dos fundos de Políticas sobre Drogas Nacional, estaduais, Distrital e municipais à Secretaria da Receita Federal”, explica a deputada.

Outro projeto de lei de Iracema Portella voltado para o combate às drogas é o PL 1693/2011, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Informações sobre Drogas – Sinaid, a ser instituído e gerenciado pela União, com informações dos Estados, municípios e Distrito Federal. “O objetivo deste projeto é ter um banco de dados atualizado sobre o consumo e tráfico de drogas em todo o país. Os Estados e municípios serão operadores e usuários do Sistema, mandando informações atualizadas para embasar as ações e políticas públicas sobre drogas de acordo com a realidade de cada um”, diz Iracema.

Para a deputada, o Sinaid pode servir também de base para a criação de uma Rede Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, pois reunirá, em seus cadastros, as ações em andamento no país, possibilitando que os gestores públicos conheçam as estratégias adotadas no enfrentamento da questão e identifiquem as lacunas.



ATUAÇÃO | Iracema já apresentou seis projetos de lei na Câmara

Figura 27

Fonte: Meio Norte, 27 jul. 2011, p.3

ideológico que coloca a mulher enquanto coadjuvante no âmbito das ações políticas, que não tem uma atuação destacável.

Com o enunciado “Autoridades criticam falta de políticas de combate às drogas”, a notícia do dia 12 de agosto do jornal O Dia (Figura 28), mobiliza enunciadores jornalísticos, políticos e institucionais que negociam sentidos e marcam seus posicionamentos.

Entre tantos enunciadores, na imagem fotográfica aparece apenas Iracema, propondo que ela tem posição de destaque dentro da “Discussão” evocada no enunciado do chapéu, sentido este complementado quando o enunciador jornalístico informa ao leitor que quem coordenou o seminário foi a deputada. Ela também é marcada na superfície do texto como a única representante do Governo Federal, por ser um evento promovido pela Câmara dos Deputados. No enunciado “segundo ela a idéia foi ouvir”, há um reforço do sentido proposto de que Iracema foi uma das idealistas do evento, cujo objetivo está marcado pela citação direta da deputada “as experiências integrarão um relatório que subsidiará a propositura de leis que possam garantir tratamento aos usuários de drogas”.

A tensão entre a voz do Governo Federal, personificado nesta instância por Iracema Portella, e as dos representantes de outros discursos é materializada a partir de heterogeneidade mostrada, tanto por citações diretas como por indicação objetiva de que teriam sido ditas por outrem. O discurso da saúde aparece na voz do psicólogo, que em uma relação de tensionalidade com o discurso governista afirma que “o governo federal negligencia” o problema das drogas.

Também em contra argumentação, há o discurso político municipal na voz do prefeito de Teresina, para quem em citação direta “o poder público deve trabalhar primeiro em prevenção”, configurando-se como um embate com o enunciado da legenda “Iracema Portella prioriza tratamento e repressão”. Logo, o sentido proposto é que a deputada federal atua de forma equivocada, pois suas ações não estão em conformidade com a demanda; enquanto se espera ações do âmbito da prevenção, a atuação de Iracema prioriza tratamento e repressão.

Há uma relação de complementação de sentidos entre o enunciado do subtítulo “Escassez de recursos e projetos de prevenção se tornam desafios”, e os discursos institucionais, materializados por um enunciador jornalístico que, pela redação do texto, mobiliza nos seus modos de dizer um enunciador da Fazenda da Paz e outro do Sítio Reviver, que criticam a postura do governo apontando-o como aquele que faz promessas, mas não cumpre.

DISCUSSÃO

Autoridades criticam falta de políticas de combate às drogas

Escassez de recursos e projetos de prevenção se tornam desafios

Mayara Martins
REPÓRTER

No Seminário de Políticas Públicas sobre Drogas, realizado na manhã de ontem no Cine Teatro da Assembleia Legislativa, o prefeito de Teresina, Elmano Férrer (PTB), parlamentares e representantes do Governo e das entidades que trabalham com o tratamento de usuários de drogas, criticaram a ausência de políticas públicas de combate às drogas. Para eles, faltam ações articuladas entre as esferas de Governo para tornar mais eficazes as propostas já apresentadas.

O Seminário foi promovido pela Câmara dos Deputados, por meio da Comissão Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas, e teve a coordenação da deputada federal Iracema Portela (PP). Segundo ela, a ideia foi ouvir experiências de iniciativas existentes nos Estados em relação ao combate, tratamento e repressão ao uso de drogas. "As experiências integrarão um relatório que subsidiará a proposição de leis que possam garantir tratamento aos usuários de drogas", adiantou.

Para o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, superar o consumo de droga será o grande desafio



IRACEMA PORTELA prioriza tratamento e repressão

da sociedade no século XXI. Laranjeira falou que o tratamento com dependentes químicos tem custos que chegam a R\$ 180 por dia e que, por isso, o Poder Público se esquivava do problema. "O Governo Federal nunca financiou nenhum leito de internação para dependentes químicos. O Governo Federal negligencia o problema", disparou, acrescentando que a família, a comunidade e a escola devem ser encaradas como os pilares de transformação para enfrentar o pro-

blema.

O prefeito Elmano Férrer ressaltou que o tema drogas é um problema de saúde pública e considerou importante o seminário para discutir políticas maiores de enfrentamento às drogas. "É preciso tratar o problema de forma global e plural. Não temos no Piauí nenhuma instituição que trate das drogas que seja ligada ao Governo Federal, Estadual ou Municipal", criticou. Segundo ele, hoje o poder público ajuda apenas de forma pontual as unidades

terapêuticas. "Eu ainda acredito que o poder público deve trabalhar primeiro com a prevenção", pontuou.

O trabalho desenvolvido pela Fazenda da Paz no tratamento e reinserção social de dependentes químicos do sexo masculino também foram motivos de elogios por parte dos participantes do seminário. A entidade é a única no Estado a oferecer o tratamento para os dependentes, que entre outras coisas, trabalha com o incentivo à realização de atividades que possam inseri-los no mercado de trabalho. No entanto, a falta de recursos obriga a entidade a atender um número limitado de pessoas, sendo incompatível com a demanda.

A irmã Cândida, que coordenava o Sítio Reviver, única entidade que atendia pacientes do sexo feminino, disse lamentar o fato de ter fechado a entidade por falta de recursos. O Sítio funcionou durante dez anos, mas fechou no ano passado por dificuldades financeiras. Hoje, ela diz que tem vontade de reabrir o lugar, mas sabe que não disporá de recursos para manter o seu funcionamento. "Falta apoio financeiro. O Governo já nos fez promessas, mas não cumpriu. Ficamos frustrados", disse.

Figura 28

Fonte: O Dia, 12 agos. 2011, p.2

Ainda, na escolha da imagem de Iracema, em que ela aparece com um sorriso de quem está 'constrangida', percebe-se a estratégia enunciativa nas instâncias da edição e diagramação, de colocar a deputada federal no centro das discussões sobre as políticas de combate às drogas e para quem autoridades dirigem as suas críticas, por ser ela a personificação do Governo Federal na notícia, propondo-a como um sujeito político que não conseguiu dar, neste contexto, a última palavra e que tem desafios a cumprir.

No dia 28 de dezembro (Figura 29), matéria do jornal Diário do Povo, apresenta a deputada não só como aquela de quem se fala, mas também quem assume a condição de dizer. No enunciado do título "Projetos contra as drogas só existiam no papel, diz deputada", o

enunciador jornalístico utiliza a estratégia jornalística de colocar na voz de outrem, neste caso, do enunciador político Iracema, a responsabilidade sobre o que se diz.

Um enunciador estatístico também se marca na superfície do texto quando no *lead*, são apresentados dados retirados do site do congresso em foco sobre a quantidade de projetos na área de combate às drogas que tramitam no Congresso Nacional. Ao lado do senador Wellington Dias (PT), a deputada federal é discursivizada como sendo uma das parlamentares mais atuantes na proposição de projetos nesta área.

CONGRESSO

Projetos contra as drogas só existiam no papel, diz deputada

Governo Federal destinou R\$ 410 milhões para ações contra as drogas, mas os projetos não foram executados

KATYA D'ANGELLES
REPORTER



Pelo menos 400 projetos, todos ligados ao combate às drogas, tramitam hoje no Congresso Nacional, conforme informação de levantamento realizado pelo site congresso em foco. Estão entre os projetos apresentados propostas de autoria do senador Wellington Dias (PT) e da deputada federal Iracema Portela (PP). Os dois parlamentares foram os que mais apresentaram projetos e requerimentos para combater o avanço das drogas no país, pela prevenção ao uso e contra o tráfico.

A própria deputada, porém, afirma que o trabalho de combate às drogas no Brasil estava apenas no papel. "No governo Lula foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack, um programa com R\$ 410 milhões, mas esse programa não saiu do papel, esses R\$ 410 milhões não foram usados com esta questão crack, dro-

DEPUTADA Iracema Portela entre os que mais apresentaram projetos para combate ao crack e outras drogas

gas. Mas agora, com o novo plano da presidente Dilma, acredito que isso vai mudar", afirma a deputada, que integra a comissão de Comissão Especial de Políticas Públicas sobre Drogas (Cedroga).

Segundo o levantamento do site, os projetos não seriam incluídos no programa nacional de combate às drogas, lançado pela presidente Dilma Rousseff no início de dezembro. Somente após uma reunião entre a Comissão de Combate às Drogas do Congresso foi que o

Governo Federal recebeu as propostas dos deputados e senadores.

No novo programa, o Governo Federal estima investir R\$ 4 bilhões. Um relatório de 346 páginas com uma descrição da situação de todos os estados por onde a comissão de parlamentares passou foi entregue à presidente Dilma às vésperas do lançamento do programa nacional.

De acordo com Iracema Portela agora as perspectivas para o trabalho em 2012 são as

melhores possíveis. "Eu confio neste plano, agora o projeto se fará presente em todo o Brasil e eu não tenho dúvida nenhuma disso", afirmou a deputada. Fazem parte da comissão os deputados Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente; Wilson Filho (PMDB-PB), 1º vice-presidente; João Campos (PSDB-GO), 2º vice-presidente; e Iracema Portela (PP-PI), 3º vice-presidente. A relatoria da comissão, de caráter temporário, coube ao deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL).

Figura 29

Fonte: Diário do Povo, 28 dez. 2011, p.3

No modo de mostrar Iracema como atuante, o enunciado “a própria deputada, porém afirma que o trabalho de combate às drogas no Brasil estava apenas no papel”, cria dois efeitos de sentido que discordam entre si, que travam uma luta para dar a última palavra.

O uso da palavra “a própria”, propõe que a deputada reconhece que ela também está incluída entre aqueles que apenas apresentam projetos. No entanto, o verbo no passado “estava”, cria outro efeito, o de que Iracema está entre aqueles que já colocam em prática os projetos, sentido este complementado pelo enunciado do título, que também utiliza o mesmo tempo verbal no dizer da deputada.

Ao trazer informações de outro enunciador, neste caso o site do congresso, o enunciador jornalístico informa ao leitor que os projetos de Iracema e Wellington não estavam previstos para ter orçamento no ano de 2012 dentro do programa nacional de combate às drogas, mas que após uma reunião com o Governo Federal, a deputada tem a perspectiva de que possam receber investimentos. Por meio de heterogeneidade mostrada, materializada na citação direta “eu confio neste plano, agora o projeto se fará presente em todo o Brasil e eu não tenho dúvida nenhuma disso”, cria-se um efeito de sentido de que a atuação da deputada pode ir além de apenas apresentar projetos.

A imagem fotográfica de Iracema, com um olhar sério e preocupado, complementa os sentidos propostos no final da matéria, de que a deputada está esperando uma resposta para por em ação projetos apresentados por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi proposto nesta pesquisa analisar os modos de mostrar a mulher na política local pelos jornais impressos de Teresina, Diário do Povo, O Dia e Meio Norte. Baseando-se em um pré-teste em páginas dos supracitados jornais, foi levantada inicialmente a hipótese de que as mulheres tinham quase nenhum espaço dentro destes, para se apresentarem enquanto sujeitos políticos. Esta hipótese não se concretiza a partir da catalogação de matérias ainda do mês de janeiro de 2011, quando nota-se que há espaço expressivo nos mesmos para essas mulheres.

Após pesquisa em trabalhos científicos e bibliografia afins a este, também foi levantada a hipótese de que as mulheres políticas seriam discursivamente construídas com uma vinculação a questões pessoais e de gênero. Como era objetivo analisá-las enquanto atuante no campo político, o *corpus* escolhido foi delimitado ao jornalismo político informativo, o que se fez crer então, que elas seriam vinculadas somente ao campo político e não ao gênero ou, ainda, no âmbito privado e pessoal. Percebeu-se, no entanto, que embora em menor grau, ainda assim há referências ao discurso de gênero, estando este em disputa com outros discursos na tessitura do texto.

Realizada a construção do *corpus*, foi feita a leitura e sistematização do mesmo, onde foi observado a existência de enunciados sobre as mulheres escolhidas como objeto de análise, a partir de um caráter ideológico sobre seu papel na sociedade, privilegiando aspectos de gênero, bem como de ligações familiares.

Diante desta situação comunicacional, passa-se à análise discursiva observando o objetivo geral, que era analisar como se deu a produção de sentidos sobre a mulher na política no jornalismo impresso local. Nesse sentido, almejando o cumprimento dos objetivos específicos propostos, buscou-se um percurso analítico que permitiu a partir dos acontecimentos discursivos, identificar algumas regularidades.

Inicialmente, observou-se que há duas formas principais de discursos sobre as mulheres na política: a primeira, elas enquanto grupo e a segunda, de forma individual. Nos discursos sobre a “bancada feminina”, os três jornais trouxeram à tona o fato de que a eleição da maioria dessas mulheres foi caracterizada pelo apoio de familiares com histórico e experiência política. São esposas, irmãs, sobrinhas que não possuem em seu perfil político referências a atividades políticas que as credenciassem a ser eleitas de forma autônoma.

Os discursos sobre mulheres e apadrinhamento político familiar, no entanto, apareceram polifonicamente inseridos dentro do discurso de outro campo, o científico político. Desta forma, os jornais marcaram seu posicionamento ao mesmo tempo em que se eximiram da responsabilidade do que diziam. O discurso de gênero, que marca as mulheres como não pertencentes ao campo político, e quando a ele adentram não o fazem por mérito próprio, mas por meio do apoio de pares políticos masculinos, se materializou por meio das matérias que versaram sobre a formação da bancada feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e da eleição da deputada federal Iracema Portella no ano de 2011.

Para o jornal O Dia, o assunto foi recorrente durante a retrospectiva do ano político anterior, na posse das deputadas estaduais e no dia Internacional da Mulher. Num primeiro momento, o enunciador O Dia fez uma analogia entre política e negócio familiar, em que as mulheres foram mostradas como tendo sido eleitas pelos maridos, culminando no dia da posse das deputadas estaduais em que o mesmo jornal trouxe esse fato pela voz de um enunciador científico político.

No Dia Internacional da Mulher, a matéria do jornal supracitado, trouxe novamente as ligações familiares das mulheres políticas e constrói a imagem destas como ilegítimas, justamente em uma data em que é tão recorrente a associação de mulheres a discursos de superação e de conquistas de direitos. Percebe-se na superfície do texto o ideológico de que elas não pertencem a política ao insinuar que as deputadas estaduais não atuam, nem mesmo, em consonância com as demandas do próprio segmento, como se elas não fossem preparadas para estar no cargo que ocupam, ou que, por serem mulheres, deveriam saber lidar com questões de cunho social, principalmente voltadas às minorias, com mais eficácia.

O jornal Meio Norte, apropriando-se também do discurso da ciência política, questionou a legitimidade da bancada feminina na Assembleia Legislativa, nomeando-as de “presença simbólica”. O jornal Diário do Povo, diferente dos demais, embora no primeiro momento tenha se equivocado quando na escrita do título, propondo sentidos de mulheres que agiam em discrepância com o próprio gênero, as apresentam dentro do texto enquanto atuantes e pró-ativas.

Porém, observa-se que em um dia em que, usualmente, são destinadas às mulheres homenagens e enaltecimentos pelas suas conquistas, inclusive e principalmente no espaço reservado para propaganda e publicidade nas páginas dos mesmos, o jornalismo político piauiense como um todo não faz o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos legítimos; o lugar que elas ocupam aparecem mais como oportunismo do que uma conquista da classe.

Na análise das matérias que trazem em seus enunciados mulheres em embates discursivos, percebeu-se que neles as mulheres falam de um lugar político e não de uma luta de mulher, o que acaba por se configurar mais como uma tensão entre partidos políticos do que uma luta de reafirmação de gênero.

Com relação à análise individual, percebeu-se que a forma de ingresso na política e as temáticas que essas mulheres trabalham, acabam por se materializar dentro dos discursos produzidos pelos jornais, em que, na análise de vozes polifônicas, quase sempre havia embates de poder entre diferentes enunciadoreis.

No caso de Teresa Brito, por não ter em seu perfil político ligações a grupos familiares que serviram de base para que ela ingressasse na política, mas sim a participação em movimentos sociais, os discursos produzidos sobre ela nos jornais O Dia e Diário do Povo, a mostram enquanto um sujeito político atuante, que denuncia, critica e fiscaliza. Ainda na consonância dos discursos presentes nos dois jornais sobre a vereadora, ela é discursivamente construída como representante de minorias, cujas vozes se apresentam por meio das citações diretas e indiretas de Teresa, presentes nos enunciados do texto.

O jornal Meio Norte, no entanto, embora a mostre como quem está na condição de denúncia, desloca a atenção do leitor para outros discursos que a envolvem, o que acaba por propor sentidos negativos a sua figura.

Quanto à Lilian Martins, os três jornais produziram discursos que a mostraram como competente, pró-ativa e responsável, num jogo de enunciados e enunciadoreis em que o sentido proposto é de que, até mesmo seus opositores políticos a reconhecem assim. Um único ponto discordante é o jornal Diário do Povo, que no desdobramento do assunto em uma notícia final, a apresenta como quem reconhece que sua administração frente à Secretaria de Saúde tem falhas.

Embora seja esposa do governador do Estado, foram inexpressivas a quantidade de matérias que fazia referência a relação conjugal de Lilian. Portanto, percebe-se um silenciamento dos jornais quanto a mostrá-la a partir de seu marido em uma recorrente dissociação da imagem de ambos.

No caso de Flora Isabel, assim como aconteceu com Teresa Brito, e por terem elas já experiência política, inclusive nos cargos que ocupavam em 2011, e nenhuma ligação com família políticas tradicionais, os discursos nos três jornais analisados sobre ela a mostram como um sujeito político atuante, que já vem trabalhando há algum tempo, e assim, não há referências ao discurso de gênero em relação às duas. O que faz crer que a forma de ingresso

na política é determinante para os sentidos construídos pelos discursos dos jornais locais, que tem como possibilidade o reforço da identidade de seus atores.

Com relação à Rejane Dias, houve no ano de 2011 uma regularidade de matérias que versavam sobre sua possível candidatura à prefeitura de Teresina. Nos discursos analisados dos três jornais, percebeu-se mais uma vez o ideológico e o discurso de gênero postos em ação, na forma como a deputada é mostrada como esposa de Wellington Dias e não como sujeito autônomo.

Importante ressaltar o fato de que, durante a catalogação e leitura das matérias, no jornal Meio Norte percebeu-se uma recorrência de matérias “casadas” sobre a deputada e seu marido, diferente do que aconteceu com Lílian Martins e seu esposo, o governador Wilson Martins. Em boa parte das matérias sobre Rejane, havia na mesma página uma matéria sobre Wellington Dias, o que marca a estratégia do enunciador de discursiviza-la como ligada à imagem do marido, até mesmo na instância da diagramação.

Por fim nas análises individuais, Iracema Portella, embora talvez seja dentre as mulheres que atualmente ocupam cargo eletivo a que mais se aproxima da imagem de representante das oligarquias políticas, por ser de uma família política tradicional no Estado e esposa de um senador, que também é de um clã político, não houve nos jornais referências diretas a essa condição quando nos discursos sobre ela. No entanto, percebeu-se insinuações de forma velada pelos jornais Meio Norte e O Dia de que ela, ora estava atuando de forma eficaz, como se não fosse isso o esperado pelo seu não histórico político pessoal, ora ela está equivocada em suas atuações.

O fato de Iracema Portella não ter aparecido em muitas matérias nos três jornais durante o ano de pesquisa, reafirma a posição adotada por Miguel e Birolli(2011), de que as mulheres, ao se aproximarem de temáticas que não pertencem ao centro da política, acabam por não terem visibilidade na mídia. Já Rejane Dias, apareceu em quase metade de suas matérias relacionada à temática eleição, que é um tema que por si só cria visibilidade a seus atores, assim como Lilian Martins, que à época era responsável por uma das secretarias de estado mais noticiável, o que corrobora mais uma vez a posição dos autores supracitados.

Ao final da análise discursiva, observou-se que os jornais em suas práticas, colocam em circulação modos de dizer sobre as mulheres na política local a partir do discurso de enunciadores que estão fora da instância política, como o científico político, histórico e de gênero. Ao usar tais discursos, e em muitas vezes colocá-los em embates discursivos na construção do texto, em que disputas de poder são traçadas, os jornais acabam por posicionar-se quanto a essas mulheres, sem, no entanto, assumir a responsabilidade pelo que foi dito.

No jornalismo político informativo de Teresina não foram encontradas referências diretas ao âmbito pessoal e as questões de gênero nos discursos sobre as mulheres enquanto sujeitos da política, se comparado aos outros trabalhos que tratam dessa temática e que foram apresentados ao longo do primeiro e segundo capítulo. No entanto, o jornalismo informativo observado a partir da Teoria dos Discursos Sociais, acaba por deixar pistas na superfície do texto que denunciam posicionamentos e marcam discursos ideológicos.

Ainda na análise das práticas jornalísticas presentes no *corpus* desta pesquisa, depreende-se que estes utilizaram, como efeito de sentido, estratégias discursivas que os marcaram enquanto “objetivos e imparciais”. Sabe-se que a tendência do leitor é a de se deter no *lead* e nas informações destacadas como legendas, olho, título, intertítulo e subtítulo. Observou-se que outros enunciadores tiveram seus discursos marcados por essas estratégias, propondo ao leitor discursos com efeitos de verdade. Porém, não se pode excluir o fato de que a escolha do título, da imagem, das fontes, dos enunciadores em geral, determina um caráter subjetivo na feitura do texto, determinando também a construção de imagens e identificações de sujeitos, bem como de posicionamentos.

Conforme visto no primeiro e segundo capítulo, a inserção da mulher na política ainda é vista por uma parcela da sociedade como a que deveria ocupar outro lugar diferente da política. Se não fosse isso, não se teria encontrado referências ao discurso de gênero em matérias informativas que se propunham a discorrer de forma objetiva sobre elas enquanto sujeito políticos.

Faz-se necessário ressaltar que, nesse processo discursivo em torno das mulheres eleitas, o jornalismo tem um papel fundamental na formação de opiniões. Ele tem o poder de construir discursos, selecionando o que dizer, como dizer e o que silenciar, acionando este ou aquele pré-construído, possibilitando esse ou aquele efeito de sentido. Percebe-se que, embora a realidade tenha mudado, pois há mais mulheres nos espaços formais de poder, os antigos discursos sobre a mulher ainda permanecem, mesmo que de forma velada. Apesar das conquistas obtidas, elas ainda não são construídas discursivamente como tendo se libertado totalmente do patriarcalismo. Por terem ascendido ao poder a partir do apoio de familiares políticos, há uma desconfiança geral quanto à atuação destas mulheres, e mesmo aquelas que não apresentam este perfil, ainda assim, as posturas da imprensa local não as reconhecem como sujeitos políticos eficazes.

Na instância da recepção, os vínculos estabelecidos pelos jornais com seu leitor fazem com que a tendência seja reiterar o posicionamento da produção e de se encontrar

efeitos de sentidos consonantes para as mulheres enquanto grupo ou como indivíduo, em que as questões de gênero acabam por aflorar em meio a relações interdiscursivas.

Por fim, faz-se necessário considerar que as questões, discussões e considerações aqui levantadas não têm a pretensão de esgotar todas as possibilidades sobre essa temática e muito menos, podem ser vistas como tendo um caráter final. Elas, na verdade, sinalizam para o desenvolvimento de pesquisas que vislumbrem novos objetos, objetivos e problemáticas de estudo dentro da relação mulher, mídia e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inesita. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- ARRAES, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1995**. Dissertação (Mestrado em Ciência política) – UNICAMP, São Paulo, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jackeline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Cadernos de Estudos de Lingüística, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. In: O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Coleção Ensino Superior).
- BAUDRILLARD, Jean. A. **Tela total: mito-ironias da era virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulinas, 1997.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2ª Ed. Porto Alegre: editora UFRGS, 2003.
- BORELLI, Viviane. **Jornalismo como atividade produtora de sentidos**. In Biblioteca online de Ciências da Comunicação. 2002. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane-jornalismo-atividade-sentidos.pdf>> Acesso em 12/04/2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Sobre a televisão** – a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. **O campo político**. In: Revista brasileira de ciência política. Brasília: n.05, 2011. P.193-216
- BRAIT, Beth. Mikhail Bakhtin: o discurso na vida e o discurso na arte. In: DIETZSCH, M. J. (Org.) **Espaços da linguagem na educação**. São Paulo: Humanitas, 1999.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli.(org.). **Comunicação e análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAMPOS, Maria Amélia Clemente. **As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal**: do pós-25 de abril aos anos noventa. Porto: Afrontamento, 2002.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBa – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Uma memória na normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, Roseli.(org.). **Comunicação e análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FORD, Lynne. **Women & Politics: the pursuit of equality**. Boston: Cengage Learning, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRIEDAN, Betty. **A segunda etapa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

LIMA, Venício A. de. **Cenários de Representação da política, CR – P**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 09-40

_____. **Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil**. In: Comunicação & Sociedade. Ano 30, n.51, 2009. p. 13-37

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. Formulação de um modelo metodológico São Paulo: Loyola, 1990.

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho Lopes. O jornalismo na Teoria dos Discursos Sociais. In: SAID, Gustavo (Org.). **Comunicação: novo objeto, novas teorias?** Teresina: EDUFPI, 2008.

MACHADO, Márcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. In: **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, 1-11 janeiro/junho 2006.

MAGALHÃES, Laerte. **Veja, Isto é, leia: produção e disputas de sentido na mídia**. Teresina: UFPI, 2003.

MANHÃES, Eduardo. Análise de Discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. In: Revista Estudos feministas. Florianópolis: UFSC. Vol. 16. n.2, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell(org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: editora UNESP, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis nas eleições para o Congresso Brasileiro**. In: Revista de Sociologia Política. Curitiba: Vol. 1. n.20, 2003

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAIVA, Raquel. **Política: palavra feminina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PATEMAN, Carole. Does sex matter to democracy? In: **Scandinavian political studies**. v.13, n.1, p. 57 – 63, 1990.

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M. **Women, politics and power: a global perspective**. Thousand Oaks: Pine Forge. 2007

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HACK, Tony. **Por uma análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicam, 1990. p. 61 – 112.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica** (Seleção de textos dos Collected Papers). São Paulo: Perspectiva, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. Introdução à análise de discurso. 2ª edição. São Paulo: Hacker editores, 2002.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Insular, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença, 1997.

_____. **Experiência, modernidade e campo dos media**. In: Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação. 1999. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em 09/01/2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Ed. Hacker, 2000

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira ; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. P. 183-215.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. In: Revista estudos feministas. Florianópolis: UFSC. Vol. 12. n.2, 2004.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **História do Brasil: teoria e prática**. São Paulo : Rideel, 2003.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC. Vol. 13. n.1, 2005.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e realidade. Porto Alegre. Vol. 15. n.2, 1990.

SILVA, Marconi Oliveira da. **Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A política de salto: a participação feminina na política piauiense (1970 a 1998)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UFPI. Teresina-PI, 2008.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos deputados – Coordenação de Publicações, 1989.

_____. **Mulheres Públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1998

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-308

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Lisboa: Presença, 1987.

VERÓN, Eliseo. **El análisis del “Contrato de Lectura” un nuevo método para los estudios del posicionamiento de los soportes de los media**. In: Les Medias: Experiences, recherches actuelles, applications. Paris: IREP, 1985. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/7006889/Veron-Contrato-de-Lectura> >. Acesso em 02/04/2011.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

VIZEU Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística**. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre: nº 22, quadrimestral, dezembro 2003.